

O ESSENCIAL SOBRE

O Diário de Lisboa

O E S S E N C I A L S O B R E

O Diário de Lisboa

Cláudia Lobo

Índice

- 7 **Um jornal inovador**
- 9 **O início**
- 9 «Bife com dois ovos»
- 12 Na crise da I República
- 14 Ratazanas e banqueiros
- 19 A redação vista por ela própria
- 22 O brilho da ilustração
- 26 João de Barros, figura tutelar
- 28 Noite Sangrenta, a primeira prova de fogo
- 29 A homenagem ao Soldado Milhões
e outras iniciativas
- 34 O 28 de Maio e a instauração da censura
- 40 O primeiro suplemento literário
e Fernando Pessoa
- 45 **As ondas de choque das guerras**
- 45 A Guerra Civil de Espanha
- 49 A entrevista a Hitler e a II Guerra Mundial
- 56 Uma mulher na redação e a entrevista
ao rei exilado
- 59 **A renovação dos anos 60... começou
em 1957**
- 60 Uma chefia de redação bicéfala
- 62 A «crise» Sasportes
- 64 «Quer ser jornalista ou quer um emprego?»
- 67 Uma escola de jornalismo
- 69 A saída de Norberto Lopes e Mário Neves
- 76 Suplemento literário, parte II
- 77 *Juvenil*, o nascimento de uma geração

- 83 *O Natal Visto pelas Crianças*
84 *A liberdade d'A Mosca*
92 *Os pontos de vista da Mesa Redonda*
93 *De portas abertas para os jornalistas presos*
96 *Dar a volta à censura*
101 *O editorialista José Saramago*
- 103 **Chegou a liberdade**
103 *A primeira notícia sobre os capitães
e o 25 de Abril*
109 *O PREC e os 467 dias de José Cardoso Pires*
114 *Fernando Piteira Santos, de A a Z*
119 *O pioneiro *Se7e Ponto Se7e**
120 *O «jornal-analista» e o «jornal-consultor»
de Mário Mesquita e Diana Andringa*
126 *São mesmo as últimas*
- 133 **Crítica e críticos, crónicas e cronistas**
133 *A primeira página de cinema do mundo
num diário*
135 *Música, de ouvido à escuta*
136 *Teatro sempre em palco*
137 *Sol ou sombra?*
138 *«Quem tas canta é o Castrim»*
140 *Cronistas e crónicas*
- 143 **Proprietários e administradores**
- 149 **Cronologia: O Diário de Lisboa
em 34 datas**
- 157 **Bibliografia, arquivos e entrevistas
realizadas para este livro**

Um jornal inovador

Ao subir o Chiado na tarde de 7 de abril de 1921, uma quinta-feira, tentando passar entre a multidão que se acotovelava na baixa lisboeta para ver as *vitrines*, a cronista Clarinha ouviu apregoar o *Diário de Lisboa*. «À porta da Brasileira comentava-se o jornal, e eu escutava, sem querer, as palavras de louvor, sarcasmo, ironia, crítica mais ou menos irritada, mais ou menos inteligente. O formato da gazeta apavorava o Chiado — um jornal tão pequeno! Com tantas páginas! E o nome de Joaquim Manso juntava-se às graças, aos louvores, às críticas. Davam-lhe dez dias de vida, outros, mais generosos, um mês de angústias.»¹

Nem dez dias de vida, nem um mês — mas com certeza muitas angústias. O *Diário de Lisboa* viveu 69 anos, 7 meses e 23 dias. Publicou 23 378 nú-

1 Crónica no 1.º aniversário do jornal *Diário de Lisboa (DL)*, 7-4-1922, p. 2.

meros, muitos com mais de uma edição por dia. O vespertino marcou indelevelmente a cultura portuguesa, dadas a qualidade e a quantidade de pessoas que lá escreveram. Tornar-se-ia casa dos modernistas e da geração da *Presença*, e abrigo de escritores, poetas, artistas plásticos, intelectuais. Seria o primeiro diário do mundo a ter uma página exclusivamente dedicada ao cinema. Desempenharia um papel decisivo na luta pela liberdade de expressão: escrever a história do *Diário de Lisboa* é também escrever, em parte, a história da oposição à ditadura. Tornar-se-ia uma escola de jornalismo, antes sequer destas existirem, por onde passaram alguns dos mais notáveis repórteres portugueses do século xx. Primeiro jornal em Portugal a adotar o formato tabloide, inovaria do ponto de vista gráfico, influenciando muitos jornais de província. Abriria caminho em termos tecnológicos, ao introduzir o processo de impressão em *offset*. Revelaria uma geração de poetas, escritores, artistas e cientistas que marcaria Portugal a partir do final dos anos 60, ao abrir as suas páginas à colaboração do público juvenil. Publicaria antes de qualquer outro jornal uma notícia sobre o mal-estar nas Forças Armadas, que esteve na origem da revolução do 25 de Abril de 1974.

«O *Diário de Lisboa* é um jornal que se compra e — coisa singular — é um jornal que não se vende», rematava a cronista Clarinha, pseudónimo com que Carlota Serpa Pinto assinou durante anos crónicas mundanas no vespertino.

O início

«Bife com dois ovos»

Quando chegam pela primeira vez às mãos dos leitores, as oito páginas do *Diário de Lisboa* de pequeno formato revelam logo a sua marca distintiva, tanto a nível editorial como gráfico. O cabeçalho tinha sido desenhado pelo pintor modernista António Soares (cabeçalho que se manterá inalterado durante toda a vida do jornal, caso raro — senão único — na imprensa portuguesa). O *design* da primeira página, da responsabilidade de Álvaro de Andrade, secretário de redação, tem a alcunha entre os jornalistas de «bife com dois ovos»: um texto maior, ocupando a parte central, e notícias muito curtas nas colunas laterais, sem títulos.

Os dez centavos que o leitor paga pelo jornal abrem-lhe um olhar sobre o País e o mundo. As páginas 4 e 5 são ocupadas pela secção «Cidade», subdividida em «Notas Mundanas», que regista

quem está em viagem ou doente, os aniversários e as festas (propõe-se tomar «conta de todos os *fait-divers* da sociedade, todas as elegâncias, todos os sorrisos oficiais, todas as flores que se cortam, tudo quanto Lisboa tem de magazine»); «Chá das Cinco», coluna dedicada às mulheres (que no terceiro número seria assinada por António Ferro); e os teatros. A página 6 dá conta do que se passa nas colónias e na província. A página 7 ficará reservada para o estrangeiro e a 8 para as últimas notícias.

No primeiro número, Aquilino Ribeiro (1885-1963), «romancista brilhantíssimo», inicia a publicação em folhetim de *Esconjuro*, a que se seguirá, dias depois, *Boa Sorte*. António Ferro e Almada Negreiros assinam a página 3, com quadras e desenhos sobre a Rua do Ouro que andam a par e passo. A elegância e a beleza dos desenhos e a originalidade do assunto e dos textos chamam a atenção. A dupla de autores bisará.

A escritora e poetisa Fernanda de Castro assina, com o seu nome completo, Maria Fernanda de Castro e Quadros, uma entrevista à poetisa Virgínia Vitorino. Foi Joaquim Manso, seu professor de Português, de quem era «aluna diletta», agora diretor do *Diário de Lisboa*, que a convidou a escrever. «Antevia o ambiente de uma redação como um verdadeiro antro de perdição. Mas depois gostava muito e verifiquei desde logo que não era nada do que receava. [...] Era preciso coragem [para uma mulher em 1921 frequentar um jornal].»²

2 Entrevista publicada no *DL* a 7-4-1971.

O *Diário de Lisboa* moldar-lhe-ia a vida: foi aí que conheceu o seu marido, António Ferro. «Parece que ainda o estou a ver, com o seu ar muito embrarrante, tão antipático que chegava a ser pretensioso», contará Fernanda de Castro.

A — QUINTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1921

O Diário de Lisboa

ANO I — N.º 1 — 10 CENTAVOS

Director, proprietário e editor
JOAQUIM MANO

Redacção e Administração
RUA DO CARMO, 80, 2.º
Compart. R. do Mundo, 57. Imprensa R. da Atalaya, 114

SOLDADOS E PORTUGAL!

Contra os que afirmam que a historia é um campo razoi-
le ossadas e ruínas e contra os que sustentam que a vida
se comporta uma larga aspiração de immortalidade eis que
miram em Portugal dois extraordinários viajantes, um vindo
da morte na Flandres outro da morte na África e trazendo
mimos na boca gelada e gasta todo o segredo da existencia
num povo.

A guerra, diz-se, é uma invenção humi-
l e só se começa e acaba, nas estranhas de um
momento.

Infelizmente, até hoje não se racha forte-
e dura pombares, fazer dala um instrumento
de civilização. E por isso que, de largo
e a largo, os povos repetem o drama de
uma vida.

Nas Alvaras fez-se caminhar para terminar
santamente a sua vida. Na sua cela de
brado, altas horas da noite, os sonhos da
juventude vibram. Fráguas e glicis acor-
do. Ele sorria, lembrando-se do que a-
ria, e chorava pensando no que era.

As batalhas custam muito a vencer, por-
que a vitória só vem, quando o soldado,
ainda da vulgar noção do seu esforço, faz
se e pressentira d'elles que avança a
historia.

Nunca, entre nós, se viu um espectáculo
de simulação—de simulação de alma,
composto a seu accrescer tela de quadros
diários, para se esquecer das angustias
da sua vida nada fustiga, e nada significava,
e agora tudo têm e todo significa.

Os desconhecidos que teem dado a sua
vida pela Patria são humeros todos os
momentos e colagens de Portugal lida-
m'elles. Em todas as almas lassadas
eas vivem em ritmo e parão.

Alonso Henriques foi conquistando Por-
tugal com a espada e com o pensamento.
Aguarda cresser a sua retina faina de espica
quando o seu corpo buquear está ainda
no termino a sua marcha, tendo já das
algumas voltas ao orb.

Os portugueses tiveram sempre o respo-
ta e a educação do mar, porque per-
ciam que ele era a sua rota de maravilhas.
Atravessando-o em todas as direções, con-
tinham equidistancia e frotas. Mas só o mudo-
rio da sua alma os escutava.

Durante as longas, penosas viagens da
Descoberta, os marinheiros contavam his-
torias de amores, recordando as suas in-
dões amarradas, Comegiam assim o infa-
que permanente, porque tinham Portugal
sempre deante dos olhos.

Portugal teve castelos, penhões, couraças, espadas, im-
placáveis como o Destino.

Venceu castelhanos e mouros. Arrou o campo para ferir
e ergueu a cruz para subir a Deus. De tanta força
e de tanta piedade nasceu uma patria em que os cora-
ções nunca se cançam de amar a vida para fazer a morte
bela.

"DIARIO DE LISBOA"

O «Diário de Lisboa», portanto, será um
jornal moderado para todos os que se
prezam de avançar para o porvir tomam
como estrela os vigos falgores duma uto-
pia. A missão, porém, será revolucioná-
rio, porq'ue, no seu incansável afã de
sacrificar, todos os interesses mesquinhos
e erros crimonios da suprema aspiração
de nacionalidade, algumas vezes, para fazer
a pura verdade, terá de ser violento, duro
e tenaz.

Há muito a actual, cheia de par-
tes e dificuldades, tantos problemas a es-
tudar e tantas ameaças a combater, deman-
da uma politica de realização, capaz de
fazer deliquir, da simulação espacia de ca-
didos que se vivevam.

Há muito mais que o Estado ainda for-
ta os seus limites, convertido em vultoso
de ferigadas e ambiciosos. Os problemas
nacionais não acham uma resolução
e por isso não têm uma marcha pacifica que os
torça accrescer as atenções dos compe-
tentes.

É este jermi que hoje inicia a sua patri-
cacia, sob os auspícios das associações
nacionais—o homenagem aos soldados des-
conhecidos, escolheu esta data para mais
firmemente fixar a sua intenção de dar ao
seus peregrinos toda a paixão da sua alma
crente nos destinos da raça.

Não faz comq'ue o «Diário de Lisboa»
outro programa sendo este—segur Portugal
scita das misérias e fraquezas dos ho-
mes, além de que ele seja para todos, não
só para o fado do nosso castigo e do nosso
espólio. Aprendendo num periodo em que
o Egipto e com ele o mundo tratam de
julgir as formulas perlocas da justiça, em
fundo da civilização, o «Diário de Lisboa»
procurará sempre defender e indicar quais
as idéas e as razões morais que mais
prezta e firmemente lida de concretar, pa-
ta que se reconstruam as sociedades que
indisciplinadamente jogam o seu porvir em
las desventuradas aventuras.

O nosso país que jamais deixou de im-
placável-se nas largas correntes que renovam
os povos, havendo-nos sempre prestado in-
cansáveis serviços á cultura humana geral, não
actualmente as mesmas deficiências, incre-
ta e insurgir que, um pouco por toda
a parte, o desespero transforma em revolta.

Mas assim como noutras lidas desco-
bertas em si a coragem bastante para reali-
zar em fé, nobreza e progresso as tortu-
ras que o optimismo, tambem agora Portu-
gal, vive de sacrificio e de entusiasmo epis-
pato, conseguirá sobrepujar a todos as de-
fícções pessimistas, para justificar a sua
existencia de crucios com a plenitude do
seu renascimento.

A ignorância, entre nós, é assez atrevida
e empreendedor. A mamba gozamos, to-
tando que a ciência se limita a sair d'elles
falsas, d'aditadas, lingo-derivas.

E no entanto, nunca como hoje Portugal
cresceu tanto duma cultura que para as
cellas—liga um notorio de predomínio e
para o povo uma corteza de poder.

A retorica tem sido o nosso unico tesou-
ro e de um mesmo tempo o maior factor de
falsa. E a ella que se deve o triste espec-
taculo que offerece o nosso país, vivendo
sem constante esentimento de peticion-
e mingaos que lhe amoniam a feli-
cidade, quando está mais longe no imperio.
As virm mentiras d'ellos tudo—o que, por-
tugos, d'aditadas, a Italia, o Brasil, o Man-
Os Louladas, os brilhantes de Colômbia.
A gente credida d'elles, estende as mãos
para abraçar a propria Ventura, caindo no
modo de colhões vorazes.

Que se vê, porém?

As esperanças desfazem-se, os apitos
transporem-se, as palavras vengem d'ellas
as troças definiam. Sempre ao Povo se
deve a Verdade. Não o engano, não o
ablução não o exploração.

Eduquem-se, mas não o enganem.
Escutem-nos, mas não o desorientem.
Portugal é uma realidade burocrata para
contar os seus sonhos de todos os
seus filhos.

Façamos da sua historia, fides rica de es-
pírito, fides e cresser, um culto, porque as
sua serenos fortificadas com a presença
espiritual das grandes e dozes seculos. O
futuro só é ummi visto ou uma surpresa,
quando não o não sabemos interrogar. A
experiencia dos nossos avós é para nós um
seguro indelivel.

Aproveitem-se, pois, empunhamos a
ela o nosso capital de prevenção. Quanto
mais istimo for a nossa aliança com o pas-
sado, tanto mais seguros estaremos do
porvir.

Os d'ellos obscuros heróis que hoje abra-
zassam a cidade que nites reconstru-
a sua vida e a sua gloria, exprimem num
sublime ato de fé. Ficaram grandes, por-
que na sua raidez de serramos parecemos
Portugal cresser há tanto tempo pelas
suas nobres virtudes que lhe imortaria os
que nites cresser e por ele se sacrificam.

Quando os guerreiros partiam, as suas
moças seguim-nos com os olhos e ainda
muito longe com o coração. Nas batalhas
distribuíam d'ellos galgias, redas entada-
das. Os bravos, porém, nunca cresser,
porque um brando desejo de amor os tornava
invençíveis.

Os brancos da Descoberta tinham olhos
de profetas. Viam mundos e libas, através
do misterio. Quando desembracavam em
1472 os mares, imaginavam que as crias a
passa lá. Quisim—d'elles desistiam—

Muitas vezes os poetas amoniam, en-
fajando como soldados. Custar e peijar
—eis a vida despojada de toda a sua mi-
seria.

Na Batalha, dormia o fera touro de Alentejo,
imperturbavel, os reis e infantes de Aviz.
Não danavam esperos, em torno dos seus
tumulos. O remem—do não lhes pertubou
o repouso. Os seus—vão saber eles como
o sol pela face para de um lado. Sentem-
se com eles a raça medita, enchendo o
silencio que é a lida dos vozes, com as
estancias de Albarbura.

Em Albarbura, a modidade da Portugal
ria e a cultura, a mais dos combates. Ter-
minada a grande batalha cada um se peijou
capaz do maior esboço.

Era a India a abstrahir presenças nos
poetas insaciados.

Agulhão Ribeiro, romulista bruhastis-
tino, que de há muito conquistou um lugar
de primeira nas letras portuguezas, in-
icia hoje nas columnas d' «Diário de Lisboa»
a publicação de

"O ESCOZURO"

interessantissimas novelas regionais que deve
regreter em sequencia cado.

"O Escozurão"

modelo de prosa scitofantica cheia de colorido
e de vigor, encerra numeros quados
em que um invulgar espirito de observação
se faz sentir.

Publicado em folhetins o bello drama
do conquistado autor das *Terras do semo*
«Diário de Lisboa» offerece que sua influ-
e o estudo de sua delicadíssima com a leitura
duma verdadeira preciosidade literaria.

A primeira página do *Diário de Lisboa*, a 7 de abril de 1921

Na crise da I República

A data de lançamento do *Diário de Lisboa* foi escolhida criteriosamente: o dia de homenagem ao Soldado Desconhecido, «para mais vivamente fixar a sua intenção de dar ao nome português toda a paixão da sua alma crente nos destinos da raça», escrevia o diretor, Joaquim Manso, no primeiro número.

«O *Diário de Lisboa* será um jornal moderado para todos os que na pressa de avançar para o porvir tomam como estrela os vagos fulgores de uma utopia. A muitos, porém, parecerá revolucionário, porque, no seu incansável afã de sacrificar todos os interesses mesquinhos e erros criminosos às supremas aspirações de nacionalidades, algumas vezes, para falar a pura verdade, terá de ser violento, duro mesmo», continua Joaquim Manso. «O *Diário de Lisboa* procurará sempre defender e indicar quais as ideias e as razões morais que mais pronta e intimamente hão de concorrer, para que se reconstruam as sociedades que indisciplinadamente jogam o seu porvir em tão desvairadas aventuras.»

O *Diário de Lisboa* nasce num ano de crise profunda para a República, instaurada a 5 de outubro de 1910, e num período de enorme instabilidade política. Os governos sucedem-se: ao longo de 1921, o presidente António José de Almeida convive com sete governos. O Partido Comunista é fundado a 6 de março. As greves paralisam o País. Os jornais nascem quase à velocidade dos governos: publicam-se 39 diários em Portugal, e nesse ano hão de aparecer 21 e morrer 17. No dia que o

DL se estreia, outro título sai à rua. «Iniciariam a publicação, em Lisboa, o *Correio da Manhã*, jornal monárquico, de que é diretor o Sr. Dr. Aníbal Soares, e o *Diário de Lisboa*, jornal republicano, sob a direção do Sr. Joaquim Manso», lê-se n' *O Século* de 9 de abril. A revista *Seara Nova* chega às bancas a 15 de outubro.

O vespertino surge numa altura ingrata para a imprensa — no meio de uma prolongada greve, entre 17 de janeiro e 13 de maio de 1921, que pela primeira vez junta diversas categorias profissionais ligadas aos jornais.

A reivindicação em cima da mesa era de aumentos de 100 % a 120 %, entre outras regalias, depois de, em julho do ano anterior, terem sido afixados salários mínimos para todas as tipografias dos jornais de Lisboa, bem como a jornada de trabalho de oito horas. Os patrões rejeitam as novas exigências e inicia-se uma greve, mas em que o público não fica sem ter que ler. Os patrões publicam *O Jornal*, com a ajuda de polícias, militares e tipógrafos que não tinham aderido à greve; tipógrafos e jornalistas dão à estampa *A Imprensa de Lisboa* e *A Última Hora*, jornal em que colabora Norberto Lopes, que viria a ser redator fundador do *Diário de Lisboa* e, mais tarde, seu diretor.

Joaquim Manso consegue que o *Diário de Lisboa* saia em plena greve porque estabelece um acordo com os tipógrafos, que previa a concessão de uma folga semanal e um salário mais elevado. O assunto é notícia no primeiro número do vespertino: entre a direção do *Diário de Lisboa* e a Comissão Executiva Pró-Aumento de Salário dos

Trabalhadores de Jornais estipulara-se que cada tipógrafo passaria a ganhar 52\$50 por semana.

«O *Diário de Lisboa* surgiu num momento em que, ainda sob a exaltação patriótica da participação de Portugal na I Grande Guerra, se desenvolviam esforços para restabelecer a unidade nacional sob o regime republicano», explica o historiador José Tengarrinha em *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. «O que singulariza o *DL* comparativamente à imprensa do seu tempo e ao mesmo tempo constitui a chave do seu rápido êxito», continua Tengarrinha, «além da sua qualidade jornalística e da sua independência política, foi o seu ecletismo, o espírito novo, aberto e tolerante que introduziu no jornalismo português, dando espaço livre, em contraste com a imprensa do tempo, às mais diversas correntes políticas e estéticas. Assim, com base nas colaborações individuais, mais do que no posicionamento da sua direção, publicita diversas linhas desde a republicana socializante, quase jacobina, até à da expectativa favorável com que acolheu o 28 de maio, embora mantendo sempre face ao Estado Novo uma atitude independente e descomprometida, exceto na política colonial, que normalmente apoiava.»

Ratazanas e banqueiros

No cabeçalho do primeiro número, Joaquim Manso aparece como «diretor, proprietário e editor». Mas a ideia de fundar um jornal republicano terá sido do banqueiro António Vieira Pinto, que

o financiou incognitamente nos primeiros meses. «Adiantou o dinheiro para as primeiras despesas, sem que esse financiamento, que foi relativamente modesto, representasse a subordinação do jornal ao poder económico», disse Norberto Lopes numa palestra comemorativa do centenário do nascimento de Joaquim Manso.

Talvez a modéstia das despesas explique o facto de os trabalhadores do *Diário de Lisboa* terem convivido com ratazanas nos primeiros tempos. A redação e a tipografia estavam instaladas lado a lado num rés-do-chão da Rua do Mundo, atual Rua da Misericórdia. «Os seus primeiros números foram escritos, compostos e paginados numa casa escura, húmida e fria que as ratazanas percorriam descaradamente, sem reçar os ataques das penas», contava-se na primeira página do *Diário de Lisboa* no primeiro aniversário. «Um amigo nosso, que um dia nos visitou, ao ver o descaramento dos roedores sobre as lajes da redação, disse-nos: ‘— Este jornal há de ir longe, porque consegue viver no meio dos bichos!’ Provavelmente foi daqui que o *Diário de Lisboa* adquiriu um certo sentido para não se assustar. Procura ser verdadeiro e justo e não abre o guarda-chuva para escapar às tormentas. Já tem visto bichos bem maiores que as ratazanas que lhe giraram em roda do berço.»

Joaquim Manso (1878-1956) começara a sua carreira jornalística no jornal *A Capital* (primeira série), onde se tornou conhecido com a coluna «Poeira da Arcada» — Arcada era o nome dado ao Terreiro do Paço, onde se concentravam os ministérios, e o noticiário político era chamado

de «jornalismo de Arcada». Filho de uma família modesta da vila de Cardigos, concelho de Mação, cursou Teologia no seminário de Portalegre e tomou ordens, de que seria dispensado mais tarde pela Santa Sé. Republicano convicto, estudava Direito em Coimbra quando se deu o 5 de Outubro de 1910. Foi governador civil de Vila Real em 1914 (e a sua ação foi notável, sobretudo no sentido de conciliar os elementos políticos desavindos, escrevia o *DL* aquando da sua morte) e secretário de Bernardino Machado, quando este ocupou o lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros. O seu primeiro livro, da mais de uma dezena que publicaria, *Portugal perante o Mundo Latino*, de 1916, era prefaciado por João de Barros. Em 1919, foi nomeado por concurso professor de Artes Dramáticas do Conservatório Nacional, cargo que exerceria durante muito tempo.

António Vieira Pinto (1889-1927), o homem da ideia e do dinheiro, estava ligado à finança. Nascido numa família humilde na Murtosa, iniciaria a sua atividade bancária como empregado numa casa de câmbios na Rua Augusta, em Lisboa. Em 1914, com apenas 26 anos, funda, em sociedade com Cândido Sotto Mayor e o filho, a Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor, que mais tarde se transformaria no banco com o mesmo nome. Antes do aparecimento do *Diário de Lisboa*, constituiu, em 1917, também com Cândido Sotto Mayor, a Companhia de Seguros Sagres e o Banco Colonial Português. Um ano depois, criam o Banco Português do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e filiais em São Paulo e Santos. A partir daqui fundam aquele que é considerado um dos

primeiros grupos económicos portugueses do século XX e do qual fariam parte a Companhia de Seguros Sagres (1917), a União Elétrica Portuguesa (1919), que queria resolver o problema hidroelétrico nacional, a Sociedade Portuguesa de Administração e a Companhia Nacional de Carnes.

«O banqueiro António Vieira Pinto decidiu fundar um jornal da tarde, republicano, independente, equilibrado, moderno e literário, fora dos moldes banais. Adotou-se o formato do *ABC*, de Madrid. Pedro Bordalo Pinheiro, sobrinho de Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro, tivera grande ação no desígnio de Vieira Pinto», lê-se na *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, de Rocha Martins. «António Vieira Pinto arriscara capitais, mas fora servido pela inteligência.»

Na edição de 3 de novembro de 1921 do *Diário de Lisboa*, já não é o nome de Joaquim Manso que aparece no cabeçalho como proprietário, mas o da Renascença Gráfica. A empresa só será formalmente constituída oito dias depois, num notário na Rua Áurea, em Lisboa — e o nome de António não está entre os sócios. Está lá, isso sim, o do seu irmão Alfredo, bem como o de um seu cunhado. Dono de um próspero negócio de venda de jornais no Estoril, Alfredo Vieira Pinto (1882-1952) é identificado na escritura como «capitalista» e possui 10 contos dos 100 contos (100 mil escudos) de capital social da empresa, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. Contam os seus descendentes que terá vindo para Lisboa aos 12 anos escondido nas saias da mãe para não pagar bilhete de comboio. Casado

com uma irmã de António e Alfredo Vieira Pinto, Carlos Barbosa, advogado, é o maior acionista, com 41 contos e meio. Joaquim Manso tem 10 contos, o mesmo valor do advogado Frederico Augusto Egrejas. Pedro Bordalo Pinheiro, descrito como «proprietário», detém 5 contos, valor igual ao do oficial da armada António Taborda d’Azevedo e Costa e de quatro «empregados do comércio»: Eduardo Augusto d’Oliveira, João Carlos Carvalhosa e Oliveira, Frederico Guilherme Duff André Burnay e Isaac do Nascimento Pereira.

Os fins da Renascença Gráfica são «aquisição e exploração direta ou indireta de atuais ou futuras empresas periódicas, ou doutras dessa natureza, que se inspirarão sempre nos altos interesses do país» e «o exercício de quaisquer indústrias gráficas para publicações suas ou estranhas».

Com a constituição da Renascença Gráfica, o *Diário de Lisboa* instala-se naquela que virá a ser a sua casa até ao final (com exceção do período entre 1971 e 1974), o n.º 44 da Rua Luz Soriano, no Bairro Alto, onde estivera a redação da *Vanguarda*, dirigida pelo republicano Magalhães de Lima, grão-mestre da Maçonaria. Aí «se recebem anúncios, notícias, comunicados e a visita dos nossos amigos que queiram honrar-nos com a sua presença». Contacta-se o jornal pelo telefone 3124 ou pelo endereço telegráfico DIBOA.

O prédio tinha sido comprado pela firma Pinto e Sotto Mayor, mas ficaria propriedade da Renascença Gráfica, segundo *A Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Mais tarde, as instalações seriam alargadas para um prédio da Rua da Rosa, também comprado pela Renascença Gráfica, tendo

os dois edifícios comunicação interna. Para as escadas da Luz Soriano seria mandado fazer um painel de azulejos de Stuart Carvalhais, alusivo à atividade do jornal e à censura.

«Graças ao bom acolhimento que teve logo de princípio, [o *Diário de Lisboa*] é, incontestavelmente, um dos jornais da tarde que alcançou maior leitura em Lisboa. É a sua linha de conduta, que tem marcado uma imparcialidade a que não estávamos habituados, que lhe tem granjeado maior número de simpatias», escrever-se-á na edição em que se anuncia a mudança para novas instalações. «O *Diário de Lisboa* continuará a trilhar sempre o mesmo caminho. Fundou-se para dizer só a verdade e sempre a verdade. Será o mesmo jornal da tarde, onde o leitor encontra a crónica, a entrevista, o telegrama do estrangeiro, a notícia do dia e o comentário leve, desprezioso, guiado sempre por um alto critério de independência e de crítica — que é o grande privilégio da imprensa, numa democracia.»

A redação vista por ela própria

Para assinalar a mudança de instalações para a Rua Luz Soriano, o *DL* publica, a 30 de novembro de 1921, um número especial com 16 páginas. Nessa edição, um dos redatores principais, Norberto Lopes (1900-1989), formado em Direito, antigo redator de *O Século*, assina uma crónica sobre os que trabalham no *Diário de Lisboa*, «Como nós nos vemos e como o público nos vê».

«*el caballero* audaz do Chiado, o jornalista que sacrifica a uma irreverência a simpatia de um deputado»; Consiglieri Sá Pereira, «uma figura marcantes das nossas hostes sociais»; Carlos de Vasconcelos e Sá, «o cronista mundano»; Mazoni de Sequeira, o administrador («os senhores não sabem o que é administrar um jornal: é fazer da fraqueza força, é andar na corda bamba com a ciência de um equilibrista exímio»); Miguel Martins e Espírito Santo, os homens fortes da tipografia, e Eduardo, «o malabarista do granel, o *jongleur* da crónica traduzida em chumbo, o paginador se assim lhe quisermos chamar». Cabe a Sarmiento Duque apresentar Norberto Lopes: «um dos mais artísticos móveis da mobília do *Diário de Lisboa*».

Fica para o fim o mais surpreendente. «*Places aux dames* – na redação há uma senhora. A nota leve do estrangeiro, os mil e um segredos da intriga internacional, ninguém melhor do que ela os sabe destrinçar. Carmen Marques, aparte o seu ar de sufragista, é uma simpatia de senhora – ela não gosta que lhe chamem menina.»

A composição da redação manter-se-á praticamente inalterada até ao final dos anos 30. Em junho de 1929 entra Maurício de Oliveira, cujos dois primeiros ordenados, de 500 escudos, foram pagos pelo bolso de Joaquim Manso, dada a dificuldade que encontrou em convencer a administração e a redação em contratá-lo. E meses depois chegariam Tavares da Silva, jornalista que se destacaria no desporto, futuro selecionador nacional de futebol, e, em 1931, Mário Neves (1912-1999), filho do prestigiado jornalista Hermano Neves, que anos mais tarde seria diretor-adjunto.

O brilho da ilustração

Sem fotografia, a ilustração brilha no *Diário de Lisboa*.

Na primeira meia dúzia de anos, o arranjo gráfico «bife com dois ovos» da primeira página inclui normalmente um *cartoon*, abordando temas do quotidiano ou o assunto do dia, assinado por alguns dos mais notáveis ilustradores portugueses da primeira metade do século XX (mas também recorrendo, volta e meia, a desenhos de publicações estrangeiras).

NO CLUB



(Desenho de Jorge Barradas)

ELA—... E podíamos tornar a ser tão felizes!...

ELE— Eu nunca jogo nas repetições...

Jorge Barradas (1894-1971), «o comentador dos ridículos e o anotador flagrante das visíveis

passagens da fauna que compõem a sociedade portuguesa», como foi apresentado na exposição individual realizada em 1920, destacado ceramista, foi um dos mais assíduos ilustradores nos anos iniciais. Bernardo Marques (1898-1962), pintor da segunda geração modernista, inicia a sua atividade gráfica exatamente em 1921 e retrata no vespertino a Lisboa moderna e elegante. António Soares (1894-1978), autor do cabeçalho do jornal, também assina algumas das ilustrações da primeira página. Sanches de Castro, que ficou para a História como o primeiro português a efetuar um voo de avião, é outro dos caricaturistas. O talentoso Stuart Carvalhais (1888-1961), criador daquela que é considerada a primeira banda desenhada portuguesa, *As Aventuras de Quim e Manecas*, tem presença assídua: «Stuart caricatura, desenha, pinta, faz bonecos de graça ingénuas e *grimaces* de impureza trágica, vai do bucólico à *charge*», diz Joaquim Manso em 1927.

O *Diário de Lisboa* foi «um lugar seguro e ímpar de divulgação e defesa dos novos da arte e das suas polémicas», o único jornal que, na década de 20, deu acolhimento continuado aos modernistas, escreve António Rodrigues no prefácio do livro *Desenhos de Almada no Diário de Lisboa*, que reúne 111 desenhos publicados entre 1921 e 1935.

No ano de *A Invenção do Dia Claro* (a conferência é proferida em março de 1921, o livro publicado em dezembro), recém-chegado de Paris (de onde regressara em 1920), José de Almada Negreiros (1893-1970) inicia a sua colaboração com o vespertino de Joaquim Manso logo no primeiro número, ilustrando um poema de António Ferro (a dupla

juntar-se-á de novo a propósito, por exemplo, do aniversário da morte do *diestro* Gallito, considerado o melhor toureiro espanhol da época, ou da atriz Vera Sergine).

Para o vespertino, Almada Negreiros desenhará retratos de António José de Almeida, Palmira Bastos, Oliveira Salazar (a propósito da publicação em livro das entrevistas de Salazar a Ferro, em 1933), Jaime Cortesão ou Fernando Pessoa, entre outros, bem como dois autorretratos (em 1921 e em 1930). O seu traço e olhar permitirão aos leitores saber o que se passou no campeonato de *lawn tennis* em Cascais (novembro de 1921) ou nos exercícios dos bombeiros em Lisboa em 1924, «o incêndio oficial do 5 de outubro». Ilustrará artigos de Joaquim Manso e Norberto Araújo. Comentará situações políticas e do dia a dia, publicando desenhos humorísticos na primeira página. «Os desenhos de Almada no *Diário de Lisboa*, sem quebras notórias de qualidade, testemunham o célebre virtuosismo do estilo sintético do seu traço», escreve ainda António Rodrigues.

O primeiro texto que Almada assina para o jornal, logo em maio de 1921, é sobre Charlie Chaplin, «o único homem de quem conheço a obra completa». Crónicas, contos, poesia em prosa, artigos, conferências: Almada vê no *Diário de Lisboa* uma oportunidade para comunicar ao público a sua mensagem estética do século XX, em cuja base se encontra a necessidade urgente de o homem destapar os olhos e ver a realidade que o circunda, diz E. W. Sapega no prefácio ao terceiro volume das *Obras Completas de Almada Negreiros*, que reúne os 26 textos publicados entre 1921

e 1925 no *Diário de Lisboa*. «A partir dos artigos, podemos ficar com uma imagem clara de como era a vida cultural dos anos 20 porque eles descrevem as figuras em que se concentrava o interesse do público nos últimos anos da Primeira República. Em paralelo com a agitação política e social da época, a vida cultural lisboeta fervilhava com uma atividade artística de grande intensidade.»

DIÁRIO DE LISBOA

RUA DO OIRO

... do Oiro, rua dos mestres!
 Alantinho de São, o São do Oiro...
 Balda nua, declama no ar...
 Contas, em giro os vícios e os tráficos!

... das taboetas brancas - comertim
 As bruxas negras, almas, muito casadas,
 São capatazes, são mancebos, são...
 Almas, São Pedro - São João do Oiro...

... das suas paravols, como se os castiões
 São lha, a Liberdade de cores,
 Onde os pés das mulheres, muita vez
 São são, bilhões, furos e caralhões...

... entrada daquela levanta
 Há corça má que me parece morta...
 O meu morto é bato, bato em...
 E os poetas de chuva e ventosia...

... Nesta persoa de vidro tão humana,
 Há tanta carne, em sua escaia serena,
 Que ru grito ao váz puerca, coiza avulzada,
 São taça de cristal se luta pernaat...

... Nas taboetas brancas - comertim
 As bruxas negras, almas, muito casadas,
 São capatazes, são mancebos, são...
 Almas, São Pedro - São João do Oiro...

... Oração de Barbara Desarmada,
 Estes caros desarmados são todos...
 Balões, barbações, ilustres, e
 Passam ao Turco em riso estranho...

... Rua do Oiro - palco de vida,
 Há boudoirs em todos os estílios,
 Hába, hába, arboria e virgins,
 Múltas, ocultas, avulsas...

... Os seus olhos - no horto da Angra
 Decorados no império do Oiro,
 Fases passadas desta sua vida...
 Rua do Oiro - humano Curvaat...

Antonio Ferro
 Desenho de Almeida Negreiros

Quanto às crónicas, «Almada não só escreve sobre as inovações do século, como também faz um esforço de inovar a maneira de contar, obrigando o leitor, desde o início, a interrogar-se sobre o que deveria constituir matéria de uma crónica e qual a nova perspetiva adequada para enquadrar o século XX.»

João de Barros, figura tutelar

No número que assinala o primeiro aniversário do jornal, listam-se, na pequena nota «senhoras que têm colaborado», a escritora infantil Maria Sofia Santo Tirso, a poetisa e cronista Oliva Guerra e a ilustradora Mamia Roque Gameiro, entre outras, além de Fernanda de Castro. Numa outra nota, «colaboradores e redatores que foram ou ainda são do *Diário de Lisboa*», encontramos os nomes de António Ferro, dos escritores Afonso Lopes Vieira e Aquilino Ribeiro, do poeta Augusto Gil, do político Pacheco de Amorim (membro do Centro Católico, juntamente com Salazar, fundado em 1919), do escritor e dramaturgo Tomaz Colaço, além do de uma série de ilustradores.

Personalidade que marca presença nas páginas do *Diário de Lisboa* logo no terceiro número — e que se tornará uma figura tutelar do jornal — é a de João de Barros (1881-1960). Poeta e intelectual, considerado o mais representativo pedagogo republicano (diretor-geral do Ensino Secundário depois do 5 de Outubro de 1910 e secretário-geral do Ministério da Instrução), era amigo de Joaquim Manso e partilhava com ele o ideal de aproxima-

ção ao Brasil, que defendeu ao longo de anos nas páginas do *Diário de Lisboa*. Dedicou parte da sua produção jornalística à criação de uma comunidade luso-brasileira e à defesa do papel fundamental da educação.

João de Barros deve ter sido a pessoa que mais tempo colaborou regularmente com o *Diário de Lisboa*: 39 anos. A primeira colaboração seriam versos ao Soldado Desconhecido (publicara o seu primeiro livro de poesia com apenas 16 anos), e a última o artigo «As Ideias Vencem», três dias antes de falecer, a 22 de outubro de 1960 — na noite em que morreu, ainda trabalhou no texto que preparava para a semana seguinte. O desaparecimento deste «amigo incomparável, colaborador valioso e conselheiro atento e desinteressado», foi manchete do jornal. «Homem democrático até nos aspetos mais triviais da sua conduta [...], democracia não era para ele um conteúdo estritamente político, mas uma forma de conviver, como professor, como alto funcionário da República ou como cidadão igual aos outros cidadãos, pois o caracterizava a repulsa pelos privilégios, de condição ou de fortuna», escreveu-se no *DL* a 26 de outubro de 1960.

Só entre 1941 e 1960, João de Barros — cuja filha era casada com Marcelo Caetano, e o filho, Henrique de Barros, foi presidente da Assembleia Constituinte em 1975 e n.º 2 do primeiro governo constitucional de Mário Soares — publicou 647 artigos no *Diário de Lisboa*. «Muitos contêm algo de uma linguagem cifrada, própria dos tempos da censura [...]», disse Irene Vaquinhas na apresentação do 3.º e

4.º volumes que reúnem toda a colaboração de João de Barros no *Diário de Lisboa*, trabalho hercúleo realizado pelo seu neto, António de Barros. «Tendo como pano de fundo um regime político autoritário, João de Barros mantém-se sempre fiel ao pensamento e aos princípios morais do ideário republicano. Este é, sem dúvida, o fio ténue que une toda a sua produção jornalística no *Diário de Lisboa*».

Noite Sangrenta, a primeira prova de fogo

Foi um dos acontecimentos marcantes da crise em que a República estava mergulhada que permitiria ao *Diário de Lisboa* marcar o primeiro «golo». A 19 de outubro de 1921, uma revolta de marinheiros e arsenalistas conduz ao assassinato de António Granjo, primeiro-ministro (na altura chamava-se Presidente do Ministério) e Machado Santos, um dos heróis do 5 de Outubro, entre outras personalidades, num momento que ficaria conhecido como «Noite Sangrenta». O *Diário de Lisboa* é o primeiro jornal a publicar, logo no dia 19, noticiário sobre o que se passava, nomeadamente a carta de demissão de António Granjo. «Às 16 horas, a nossa primeira edição circulava largamente por toda a cidade, tendo-se começado a confeção do jornal por volta das 11 horas», escrevia-se no dia 20. «A nossa primeira tiragem excedeu toda a expectativa, sendo lida avidamente nas ruas da Baixa por toda a gente. O *Diário de Lisboa* era disputado das mãos dos vendedores. A fim de levar o jornal aos pontos excêntricos da cidade, onde

não tinham ainda chegado as primeiras notícias do movimento — em virtude da paralisação dos carros elétricos em certas linhas —, um automóvel, onde tomaram lugar dois dos nossos redatores e três vendedores, transportou o jornal aos pontos afastados da cidade.» Na segunda edição desse dia, o *DL* publica uma entrevista com Bernardino Machado, e outra com Manuel Maria Coelho, chefe político do movimento.

«O *Diário de Lisboa* felicita-se por não ter dado curso aos boatos de mortes violentas que ontem correram Lisboa», escrevia-se a 21 de outubro. «Não eram verdadeiros, ainda que tenhamos de admitir que havia para eles um ambiente propício. Famílias e amigos das pessoas cujos nomes andavam de boca em boca encontraram na nossa edição um pouco de tranquilidade para o seu espírito.» E numa «breve» (nome dado a uma notícia muito curta, sem título) lia-se que o *Diário de Lisboa* tinha saído com «um retalho em branco», «correspondente a notícias que soubemos, depois da página fundida, não serem verdadeiras, e que mandámos eliminar».

A homenagem ao Soldado Milhões e outras iniciativas

Nas primeiras décadas do século xx, era comum os grandes jornais, como *O Século* e o *Diário de Notícias*, organizarem as suas próprias iniciativas. *O Diário de Lisboa* não fugiu à tradição, logo desde o seu primeiro aniversário, em 1922, comemorado com a realização de uma festa de caridade no

Batalha, Aníbal Augusto Milhais, conhecido como «Soldado Milhões». O mais condecorado herói da I Grande Guerra, que, sozinho com a sua «Luísa» (alcunha dada às metralhadoras Lewis), conseguiu cobrir a retirada de soldados ingleses e portugueses na frente de batalha, salvando a vida de centenas de homens, era um pobre trabalhador de campo na sua aldeia, Valongo, concelho de Murça (que passaria a chamar-se Valongo de Milhais, em sua homenagem), Trás-os-Montes, fazendo milagres com os 2 mil réis que recebia por dia para sustentar mulher e filho, a que se juntavam uns poucos 15 escudos por mês da condecoração de Torre e Espada, a mais alta ordem honorífica portuguesa.

Para o Mosteiro da Batalha estavam convidadas as altas patentes – mas faltavam os soldados. E o *Diário de Lisboa* considera que «a melhor maneira, neste momento, de um jornal realizar a sua missão de estímulo patriótico e de colaboração com os poderes públicos era o de fazer assistir um dos humildes combatentes à cerimónia» (*DL*, 4-4-1924). O vespertino vai buscá-lo a Trás-os-Montes e fá-lo desfilhar por Lisboa e visitar as redações de todos os jornais. Pede autorização para o incluir na representação oficial na Batalha, e o ministro da Guerra aplaude. Leva-o ao Porto e devolve-o a Valongo, acompanhando-o sempre (não só por jornalistas, mas também pelos administradores Alfredo Vieira Pinto e Pedro Bordalo Pinheiro), e publicando, inclusive, um suplemento especial de 16 páginas com reportagens sobre as receções apoteóticas por todos os locais por onde vai passando.

Além disso, o *Diário de Lisboa* abre uma subscrição entre a colónia transmontana para a compra

de uma casa para Milhões — «transmontanos de boa-vontade podem dirigir-se ao seu conterrâneo Norberto Lopes, neste jornal, que receberá os seus alvitres», escreve-se nas páginas do diário. O primeiro subscritor é de facto um transmontano, Cândido Sotto Mayor, um dos donos do Banco com o mesmo nome, que doa 5 contos, no mesmo dia em que o telefonista Abílio, do Governo Civil, contribui com 7\$50. A companhia de teatro Satanela-Amarante faz uma récita para ajudar na construção da casa. No final de abril, estão angariados 18 419\$40, valor equivalente ao que o «herói humilde da Flandres que o *Diário de Lisboa* deu a conhecer à opinião pública» receberia da Torre e Espada durante 102 anos...

É também a orientação nacionalista e patriótica um dos argumentos para a iniciativa de outubro de 1925, a Festa dos Mercados, para «ajudar a propaganda da alegria», como foi explicado na edição de 24 de outubro desse ano. Foi apresentada como uma «festa alheia aos partidos e às paixões que nos dividem», numa alusão à revolta militar de 18 de abril desse ano, conhecida como o «Golpe dos Generais», considerada um balão de ensaio para o 28 de Maio de 1926, que instauraria a Ditadura Militar e, seguidamente, o Estado Novo.

A eleição da rainha dos mercados lisboetas dará azo à realização de um mercado histórico no Largo de S. Domingos, organizado pelos artistas Matos Sequeira, Alberto de Sousa e Leitão de Barros e que contou com a colaboração de Leite de Vasconcelos, Columbano Bordalo Pinheiro e Roque Gameiro (este último foi jurado do concurso das vendedeiras mais bem vestidas).

O certame, tal como a Festa dos Mercados, é organizado por Norberto de Araújo (1889-1952), um dos mais prestigiados jornalistas do *DL*, que começara a trabalhar aos 15 anos como tipógrafo na Imprensa Nacional, mas cujo talento literário fará saltar para a escrita. Olissipógrafo — será mais tarde o organizador das marchas de Lisboa —, um dos seus trabalhos mais aplaudidos foi a série de reportagens «como se trabalha em Lisboa». Durante 16 anos, assinou a coluna de opinião «Página da Quinta-Feira», na mesma altura em que uma outra coluna de opinião, «Preto no Branco», de Amílcar Ramada Curto, também atraía as atenções do público.

Com o mesmo carácter da Festa dos Mercados, o *Diário de Lisboa* organiza o concurso das quadras populares de São João (de que foi jurado o poeta Augusto Gil), o concurso de quadras de Santo António (que encerrou com uma festa no Coliseu) e o concurso *A Rainha das Costureiras* (1931), entre outros. Apoia a Semana dos Artistas, uma ideia do Grémio dos Artistas Teatrais, que transforma atores em empregados de balcão durante cinco dias, em janeiro de 1928. António Silva serve à mesa na Brasileira, Irene Isidro está ao balcão da pastelaria Garrett, Beatriz Costa recebe os clientes do Último Figurino. O objetivo é animar o Chiado, alegrar os estabelecimentos. «O *Diário de Lisboa* não tem, na Semana dos Artistas, como o não teve na Festa dos Mercados, objetivos materiais. [...] Os jornais não colhem das suas grandes iniciativas senão encargos, aborrecimentos, surpresas tantas vezes desagradáveis», escreve-se no vespertino a 22 de janeiro de 1928.

Foi o que aconteceu, de certa forma, com o Concurso Mundial de Beleza, em 1930. O *Diário*

de Lisboa aceita o convite para organizar a eleição da mulher portuguesa que representará o País na grande final no Brasil, onde vive uma comunidade de cerca de 200 mil portugueses. O júri é composto, entre outros, por José de Figueiredo, diretor do Museu de Arte Antiga, a atriz Palmira Bastos, a poetisa Virgínia Vitorino, o pedagogo João de Barros e o pintor Martins Barata.

Da vencedora, Fernanda Gonçalves, o jornal retira dois anos à idade, de 24 para 22, e logo isso dá azo a que os pais da segunda classificada façam escarcéu. Fernanda Gonçalves segue para o Brasil de pacote, acompanhada pelo jornalista Norberto Lopes e pelo administrador Pedro Bordalo Pinheiro. É a segunda classificada a nível mundial e volta a ocupar toda a primeira página do vespertino.

O 28 de Maio e a instauração da censura

A 28 de maio de 1926, um golpe militar comandado pelo general Gomes da Costa terminou com a I República e instaurou uma ditadura militar, que desembocaria, em 1933, na aprovação de uma nova Constituição e na instauração do Estado Novo.

As movimentações de tropas começaram em Braga — e logo Norberto Lopes está num automóvel, a caminho da cidade minhota, contando aos leitores do *Diário de Lisboa* tudo o que encontra pelo caminho. Publicado apenas de segunda-feira a sexta-feira, o jornal faz, dado o carácter excepcional dos acontecimentos, edições também no sábado e no domingo, 30 e 31 de maio, com «larga reportagem do movimento militar».

Numa pequena nota, logo no dia 29, chama-se a atenção para as condições extraordinariamente adversas em que os jornalistas estão a trabalhar: numa tentativa de controlar a informação sobre os revoltosos, o governo decidira que todos os telegramas tinham de ir à censura, o que dava azo a boatos e imprecisões. Mas o *DL* «informa os leitores, não por boatos, mas sobre o que nos chega pelos nossos delegados, enviados especiais, redatores e informadores». Gomes da Costa é entrevistado pelo enviado especial a Braga. «Das suas palavras tirarão os leitores as conclusões que julgarem mais lógicas e oportunas. Pela parte que nos toca, cumprimos apenas a nossa obrigação de noticiaristas.»

Com o triunfo do movimento, a censura é imposta, a 24 de junho de 1926. No último dia sem «lápiz azul», lê-se na primeira página do *DL*: «Os jornais hoje ainda podem ter opinião. Mas de amanhã em diante têm que pensar pela cabeça dos outros. [...] O jornal mais bem informado, daqui para a frente, será o *Diário do Governo*.»

Salazar veio de Coimbra para assumir a pasta das Finanças, cargo que deixaria ao fim de apenas uma semana. Se tivesse chegado a Lisboa 15 dias mais tarde, já haveria censura e Norberto Lopes não poderia ter escrito a notícia com a mesma irreverência com que o fez a 12 de junho. O jornalista tenta entrevistá-lo, mas a todas as perguntas o jovem ministro responde não respondendo: «Ainda é cedo para falar.» Por isso, Norberto Lopes remata o artigo lembrando a anedota do papagaio: comprado por ter fama de falar muito, o papagaio afinal não abria a boca e o dono desculpava-se dizendo «falar, não fala; mas pensa».

Apesar de ter nascido em liberdade, o *Diário de Lisboa* já tinha conhecido as agruras da censura. Em 1925, no seguimento do chamado «Golpe dos Generais», a primeira página da edição de 18 de abril sai com metade do espaço em branco, por causa dos cortes da censura, e a publicação do jornal é suspensa durante quatro dias, «acusado de perturbador da ordem pública» (*DL*, 24-4-1925).

5.º ANO LISBOA—SABADO, 18 DE ABRIL DE 1925 N.º 1236

Diário de Lisboa

NOME AVULSO DO DIÁRIO: **FRANCO DE SEQUEIRA**
 ADMINISTRADOR: **FRANCO DE SEQUEIRA**
 REDACÇÃO: **FRANCO DE SEQUEIRA**
 REDACÇÃO TELEGRÁFICA: **FRANCO DE SEQUEIRA**

DIRECTOR: **JOAQUIM MANSO**
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO: **ALVARO DE ANDRADE**

Propriedade da **RENAISSANCE GRAPHICA**
 Redacção, administração e impressão:
RUA LUZ BORGANO, 47
 TELEFONES: **10 222**
 Edifício: **10 222**
 Edifício: **10 222**

NO PARQUE EDUARDO VII

Rebentou hoje

um movimento militar

CHEFIADO

por Filomeno da Camara



FILOMENO DA CAMARA

O movimento ha tanto tempo anunciado, de caracter conservador, e com characteristics mais ou menos militares — e sobre o qual se fez silencio ha cetera de um mez — rebentou esta manhã, com surpresa quasi geral para o publico, ainda que os jornalistas e alguns elementos da publicia activa das grupos militantes, desle tivessem conhecimento.

A's 8 horas da manhã os elementos militares comprometidos para o movimento chegavam á Rotunda, campo de concentração das forças, em cujo morro, exactamente aquelle onde estiveram as peças de Sidiouso Paes, se encontraram agora 8 baterias de artilharia de Queda.

A primeira unidade a chegar, em peso, foi o regimento de sapadores mineiros, commandado pelo coronel sr. Raul Esteves.

Quasi na mesma occasião, artilharia de Queda, grupo e caravela, commandada pelo tenente-coronel Malheiros.

A estas unidades se juntou o Regimento de Metralhadoras de Campolide, sob o commando do capitão Baptista, em cujo quartel, pegado á Penitenciaría, e que é amplo, se encontraram os elementos superiores do movimento, tendo por dirigente o commandante da marinha, sr. Filomeno da Camara, fardado.

As embocaduras das ruas, que

levam ao parque Eduardo VII, e Campolide, estão defendidas por metralhadoras.

Por volta das 8 e meia as baterias de Queda fizeram dois tiros, tendo um caído no Paço do Borrstem, atingindo um pedreiro alto, e matando um homem.

O commandante Filomeno da Camara ordenou que não se fizessem mais tiros.

O local de concentração das tropas—a que é uso chamar Rotunda, e que melhor se pode designar pelo alio da Penitenciaría—está tambem concorrido de bastantes civis, ligados ao movimento, mas desarmados.

O aspecto é contido absolutamente militar, com transitos de automoveis, camiões, veletas pelos montes, e metralhadoras ocultas entre arbustos.

A senha do movimento é «Patria e Gloria».

O historiador José Tengarrinha considera, no livro já citado, que há três fases na relação da ditadura militar e do Estado Novo com a imprensa: até 1931, a atenção incidiu sobre a triagem da informação, mas sem critérios ainda não muito definidos; até ao princípio da década de 50, o objetivo principal foi a criação de uma opinião pública favorável ao governo; e na terceira, final, torna-se de novo muito importante filtrar as informações que podem ameaçar o regime.

«A censura não se limitava a exercer vigilância sobre assuntos políticos ou económicos», escreve Mário Matos e Lemos em *Jornais Diários Portugueses do Século XX – Um Dicionário*. «Pretendia ter, também, uma ação moralizadora, globalizante e uniformizadora.» E dá como exemplo a circular enviada aos jornais em abril de 1929, exortando-os a não publicarem relatos extensos e pormenorizados de crimes passionais, de sadismo, de «todos aqueles atos de que, sob o ponto de vista de uma sadia moral, importa defender a sociedade». Em dezembro de 1930, passa a ser obrigatória a publicação das notas officiosas dos ministérios, que teriam de as enviar para os jornais apenas com a nota «publique-se em tal página». O jornal que não o fizesse seria suspenso por oito dias.

Ainda antes da nomeação de Salazar para Presidente do Conselho, em julho de 1932 os diretores dos três principais diários da capital – *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias* e *O Século* – enviam uma carta ao ministro do Interior, de quem dependiam os Serviços de Censura, falando da «necessidade de se modificarem os processos seguidos». Classificando a censura como arbitrária, «não

respeitando, já não dizemos a liberdade de pensamento, que ela não pode reconhecer», mas os próprios interesses das empresas jornalísticas, é «anti-patriótica por forçar ao silêncio órgãos de expressão da vontade nacional», lê-se na missiva consultável no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. «A censura, di-lo a História, nunca conduziu os povos à felicidade, como nunca conseguiu eternizar no poder quem a use como principal escudo do seu predomínio.»

Sublinhando o carácter absolutamente arbitrário dos censores, que proíbem «palavras ou factos insignificantes, com um requinte de minúcia e um capricho doentio», os serviços de censura põem em causa a viabilidade económica das empresas jornalísticas, «quer forçando-as a inutilizar, à última hora, páginas já fundidas, quer obrigando-as a alterações e substituições absolutamente arbitrárias, o que tudo conduz inevitavelmente à perda de correios e de comboios».

José Ribeiro dos Santos, chefe de redação do *Diário de Lisboa* nos anos 50, iniciou-se na profissão em 1925, antes da instauração da censura. No seu livro de memórias, conta como funcionava a censura nesta primeira fase: as matérias eram submetidas à censura em provas tipográficas soltas, peça a peça, que dava o seu veredicto: «visado», «cortado» ou «suspenso» (ficava a aguardar decisão, que chegava a demorar semanas). «As provas eram transportadas por pessoal dos próprios jornais. Era um verdadeiro corrupio, a partir do meio-dia e até à hora de fecho das edições, que nesse tempo era, para os da tarde, pelas 4 horas ou até depois se havia

acontecimentos que o justificasse: por exemplo, algum discurso de Salazar, que valia quase como força de lei».

Se algum jornal se tentasse esquivar a publicar o discurso de Salazar, os serviços de censura, ligados às redações através do telefone (Ribeiro dos Santos diz que chegou a haver uma linha especial, direta, entre a censura e cada uma das redações), lembravam-no dizendo: «Não recebemos até agora provas do discurso do senhor Presidente do Conselho...» Ao que os jornais se desculpavam dizendo que, não sendo matéria censurável, não tinham mandado as provas...

Ribeiro dos Santos conta que um dia, ao paginar um discurso de Salazar, chegaram ao fim do texto e sobrava um espaço na página, que era preciso preencher. O encarregado da publicidade, Augusto Gomes da Costa (cujo filho, António, depois o substituiria), diz-lhe que tem um anúncio pronto. A página vai para imprimir com um anúncio, no final do discurso, que dizia «Bonitas palavras não enganam ninguém. Quer oferecer uma prenda? Vá à joalheria tal». No dia seguinte, telefonema da censura, pedindo contas. Ribeiro dos Santos acha que é melhor explicar-se pessoalmente, tira-se das suas tamanquinhas e vai à censura. «Do sobressalto só descansei quando chegou a notícia: o jornal deveria pagar a multa de... Era uma multa simbólica.»

Ao estrangulamento da liberdade de expressão, ao controlo da informação, à pressão a que estavam sujeitos os jornalistas, aos prejuízos causados às empresas jornalísticas pelos jornais perderem os comboios, juntavam-se ainda as

multas e as suspensões. Um cadastro da PIDE, a polícia política, consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, identifica o *Diário de Lisboa* como diário de «oposição ao Estado Novo» e enumera o pagamento de multas pelo jornal em 1937 (mil escudos, por ter publicado matéria que não tinha enviado à censura), 1939 (500 escudos, publicação de matéria sem autorização) e 1942 (2 mil escudos, por publicação de um corte). Mas terá havido com certeza muitos mais, a julgar até por outra documentação, como a que refere um episódio passado em 1934: por não ter esperado pelos cortes da censura a uma entrevista de um vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, a PIDE apreendeu em Santarém os exemplares que seguiam para o Norte pelo rápido do Porto.

O primeiro suplemento literário e Fernando Pessoa

Reproduzindo o cabeçalho do vespertino, e juntando-lhe a indicação «suplemento literário», o *Diário de Lisboa* começa a publicar a 30 de novembro de 1934 um caderno semanal «com a modesta mas firme decisão de contribuir para a divulgação do facto literário e artístico». «Sendo o *DL* um jornal que procura servir e honrar a Pátria. [...] defenderemos a cultura nacional. Portugueses acima de tudo.»

A atividade editorial é seguida de forma muito atenta: notas e comentários sobre os livros recentemente editados, artigos de fundo sobre temas

da cultura portuguesa, pequenas entrevistas a escritores (numa secção intitulada «Dez minutos com», na qual, só para dar um exemplo, Vitorino Nemésio é «entrevistado» por Aquilino Ribeiro), publicação de contos inéditos e de versos, notícias curtas.

A lista de colaboradores do suplemento literário é extensa e significativa: Almada Negreiros (escreve sobre o 20.º aniversário do *Orpheu*), António Lopes Ribeiro, António Pedro (a viver em Paris), Adolfo Casais Monteiro, António Botto, António Patrício, Manuel Teixeira Gomes, Vitorino Nemésio.

É no suplemento literário que João Gaspar Simões (1903-1987), diretor da revista *Presença*, primeiro biógrafo de Fernando Pessoa, firmará a sua carreira como crítico literário profissional.

A edição de *A Mensagem*, de Fernando Pessoa, em 1934, é assinalada com a publicação de três poemas, ilustrados por Almada Negreiros. Quinze dias depois, Fernando Pessoa publica nas páginas do suplemento um soneto inédito sobre o Natal. E na semana seguinte, a 4 de janeiro de 1935, comenta, a pedido de António Lopes Ribeiro, a obra do padre Vasco Reis, poeta distinguido com o primeiro prémio do Secretariado Nacional de Propaganda.

Mas o texto de Pessoa no *Diário de Lisboa* de maior impacto seria publicado fora do suplemento literário. «Análise serena e minuciosa — o projeto de lei apresentado no Parlamento sobre as associações secretas apreciado e largamente comentado pelo Sr. Fernando Pessoa» ocupou, na edição de 4 de fevereiro de 1935, duas colunas da primeira página e as páginas centrais. Pessoa começa por

chamar a atenção para o facto de a definição de «associação secreta» ser tão lata que o Conselho de Ministros é uma associação secreta. «De resto, tudo quanto de sério ou de importante se faz em reunião neste mundo, faz-se secretamente. Se não reúnem em público os Conselhos de Ministros, também o não fazem as direcções dos partidos políticos, as tenebrosas figuras que orientam os clubes desportivos, ou os sinistros comunistas que formam os conselhos de administração das companhias comerciais e industriais.»

O que o projeto de lei visa é terminar com a Maçonaria. «Começo por uma referência pessoal [...] Não sou maçom, nem pertenço a qualquer outra Ordem, semelhante ou diferente. Não sou porém anti-maçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica.» Pessoa analisa depois o que se passou nos países onde a Maçonaria foi proibida (Itália, Alemanha e Espanha, deixando de fora a Rússia, caso que diz conhecer mal) e o que se passaria em Portugal se a lei fosse aprovada: «A primeira coisa seria esta — coisa nenhuma.»

Quatro dias depois, as mesmas duas colunas da primeira página e uma página interior são ocupadas por uma carta de José Cabral, o deputado que havia apresentado o projeto-lei à Assembleia Nacional, respondendo ao artigo de Pessoa. A lei foi aprovada a 21 de maio desse ano, 1935.

O suplemento literário publicar-se-á durante a década de 30. Segundo Mário Matos e Lemos, «deverá ter sido suspenso com o eclodir da guerra [II Guerra Mundial], que agravou de sobremaneira o preço do papel».

João Gaspar Simões manterá a colaboração, assinando uma coluna sobre os livros da semana na página literária publicada às quintas-feiras na década de 40. «Sem a divulgação que Gaspar Simões exerceu durante tantos anos [no suplemento literário], muitas das vozes mais reconhecidas da nossa prosa e poesia de hoje ter-se-iam, talvez, silenciado ou não ganhariam o eco que as fez lembrar na hora da liberdade», disse José Cardoso Pires em 1989³.

3 DL, 18-12-1989.

As ondas de choque das guerras

A Guerra Civil de Espanha

Apesar de ter sido o *Diário de Notícias* o jornal português com maior número de enviados à Guerra Civil de Espanha (1936-1939), a cobertura do conflito pelo *Diário de Lisboa* reveste-se de enorme importância.

O *Diário de Lisboa* foi o primeiro jornal português a mandar um enviado especial. O movimento insurrecional estala a 18 de julho de 1936 e Norberto Lopes (1900-1989), chefe de redação, parte logo no dia seguinte, em direção a Madrid. Mas só no dia 30 o vespertino publica os seus primeiros despachos: por causa dos cortes nos telefones e nos telégrafos, o repórter apenas consegue ditar as suas prosas no dia 29. Relata então o que tinha visto em Naval Moral de la Mata (com as milícias comunistas) e em Salamanca, ressaltando que a única fonte de informação são os militares. Daí até

Plasencia há de seguir com as milícias fascistas, e de Plasencia voltar a Salamanca com uma força de infantaria.

Norberto Lopes é mandado regressar e outro importante repórter, Artur Portela (1901-1959), recebe guia de marcha. «Agosto de 1936. É a minha primeira viagem de guerra. A Espanha arde — de norte a sul. Um dos pontos nevrálgicos é o Guadarrama, com o seu Alto de Leon, onde chego, primeiro que todos, depois duma jornada que me ia custando a vida», contará *Nas Trincheiras de Espanha*, livro que reúne as suas reportagens do conflito. Na primeira peça, fala sobre a dificuldade que é trabalhar naquelas circunstâncias, em que a cada notícia se sucede um desmentido da força oposta; e em que os textos enviados têm de passar primeiro pela censura das forças em confronto. A 8 de agosto, o *DL* publica esta curiosa nota: «O nosso enviado na frente de Guadarrama, Artur Portela, que regressou ontem a Salamanca, conseguiu hoje, excecionalmente, pôr-se em comunicação telefónica com o nosso jornal para nos dizer que volta hoje para Ávila, donde acompanhará as operações militares. Autorizado a falar pelo comando militar de Salamanca, comprometeu-se a não dar quaisquer informes relativos aos acontecimentos. A conversação travou-se obrigatoriamente em espanhol, de um lado e outro. O nosso camarada limitou-se a dar notícias pessoais e a receber instruções.»

Nessa altura, o *Diário de Lisboa* tem mais uma equipa de reportagem no terreno. A 6 de agosto, já Félix Correia estava em Sevilha, entrevistando Queipo de Llano, general franquista que tomara a cidade, e querendo acompanhar as colunas do Sul

que se dirigem a Madrid. Quando Franco aterriza em Sevilha, Félix Correia consegue entrevistá-lo. A entrevista, publicada a 10 de agosto, é um «furo» mundial que, segundo o académico Alberto Pena Rodríguez, teve repercussão internacional e que faria com que, no ano seguinte, uma agência de informação londrina escrevesse para o *DL* tentando contratar o jornalista para nova entrevista com Franco — proposta que Félix Correia recusa.

Na noite de 10 de agosto, mais um jornalista do *Diário de Lisboa* cruza a fronteira com Espanha. Trata-se do jovem Mário Neves, com apenas 24 anos, a quem o administrador Pedro Bordalo Pinheiro confia a tarefa de reportar o que se está a passar em Badajoz, cujo assalto pelas forças revoltosas se pensa estar iminente. Mário Neves avança sozinho, sem o apoio e sem acesso a nenhuma das forças em confronto. Assiste à chacina em Badajoz, uma das mais terríveis da Guerra Civil Espanhola. Das oito crónicas que enviou, a última seria totalmente cortada pela censura, tendo sido publicada em Portugal apenas depois do 25 de Abril, no livro *A Chacina de Badajoz*. Nessa última reportagem, Mário Neves descrevia o que tinha acontecido às pessoas que tinham sido executadas pelas forças de Franco: os corpos eram incinerados a céu aberto. «Num degrau cavado na terra com o aproveitamento duma diferença de nível, encontram-se, numa extensão talvez de 40 metros, mais de 300 cadáveres, na sua maioria carbonizados.» O testemunho de Mário Neves foi tão importante que o historiador inglês Hugh Thomas o incluiu no seu conhecido livro *The Spanish Civil War*.

Apesar de visados pela censura, os despachos de Mário Neves que o «lápiz azul» autorizou enfureceram os serviços de propaganda franquista. O jornalista foi alvo de acusações caluniosas, entre as quais a de nunca ter saído de Elvas, «que se foram tornando cada vez mais difíceis de refutar com o agravamento da posição tendenciosa do governo português», escreveu o jornalista no prefácio de *A Chacina de Badajoz*. Com o avançar da guerra, explicará Mário Neves no mesmo texto, a censura apertará ainda mais a malha, «até ao ponto dos nossos jornais terem apenas acesso ao sector franquista» e os mais independentes desistirem de recolher informações do lado republicano.

É o que se passa nas páginas do *Diário de Lisboa* daí para a frente: só se chega à frente de batalha levado pelos franquistas. Artur Portela faz segunda incursão no conflito, voando para Tânger e entrando em Espanha por Algeciras. Assistirá à conquista de Toledo e de Talavera de la Reina pelas forças revoltosas, no início de setembro: «Ao lado das bermas da estrada, em posições dramáticas, vêem-se duas filas de cadáveres. Uns morreram no último combate, outros após. Para que a putrefação não se desenvolvesse, os corpos foram regados com gasolina e queimados depois. Mas o cheiro atroz anda no ar, com gangrena solta.»

Numa quarta viagem, na companhia de Norberto Lopes e do repórter fotográfico Deniz Salgado, Artur Portela testemunhará a tomada de Getafe e reportará a batalha de Madrid. Artur Portela Filho — futuro redator do *DL* — virá a escrever um livro sobre a presença do pai na Guerra Civil de Espanha, *A Guerra da Meseta*. O jornal terá ainda

dois enviados especiais, o redator Rogério Perez e o fotógrafo Afonso Pereira de Carvalho.

O capitão Jorge Botelho Moniz, um dos oficiais que colaboraram no golpe de 28 de maio de 1926, teve também um papel na cobertura feita pelo *DL* da Guerra Civil Espanhola. Apoiante declarado de Franco, Botelho Moniz foi um dos organizadores dos Viriatos, os voluntários portugueses que apoiaram o ditador espanhol, e pôs o Rádio Clube Português, de que era o proprietário, ao serviço da causa franquista. Nas páginas do *Diário de Lisboa*, escreveu regularmente, a partir de 1937, uma crónica militar sobre o desenrolar do conflito em Espanha. Em abril de 1938, passará a assinar com o pseudónimo X.Y.Z, cujo autor verdadeiro só será revelado aos leitores do jornal um ano depois, quando a guerra é dada por terminada e ganha por Franco. «Apesar de Botelho Moniz acrescentar muito nas informações do periódico, dada a sua posição privilegiada nas frentes de batalha (sendo um valioso correspondente), comprometeu a relativa idoneidade jornalística do jornal», defende Igor Taborda, autor de uma monografia sobre a presença dos nacionalistas nas páginas do *Diário de Lisboa*.

A entrevista a Hitler e a II Guerra Mundial

Estamos em janeiro de 1935. Hitler encontra-se no poder desde 1933. Dois jornalistas portugueses são convidados para ir à Alemanha. Um deles é Félix Correia (1901-1969), convicto seguidor do Integralismo Lusitano, redator do *Diário de Lisboa* desde

1922, ao mesmo tempo chefe de redação do *Jornal do Comércio e das Colónias* (era comum na época os jornalistas acumularem mais do que um emprego).

No seguimento da I Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes tinha estabelecido que os territórios da bacia do Sarre, até aí pertencentes à Alemanha, deviam ficar sob administração da Liga das Nações durante 15 anos, como parte dos ressarcimentos que aquele país devia pagar pela guerra. Findo esse período, o destino do território deveria ser decidido por um plebiscito. É a esse plebiscito que os dois jornalistas são convidados a assistir.

Do Sarre, a visita segue para Berlim, cidade que os repórteres do *Diário de Lisboa* e do *Diário de Notícias* não quiseram deixar sem visitar o Führer e sem lhe pedir algumas palavras sobre Portugal, explica Félix Correia na edição de 2 de fevereiro de 1935. O embaixador na Alemanha, Veiga Simões, disponibiliza-se para interceder, além do mais porque «entre o reduzido número de jornalistas que até hoje falaram com Hitler não se contava um único português».

«Hitler [...] tem sido sempre o mesmo homem simples e enérgico que votou a sua vida aos maiores sacrifícios pela pátria querida vergada ao peso da derrota»: assim começa o artigo intitulado «Uma breve entrevista com o chanceler Hitler». Mas de entrevista o encontro entre o ditador e os dois jornalistas teve pouco. Não lhe perguntaram nada. «Dominados pela emoção do encontro que íamos ter, não falávamos.» Responderam de forma altamente elogiosa à curiosidade do ditador sobre o que tinham achado da Alemanha e pediram-lhe para ele autografar a fotografia que levavam, a que

«acedeu gostosamente» — mas perguntas, nada. Então Hitler ditou textualmente para o *Diário de Lisboa* as palavras que o funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão traduziu para francês: «As boas relações entre a Alemanha e Portugal interessam-me profundamente tanto mais que o atual regime se inspira em princípios e objetivos que em muitos campos são orientados no mesmo sentido que os do regime alemão.»

Na edição seguinte do *DL*, Félix Correia entrevista Joseph Goebbels, ministro da Propaganda, um dos pilares do regime nazi, «em cujo olhar brilha a chama dum invulgar talento». Os leitores do *Diário de Lisboa* leriam ainda outras peças de Félix Correia com as «impressões do III Reich» na altura em que se completavam dois anos do Estado nacional-socialista.

Cinco anos depois, já em plena II Guerra Mundial, tantos elogios ao regime nazi causariam dissabores a Félix Correia. O jornalista reúne no livro *Quem Vem Lá?* as reportagens realizadas na Guerra Civil de Espanha e na Alemanha e é chamado a apresentar-se na PVDE (polícia política, antecessora da PIDE): o livro não tinha ido à censura e o major Salvação Barreto, seu diretor, não gosta da dedicatória a Salazar e a Carmona, de quem são publicadas fotografias, sugerindo assim o apoio dos dois políticos portugueses ao regime nazi, segundo conta Gonçalo Pereira da Rosa no livro *Parem as Máquinas*. A PVDE apreende os poucos exemplares ainda não vendidos (em apenas três dias o livro revelara-se um sucesso editorial) e a segunda edição vai ao «lápiz azul», que corta várias partes.

Três meses depois, a 6 de julho de 1940, está nas bancas a revista quinzenal *Esfera*, germanófila e financiada pelos alemães, que se insere na estratégia de propaganda alemã durante a II Guerra Mundial. Félix Correia será o seu diretor a partir de novembro desse ano (e até ao último número, a 20 de abril de 1945). Por essa altura, já Artur Portela está encarregado de dirigir a revista quinzenal financiada pelos britânicos que apoia os Aliados, *Mundo Gráfico*, cujo primeiro número é posto à venda a 15 de outubro de 1940.

Os dois jornalistas convivem pacificamente na redação da Luz Soriano. E se um entrevistara Hitler em 1935 e nada lhe perguntara, o outro tivera a oportunidade de conversar com Winston Churchill a 28 de julho de 1939 e transformara um encontro *off the record* numa entrevista. Artur Portela tinha ido a Londres a convite do British Council, incumbido da propaganda junto dos países neutrais, integrando um grupo de 12 jornalistas. Sondados sobre com que figuras gostariam de conversar, Artur Portela e Ribeiro dos Santos, do *República* (a partir de 1941 redator do *DL*), apontaram o nome de Churchill. Foram levados ao apartamento do líder. Definem-se as regras: «Dado que se trata de dois representantes dos jornais portugueses mais favoráveis à causa inglesa, a conversa servirá de *background* e não para uso direto», conta também Gonçalo Pereira da Rosa no livro *O Inspector da PIDE Que Morreu Duas Vezes*. Já na rua, Artur Portela e Ribeiro dos Santos fixam a tradução das palavras de Churchill, para não haver incoerências.

A entrevista é publicada nos dois diários no mesmo dia, 31 de julho de 1939. Um artigo do jornal inglês *The Daily Telegraph* acusa os portugueses de terem sido tratados nas palminhas das mãos durante a visita e no final faltarem à palavra. O *Diário de Lisboa* explica a atitude de Portela dizendo que o compromisso do jornalismo é o de «guiar o público com a verdade» e por isso «arrancou ao segredo e ao silêncio informações de enorme preço, sem qualquer ideia maléfica ou lucrativa [...] [Artur Portela] não traiu nem sequer contrariou a admiração que o *Diário de Lisboa* em peso vota a uma nobre nação amiga e aliada que tão heroicos esforços tem feito para salvar a Europa dum guerra nefasta e indesejada», ripostou o vespertino na edição de 3 de agosto de 1939. «Os artigos que enviou de Londres abonam a sua anglofilia.»

Se tanto Artur Portela como Félix Correia eram já nomes firmados no panorama jornalístico nacional, a cobertura noticiosa da II Guerra Mundial faria luz sobre os talentos de outro jornalista do *Diário de Lisboa*: Carlos Ferrão (1898-1979). No *Dicionário de Historiadores Portugueses*⁴, Joaquim Romero Magalhães afirma que Carlos Ferrão é «o primeiro português que poderá ser dito historiador de relações internacionais», porque «não se limita à narrativa dos acontecimentos dum período tão rico — quer compreendê-los e explicá-los». Aos despachos das agências internacionais junta o *Diário de Lisboa* a secção «As Perguntas da Semana», num tom explicativo. Carlos Ferrão,

4 <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>

antigo professor na Casa Pia, que entrara para o *DL* depois da Noite Sangrenta, em 1921, redator daquele vespertino durante 42 anos (e que seria diretor da *Vida Mundial*), reuniria os seus artigos sobre a II Guerra Mundial numa série de livros, o primeiro dos quais *Seis Meses de Guerra*, com textos publicados entre setembro de 1939 e março de 1940, a que se seguiriam, entre outros, *Assim Estalou a Guerra*, com direito a uma segunda edição, ou *História Secreta da Guerra*, não assinada, em 12 volumes, editada pel’*O Século*.

Chegado à redação do *Diário de Lisboa* em 1941, José Ribeiro dos Santos recorda nas suas memórias um episódio relacionado com a censura durante a guerra, que ilustra o papel delicado da imprensa durante o conflito. Por volta de 1942, «reventou um sarilho diplomático dos diachos»: a embaixada alemã protestara junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros por causa do empolamento dado a um episódio que parecia favorável aos Aliados — «e era preciso deitar água na fervura». A direção da censura telefona a Joaquim Manso, explicando o imbróglio e transmitindo-lhe «a orientação do escrito com que era preciso acudir para aplacar o fogo do protesto». Joaquim Manso fecha-se no seu gabinete e escreve. Às 4 da tarde, o jornal está fechado. Aguarda-se apenas a censura. E como o tempo urge porque a edição tem de apanhar o comboio, usa-se o telefone direto para perguntar o que se passa. «É que o artigo é quase mesmo ao contrário do que se tinha combinado», respondem do lado de lá. Norberto Lopes, na altura chefe de redação, sugere então que seja Ribeiro dos Santos — «que tem a experiência de ter vindo

do *República*», argumentou — a escrever nova peça, que correspondesse à encomenda. Assim foi. A versão «não fez engulhos à censura» e «dez minutos depois, tínhamos a máquina a andar e a vomitar papel para a venda».

Já quase no final da guerra, o *DL* continuaria a dar cartas na cobertura jornalística. Norberto Lopes é um dos jornalistas convidados pela embaixada britânica para se deslocar a vários pontos da Europa, em maio de 1945. Está em Londres quando é noticiada a morte de Hitler, visita a Munique completamente destruída e vai ao campo de concentração de Dachau poucos dias depois da sua libertação pelas tropas americanas. «No regresso a Londres, quando a Inglaterra festejava o segundo V Day, fui, com outros colegas, convidado a fazer um depoimento ao microfone da BBC acerca do que vira na Alemanha», recorda no seu livro de memórias *Visado pela Censura*. «Na minha palestra havia porém uma passagem que a censura britânica não apreciou, em que me atrevia a defender uma tese contrária ao pensamento do Governo inglês — a da irresponsabilidade do povo alemão nos crimes cometidos pelos nazis.»

A II Guerra Mundial foi um momento de viragem na história do próprio *Diário de Lisboa*. «O jornal não hostilizou abertamente o Estado Novo, pode mesmo dizer-se que lhe deu algum apoio, mas a partir do fim da II Guerra Mundial os sentimentos republicanos da maioria da redação impuseram uma linha suavemente crítica que se foi tornando mais consistente com o passar dos anos e no princípio dos anos 70 opunha-se francamente ao regime», escreve Mário Matos e Lemos.

Uma mulher na redação e a entrevista ao rei exilado

A II Guerra Mundial estava prestes a terminar quando Manuela de Azevedo (1911-2017) sobe as escadas da Luz Soriano. Praticamente, não havia mulheres jornalistas na altura. Vinha *da Vida Mundial Ilustrada*, onde chefiava a secção de crítica de teatro, e entra pela mão de Joaquim Manso, que lhe disse no primeiro dia de trabalho no *Diário de Lisboa*: «Minha senhora, os redatores têm a liberdade máxima e a responsabilidade máxima!», conta ela no seu livro de memórias.

«A minha chegada ao *DL* coincidira com a propaganda das pseudo-eleições que se sucedia ao fim da guerra. A censura abrira um pouco a torneira ao direito de opinião e Deniz Salgado, chefe do quadro dos fotógrafos, dizia com ironia:

— Ora, agora que não temos censura lá fora, temo-la cá dentro!

Referia-se à minha presença, porque ao chegar eu dissera:

— Não quero incomodá-los. Basta que utilizem a linguagem usada diante das vossas mães e das vossas filhas.»

Num meio completamente dominado pelos homens, Manuela de Azevedo — que não ficará sentada na redação, mas numa sala à parte — tem de se esforçar a dobrar para vingar. As ondas de choque da II Guerra Mundial vão dar um empurrão.

O rei de Itália, Humberto de Saboia, refugiara-se em Portugal a 14 de junho de 1946, em Colares, num quinta da Marquesa do Cadaval. Deixara o seu país na sequência do referendo que pôs fim à

monarquia. Ao chegar, o rei avisou que não dava entrevistas, mas isso não impediu Manuela de Azevedo de meter pés ao caminho.

Com o nome do cozinheiro da Quinta da Piedade na mão, a jornalista faz-se passar por candidata a criada e entra na propriedade. Depois de uma série de peripécias, cruza-se com o rei. «Há dois dias que ando por aqui disfarçada de criada de sua Majestade», diz-lhe. E pede-lhe a entrevista — «falemos de flores, do clima, da paisagem; de tudo o que quiser, menos de política, que decerto o horroriza», acrescenta. O rei acha-lhe graça e acede. A entrevista, feita três dias depois, foi publicada no *DL* numa série de três artigos (a 24, 26 e 27 de julho de 1946) e vendida para o estrangeiro. Correu mundo.

A renovação dos anos 60... começou em 1957

A renovação dos anos 60 do *Diário de Lisboa* começa na verdade... em 1957.

Joaquim Manso morre a 10 de setembro de 1956 e a direção do jornal, que durante 35 anos tinha estado nas suas mãos, passa para Norberto Lopes, então já diretor-adjunto. Manso e a forma como dirigiu o vespertino — orientado por princípios republicanos, a defesa da liberdade de expressão e uma «tolerância proverbial», nas palavras de Norberto Lopes — serão lembrados em todas as ocasiões marcantes da vida do jornal. A sua figura continuará a ser uma referência para tudo o que é feito daí para a frente — aliás, o seu nome manteve-se sempre no cabeçalho do jornal, desde o primeiro ao último dia. Primeiro como diretor, depois como fundador.

Já sob a orientação de Norberto Lopes, são criados em 1957 os suplementos *Juvenil* e *Vida Artística e Literária*, ambos absolutamente determinantes para o panorama cultural do País. No primeiro nascerá uma nova geração artística e

redação. Mas já lá estavam Urbano Tavares Rodrigues e Raul Rego (desde agosto de 1959), por exemplo, que, apesar de mais velhos, não faziam parte da geração inicial. E estava também Artur Portela Filho. A José Sasportes, com apenas 20 anos, era pedido para emendar a prosa de alguns dos mais velhos. Escondia-se na sala dos telexes.

A redação funcionava em *open space*, num espaço acanhado, em forma de L, com as secretárias muito juntas. Ao fundo, a última mesa era a do diretor. Concentrava a sua atenção na «Nota do Dia», coluna que escrevia praticamente todos os dias a partir de outubro de 1956, e às vezes dava umas ideias para artigos e reportagens. «Não havia uma direção ou uma orientação específica, nem política nem cultural. Cada pessoa sabia o que tinha de escrever», contou Sasportes num debate *online* organizado pela Fundação Mário Soares em 2021, para assinalar o centenário do *Diário de Lisboa*⁵.

A chefia de redação era constituída por Mário Neves e José Ribeiro dos Santos, cuja relação era tensa. Juntos tinham fundado a revista *Ver e Crer*, em 1945, altura em que ambos já trabalhavam no *Diário de Lisboa*. Mário Neves passaria pouco tempo na Luz Soriano — desde 1949 acumulava o trabalho no jornal com a função de comissário da Feira das Indústrias Portuguesas, entre 1938 e 1948 tinha sido administrador do Instituto Português de Oncologia (IPO) e, em 1958, assumia o papel de comissário-adjunto da representação portuguesa na Exposição Internacional de Bruxelas.

5 <http://fmsoares.pt/iniciativas/iniciativa?id=001311>

Quando foi decidido nomear um diretor-adjunto, em 1958, Mário Neves é o escolhido e Ribeiro dos Santos demite-se. «Norberto atónito: como era isso possível, sim, como era possível que tivéssemos ali passado 16 anos lado a lado, sem um desacordo, sem um azedume...», conta Ribeiro dos Santos em *Memórias da Memória*. Ribeiro dos Santos sai e a chefia de redação passa a ser responsabilidade de Vítor Direito, sobrinho de Norberto Lopes.

O ambiente que se vivia na redação nessa época, as quezílias, as personagens e os seus tiques são caricaturados no primeiro romance de Artur Portela Filho (1937-2020), *O Código de Hamurabi*, escrito tinha ele apenas 24 anos. Lá se retrata, recorrendo a outros nomes, o ambiente de tensão entre Mário Neves e Ribeiro dos Santos, e o episódio da saída de José Sasportes.

A «crise» Sasportes

José Sasportes foi protagonista de uma situação até aí inédita nos jornais portugueses. Redator na secção «Estrangeiro», era, além disso, responsável pela crítica de teatro e de dança. «Fazia o meu trabalho como os outros, durante o dia, e, à noite, ia aos espetáculos. Por volta da meia-noite estava de novo no jornal, a escrever até às 3 e 4 da madrugada, para que os leitores pudessem ler no dia seguinte o que se tinha passado. A certa altura, a quantidade de trabalho intensificou-se e eu disse que achava justo um pagamento extra

por este meu trabalho», recordou Sasportes no debate já referido.

Por razões que José Sasportes diz até hoje continuar a não entender, ele e outro jornalista, Carlos Veiga Pereira, são demitidos, sem uma palavra. Quatro camaradas solidarizam-se então com eles: Artur Portela Filho, Renato Boaventura e Urbano Tavares Rodrigues (estes dois voltariam) e Vasco Pulido Valente (colaborador recém-chegado). «Nunca ninguém se tinha demitido por razões destas», sublinha Sasportes, acrescentando que era impossível, depois de uma situação destas, arranjar emprego nos jornais⁶.

Na sequência das vagas deixadas em aberto com a «crise» Sasportes, entram em 1961 Luís Oliveira Nunes, para escrever a crítica de teatro e bailado; Manuel de Azevedo, fundador do Cineclubes do Porto e da Federação Internacional dos Cineclubes, membro do MUD (Movimento de Unidade Democrática), próximo do PCP e várias vezes preso pela PIDE; e Edgar de Carvalho e Pedro Alvim, os três vindos do Porto. Chegarão ainda Nuno Vieira, para a secção «Estrangeiro», e João Gomes (que há de ir para Lille para ser o primeiro português licenciado em jornalismo, e depois disso regressar ao jornal).

6 José Sasportes foi trabalhar como adido de imprensa da Embaixada de Itália em Lisboa, tendo depois disso ocupado vários cargos diplomáticos; foi diretor do serviço ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian e ministro da Cultura de António Guterres, em 2000.

«Quer ser jornalista ou quer um emprego?»

«Quer ser jornalista ou quer um emprego? É que se quer um emprego arranjo-lhe um na Feira das Indústrias; se quer ser jornalista, tem de se sujeitar às condições que aqui se praticam», disse Mário Neves ao jovem amigo da sua filha que há um mês esperava pacientemente por ele na sala de entrada da Luz Soriano. Joaquim Letria sabia bem o que queria: «jornalista».

Aos 18 anos, Joaquim Letria deixara de ser presidente da Comissão Pró-Associação dos Liceus, movimento importante na luta estudantil. «Quería ser jornalista e aquele era o único jornal onde o podia ser», diz hoje. «O *República* era um mau jornal; e não ia trabalhar para o jornal dos ‘fachos’.» Começou à *jorna*: 50 escudos por cada dia de trabalho, e só recebia quando trabalhasse.

A sua primeira tarefa foi atender os telefonemas dos correspondentes e receber o «serviço» (os textos, ditados pelo telefone) para a secção «O Porto pelo Telefone» (o *DL* tinha uma forte implantação na capital nortenha). Essa rede de correspondentes locais, espalhada por todo o País, era composta por pessoas com as mais diversas profissões — barbeiros, farmacêuticos, comerciantes — e alimentava o *Diário de Lisboa* de notícias. Na volta do correio, recebiam gratuitamente uma assinatura do jornal. «Os correspondentes eram importantíssimos», sublinha Letria.

Informador, repórter e redator eram categorias profissionais distintas. Os primeiros e os segundos tinham como missão recolher informação, os terceiros redigi-la. A distinção das funções é clara

na descrição do final da carreira de Artur Portela, em *O Código de Hamurabi*: «Já não fazia, é claro, a reportagem de rua, todos os serviços com o número de agulhetas e o montante dos prejuízos, a recolha das fotografias das vítimas, a constituição das mesas de presidência. Metia-se no carro do jornal para ir olhar o acontecimento, fazer a entrada, a mancha, com o repórter atrás, que tinha ordem para caçar os nomes, ir falar aos chefes das estações dos comboios descarrilados [...]. Anotava pormenores [...] E depois, no seu gabinete, forrado de papel listrado aos bocados [...], mal olhava os nomes alistados e a descrição minuciosa, escrevia tudo, de jacto.»

Os artigos eram escritos à mão, em folhas de papel pardo. Despachadas as prosas do dia, sempre em contrarrelógio e muitas vezes ao som dos berros de Vítor Direito, o chefe de redação subia para a tipografia, para paginar o jornal. Os textos eram compostos em linhas de chumbo pelos tipógrafos, cuja relação com os jornalistas era excelente. A tipografia situava-se no segundo andar, virada para a Rua da Rosa; a redação no primeiro, virada para a Luz Soriano. As provas tipográficas dos artigos chegavam à censura, na Rua da Misericórdia, pela mão dos «meninos» (os estafetas). Era necessário aguardar o veredicto do «lápiz azul».

Quando o prédio começava a tremer, era sinal de que a máquina, instalada no rés-do-chão, estava finalmente a imprimir. Os jornais despachavam-se a todo o vapor para a Estação de Santa Apolónia, tentando apanhar o rápido para o Porto, o que muitas vezes se conseguia contratando batedores para abrirem caminho às carrinhas. Os ardinhas

levantavam o jornal na Casa da Venda, no Bairro Alto, e vendiam-no por toda a cidade. Para o Algarve e Alentejo seguiam carrinhas do próprio *DL*, entregues aos motoristas mais experientes (e voltavam carregadas com pão, queijo e outros mimos gastronómicos encomendados pelos funcionários do jornal). Entre as 5 e as 7 da tarde, o *Diário de Lisboa* está à venda em todo o País, garante-se na edição de aniversário de 1967.

A entrada de Joaquim Letria — que só se torna efetivo em agosto de 1963, apesar de lá ter começado a trabalhar na viragem de 1961 para 62 — coincide com uma primeira renovação dos quadros do *Diário de Lisboa*. Trata-se de gente nova com formação universitária, que assiste e participa nas crises académicas, o que lhe dá uma forte consciência política.

Em 1964 chega Silva Costa (1932-1997) e em 1965, Fernando Assis Pacheco (1937-1995), vindo da guerra em África e com o primeiro livro de poemas, *Cuidar dos Vivos*, já publicado, bem como Pedro Rafael dos Santos. No ano seguinte, entram José Carlos de Vasconcelos, a convite de Mário Neves, depois de ter enviado para o jornal três reportagens sobre um naufrágio na Póvoa de Varzim, que as publica, e Antónia de Sousa, uma das pouquíssimas jornalistas do nosso país, a quem é confiada a secção «Mulher» («secção onde sinto que possa fazer alguma coisa no capítulo da valorização humana», disse ela no ano seguinte, em 1967, no jantar de aniversário do jornal, em que era tradição falar o mais velho e o mais novo da redação).

A presença de Antónia de Sousa causa estranheza num jornal de homens (as únicas exceções eram

Manuela de Azevedo e Maria Judite de Carvalho, que não se sentavam na redação). Alguns queixam-se de não poderem falar à vontade. Por isso, em vez de ficar junto dos outros jornalistas, Antónia de Sousa é acomodada no Arquivo, onde estavam o Sr. Calisto e a D. Maria de Lurdes, ao lado da redação. Ficou como «piada de caserna» a frase que o jornalista César dos Santos disse ao vê-la com umas simples meias pretas de *mousse*: «Lá vem a Antónia com as suas acanalhantes meias pretas!»

Sentido de humor e de camaradagem não faltavam, não só entre os jornalistas, mas também com os tipógrafos. Um dia, depois da comemoração de mais um aniversário, um dos velhos «mestres» tipógrafos, Bizarro, entrou pela redação, dirigiu-se ao fundo da sala, onde se sentava Norberto Lopes (sempre tratado por Dr. Norberto Lopes) e cumprimentou-o dizendo: «Olá tio, como tem passado?» O diretor ficou de boca aberta. «Tio?!» «Sim, então o senhor não anda a escrever que isto é a grande família do *Lisboa?*»⁷

Uma escola de jornalismo

Se entre os mais velhos há gente com muita experiência mas pouca qualidade, há também quem, além de saber, esteja disponível para ensinar a geração entre os 20 e 30 anos, cheia de sangue na gueltra, que entra na Luz Soriano. É o caso de

7 Episódio recordado por Pedro Rafael dos Santos, numa crónica publicada no *DL* a 18-12-1989.

Félix Correia. «Foi a pessoa que neste período mais me ajudou», lembra Letria, acrescentando que quem chegava era mandado para os serviços sem qualquer orientação.

«Tudo o que sei sobre jornalismo aprendi no *Diário de Lisboa*», diz Alice Vieira. «O Félix tinha uma paciência para nós... Bastava chegar ao pé da mesa dele e explicava-nos logo como devíamos fazer. Lembro-me também do Manuel de Azevedo, que era um grande jornalista. Quando às vezes escrevíamos com palavras um pouco mais pomposas, ele dizia: ‘Um jornal que se preze não circula com palavras fora de circulação.’»

Quando Joaquim Letria entrevista Paul McCartney, de férias em Portugal («cacha» que consegue graças à informação enviada pelo correspondente no Algarve, dono de uma tabacaria), dita a conversa pelo telefone. O texto é «passado» por César dos Santos, um jornalista da velha guarda que lhe acrescenta várias expressões poéticas, como «o horizonte ensanguentado» ou «névoas poentinas». Uma passagem desagradou particularmente ao repórter: «Um *Paris Match* e uma *Elle* estão abandonados com as sugestões do mundo trepidante numa cadeira.» Porque é que eles, sendo ingleses, estariam a ler revistas francesas?!, interroga-se Letria. «Acrescentei-lhe uma poeira literária para o texto ficar melhor», justificou-se César dos Santos.

«Os mais velhos tinham o gosto pela notícia, mas praticavam um jornalismo meio aliterado, de que o episódio da entrevista do Letria é um exemplo», sublinha José Carlos de Vasconcelos.

Um outro caso desse confronto geracional entre duas formas de jornalismo é recordado por Letria. Mandado fazer a reportagem do funeral (serviço que só se marcava a jornalistas experientes) de uma figura importante ligada à Diamang, começou a notícia por um *lead* à americana, socorrendo-se da sua experiência na agência noticiosa Associated Press: «O Presidente do Conselho, sete ministros, dois secretários de Estado e 14 embaixadores juntaram-se esta manhã para acompanhar à última morada o Sr. Y, que faleceu esta madrugada.» «O Sr. Maurício de Oliveira, secretário-geral de redação, chamou-me para me dizer que a notícia não estava bem feita. E emendou-a para a fórmula que se usava sempre, ‘constituiu uma profunda manifestação de pesar...’»

A saída de Norberto Lopes e Mário Neves

Com a entrada de António Pedro Ruella Ramos em 1965 para o conselho de administração, em substituição do seu pai, João Ruella Ramos (v. capítulo «Proprietários e administradores»), é iniciado um processo de «reapetrechamento técnico» e de «atualização dos processos gráficos». Vendedor de publicidade vindo do Porto, António Lopes do Souto ganhara entretanto peso e poder junto da administração, graças ao sucesso da edição de duas publicações em várias línguas estrangeiras, *Portugal 1964* e *Portugal 1965*. O espaço de manobra conquistado dentro do jornal não agrada a Norberto Lopes e Mário Neves. Tal culminará com uma rutura entre a direção e a administração.

Numa carta enviada a 6 de novembro de 1967 para a administração — e publicada na íntegra a 11, na primeira página do jornal — o diretor e o diretor-adjunto demitem-se, justificando a decisão por «divergências fundamentais quanto à fatura do jornal» e à «intervenção que a atividade administrativa pretende ter na própria direção».

A história da saída de Norberto Lopes, ao fim de 46 anos no jornal (11 dos quais como diretor), e de Mário Neves, ao fim de 36 (9 como diretor-adjunto), tem várias versões. Os dois discordavam do investimento tecnológico por temerem que o empréstimo bancário necessário para tal pudesse levar a empresa a uma situação financeira complicada, comprometendo a independência da linha editorial do jornal.

Mas o comunicado da Renascença Gráfica, publicado também no *DL*, aponta para conflitos com Mário Neves. A nota refere uma «crise» que nos «últimos meses perturbou a vida interna do jornal», na qual «intervieram muitos fatores nem sempre inspirados pelas mais irrepreensíveis intenções». «A empresa proprietária do *Diário de Lisboa* não se poupou a esforços e sucessivas diligências no sentido de assegurar na sua direção a permanência do Dr. Norberto Lopes, a quem nunca foi retirada a confiança. Esta confiança foi mantida e repetidamente confirmada. O mesmo infelizmente não se verificou em relação a outros, cujos critérios e métodos deixaram de coincidir com o espírito que se pretende continue a ser o deste jornal e com o programa de renovação que está em curso.»

Dos arquivos do SNI (Secretariado Nacional de Informação), hoje na Torre do Tombo, consta o deferimento de um pedido, efetuado a 29 de agosto de 1967, muito antes deste desfecho, para António Pedro Ruella Ramos passar a ocupar o cargo de diretor-adjunto.

Um grupo de jornalistas tenta travar a saída de Norberto Lopes e Mário Neves, tomando posição junto da administração. «Ao tomarem conhecimento, tanto dentro do jornal como fora dele, da iminente demissão do diretor e do diretor-adjunto, os signatários sentem o imperioso dever moral de apelar para o Conselho de Administração, no sentido de serem envidados os máximos esforços a fim de que tal decisão não venha a consumir-se.» O documento — guardado no arquivo da PIDE — é assinado por Alves Fernandes, António Marques (fotógrafo), Júlio de Sousa Martins, Fernando Soromenho (chefe da secção «Desporto»), José Estêvão Santos Jorge, Álvaro Salema, Carlos Ferrão, Manuel Nunes, Maurício de Oliveira.

Muitos deles, entre os quais Álvaro Salema, responsável pelo suplemento literário (v. capítulo «Suplemento literário, parte II»), batem com a porta. No próprio dia, este escreve uma carta ao conselho de administração: «Acabo de ver consumado pelo editorial de hoje do *Diário de Lisboa* — e em termos que só posso qualificar de deploráveis — a crise interna do jornal, a que estive ligado por longa e antiga adesão e, há quase dez anos, por intenso e devotado trabalho. Acompanhei dolorosamente a questão, com a crescente certeza de que nela estava em jogo a linha de orientação e de processos que justificaram a minha adesão e

o trabalho de colaborador quotidiano em que pus tanto quanto pude do meu esforço. Na convicção de que o *Diário de Lisboa* não me oferece, doravante, as mínimas garantias de continuidade no caminho jornalístico, intelectual e cívico que determinou a sua prestigiosa tradição e em que me integrei, dou por terminada nesta mesma data a minha participação como colaborador permanente.»

Assim, além da administração da Renascença Gráfica, António Pedro Ruella Ramos (1938-2009), formado em Direito, homem ponderado e dialogante, assume aos 28 anos a direção do jornal (cargo que ocupará até ao final, com exceção de um período de nove meses, entre dezembro de 1989 e setembro de 1990). «Segundo consta, a família é desafeta ao atual Regime. Nada mais foi apurado moral ou politicamente em seu desabono», lê-se num boletim de informação da PIDE com a data de junho de 1965.

A situação no *Diário de Lisboa* é seguida de perto pela polícia política, que recebe relatórios dos seus informadores «Repórter X» e «Joaquim Fernandes». A PIDE está também atenta ao novo vespertino que Norberto Lopes e Mário Neves preparam, *A Capital*, cujo primeiro número sairá a 21 de fevereiro de 1968.

Ainda no final de 1967, a redação do *Diário de Lisboa* é reforçada com Manuel Beça (com a promessa de não assinar com o seu nome completo, Beça Múrias, para não ser confundido com o jornalista Manuel Múrias, de direita) e José Silva Pinto. Entram em 1968 Amadeu Lopes Sabino, Joaquim Benite, que já era colaborador, Torquato da Luz, jovem vindo do Algarve, já com um livro de poemas

publicado, João Gomes, regressado de Lille, França, onde se tinha licenciado em Jornalismo, Afonso Praça, vindo da revista *Flama*, e Alberto Villaverde Cabral, entre outros.

Com a saída de Fernando Soromenho, Mário Zambujal deixa *A Bola* e passa a chefiar, a partir de janeiro de 1968, a secção «Desporto». Mário Castrim, colaborador há anos, entra finalmente para o quadro.

«A Nota do Dia», até aí da responsabilidade de Norberto Lopes, passa a ser escrita por José Ribeiro dos Santos, que havia saído em 1958.

«A saída do Norberto Lopes e do Mário Neves é um momento de viragem no pior e no melhor sentido», diz José Carlos de Vasconcelos. «Quando eles saíram, a nossa ideia foi fazer um *Diário de Lisboa* novo, mais moderno, enquanto se podia, porque espreitava o perigo que o Lopes de Souto representava. Criámos novas secções, que mudaram o jornal completamente. Tudo isto representou uma certa renovação do jornalismo português.»

A secção sobre o Tribunal de Polícia passou a ser escrita por Mário Castrim e a chamar-se «Aos Costumes Disse Nada». Abriu-se um espaço de crónica aos jornalistas da casa, «O Repórter de Serviço». A 20 de fevereiro de 1968 é anunciada, a toda a largura da primeira página, a iniciativa «Algures no Mundo haverá sempre um repórter do *Diário de Lisboa*», que se propõe enviar jornalistas para os países sugeridos pelos leitores.

À inovação editorial correspondeu também uma inovação gráfica. O aparecimento da televisão forçou a imprensa a preocupar-se com o *design* e a criar páginas mais atraentes. Os gráficos tinham

não só de paginar (no que eram acompanhados pelo redator-paginador), mas também criar cabeçalhos de secções e desenhar ilustrações. O gráfico Vítor da Silva — que em 1973 desenhará o *Expresso*, por sugestão de Ruella Ramos, sócio também daquele semanário — passa a colaborar no *Diário de Lisboa*, trabalhando muitas vezes a primeira página com o diretor, segundo conta no documentário *No Momento*, de Rui Martins⁸. O grafismo do *Diário de Lisboa* renova-se, sem perder, no entanto, a sua personalidade — e sem que o logotipo do jornal seja alterado.

A 19 de fevereiro de 1968, o *Diário de Lisboa* noticia a compra de uma rotativa para impressão em *offset*, fazendo do *DL* «um jornal pioneiro, na imprensa mundial, dos mais avançados processos de impressão». Lopes do Souto estava convencido, segundo as palavras sarcásticas de Sttau Monteiro, que a introdução do *offset* no *DL* «ia reduzir o *Times* e o *Le Monde* à categoria de jornalecos de província»⁹. É também anunciado que, a partir do dia seguinte — véspera da saída do novo concorrente, *A Capital* —, o *Diário de Lisboa* passa a ter uma edição da noite, a pensar sobretudo na Grande Lisboa e nas pessoas que saem mais tarde dos empregos.

Nas palavras de José Carlos de Vasconcelos, a ideia de Lopes do Souto de tornar o *Diário de Lisboa* um jornal «popular», em concorrência direta com o *Diário Popular*, como ele próprio afirmava,

8 <http://motionlandscapes.com/no-momento/>

9 *DL*, 18-12-1989.

começa a fazer-se sentir com secções fora da tradição editorial da Luz Soriano. Já a visão de Joaquim Letria é diferente: considera que Lopes do Souto contribuiu para a renovação do jornal, nomeadamente através da criação de novos suplementos (os quais Letria fica a coordenar), como *A Mosca* e o *Mesa Redonda*.

Por causa da nova máquina, Lopes do Souto ganha a alcunha de «Off-Souto».

A redação é transferida para o n.º 185 da Rua Castilho, ocupando os 1.º, 2.º e 4.º andares. Apesar de anunciado em 1967, a primeira edição impressa em *offset* chegou às mãos dos leitores apenas a 6 de outubro de 1971, com um grafismo renovado em que as fotografias ganham tamanho e expressão.

Mas, por essa altura, grande parte dos redatores que tinham sido contratados na década de 60 já tinham deixado o jornal. Um dos últimos a sair foi Vítor Direito¹⁰ (1931-2009), que vai para chefe de redação do *República*, onde já estavam Raul Rego e Fernando Assis Pacheco. Vítor Direito seria substituído por Armindo Blanco, jornalista que viveu durante muitos anos no Brasil.

Os repórteres saíram, mas a marca do *DL* ficou neles. Na verdade, não foi só *A Capital* a «nascer» do *Diário de Lisboa*. Já depois do 25 de Abril, um grupo de jornalistas que tinha trabalhado na Luz Soriano funda (com profissionais de *A Capital* e da *Flama*) a cooperativa Projornal e lança o se-

10 Vítor Direito foi, mais tarde, fundador e diretor do jornal *Correio da Manhã*.

manário *O Jornal*, cujo primeiro número chega às bancas a 1 de maio de 1975 (e que depois publicará outros jornais, entre os quais o *Se7e* e o *Jornal de Letras*).

E é também na Luz Soriano que o diretor e o chefe de redação do *Jornal Novo*, Artur Portela Filho e José Sasportes, se conhecem. O *Jornal Novo* foi lançado a 17 de abril de 1975.

Suplemento literário, parte II

No final de novembro de 1957, o *Diário de Lisboa* começara a publicar às quintas-feiras o suplemento *Vida Literária e Artística*, dirigido por Álvaro Salema (1914-1991), crítico literário que Mário Soares diz ter sido um dos professores que mais o influenciou (Salema foi professor de Filosofia no Colégio Moderno depois de, por causa das suas posições políticas, ser proibido de lecionar no ensino oficial). Este suplemento será um farol para toda uma geração. A palavra a Mário Mesquita, diretor do *Diário de Lisboa* no final dos anos 80: «O *Diário de Lisboa* foi muito importante na minha juventude», disse num colóquio promovido pela Fundação Mário Soares a propósito do centenário do *DL*, sublinhando o papel relevante do vespertino na construção de uma crítica cultural. «Cheguei ao conhecimento dos ensaios de Eduardo Lourenço graças ao Mário Sacramento, crítico literário do suplemento literário, que era um neo-realista dialogante.»

Vida Literária e Artística, em que Álvaro Salema assina durante anos a coluna «Livros e

Autores», reúne nas suas páginas um conjunto notável de colaboradores. Os escritores José Régio, Augusto Abelaira, Jorge Listopad, Mário Dionísio (escrevendo sobre pintura), o filólogo José Pedro Machado, os críticos literários Alexandre Pinheiro Torres, Mário Sacramento e o poeta Gastão Cruz, entre muitos outros.

Quando Álvaro Salema termina a sua colaboração com o *Diário de Lisboa*, em protesto pela saída de Norberto Lopes e Mário Neves, Ruella Ramos convida José Cardoso Pires para renovar as páginas culturais. O escritor, que acabara de escrever *O Delfim*, aceita. Retoma-se o nome *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* e conta-se com colaborações de Alexandre O'Neill, Júlio Moreira, Álvaro Manuel Machado, David Mourão-Ferreira, José Duarte e Liberto Cruz, para citar apenas alguns nomes.

Vítor Silva Tavares fica à frente do suplemento quando, em novembro de 1969, José Cardoso Pires parte para Londres, onde vai ocupar o lugar de leitor no King's College. Óscar Lopes, Nelson de Matos, Rocha de Sousa, Eduardo Prado Coelho, Manuel Alberto Valente, José-Augusto França (com a coluna «Folhetim Artístico», que se manterá durante anos) e o poeta E. M. Melo e Castro, entre outros, põem a sua assinatura nas páginas.

***Juvenil*, o nascimento de uma geração**

«Vou resumir o nosso maior desejo: que todos os jovens leitores e leitoras (as senhoras em primeiro lugar, peço desculpa) façam parte da nossa

tripulação e riscaremos do dicionário a palavra... impossível!» Foi com esta (desmedida) ambição que o *Juvenil* se apresentou a 4 de maio de 1957, um sábado. A ambição — que pode ter uma leitura política, visto que, em tempos de ditadura, era impossível tornar o impossível possível — arriscava-se a parecer desmedida, mas a verdade é que o *Juvenil* fez história: dezenas e dezenas de futuros escritores, poetas, jornalistas, políticos e cientistas publicaram ali pela primeira vez.

O suplemento nasceu pela mão de Augusto da Costa Dias (1919-1976), Mário Castrim (1920-2002) e Manuel Salgueiro, e com as ilustrações de traço fino e delicado de Tóssan (cujo nome verdadeiro era António Fernando dos Santos), autor do primeiro logotipo do suplemento, e de Figueiredo Sobral.

Nas duas páginas desse primeiro número, apresentadas pelo «editorial» de Trote, estreiam-se o detetive Eusébio Pararraios, as aventuras do capitão Fumaça e concursos em que se podem ganhar livros. O impacto junto do público é imediato: ao fim de uma semana, chovem na Luz Soriano cartas de leitores de Lisboa, Covilhã, Leiria, Mangualde, Porto, Gondomar, Figueira da Foz, Santarém, Guarda, Coimbra, Quarteira, Pinhel, Oeiras e Fuzeta (comprovando que, apesar do nome, o *Diário de Lisboa* era um jornal de abrangência nacional).

Logo no segundo número, o capitão Fumaça começa a organizar o «ficheiro dos amigos», que chegaria a ter perto de 2 mil nomes.

No final de 1957, o *Juvenil* ganha espaço e passa para quatro páginas, duas para os jovens

com menos de 14 anos, duas para os mais velhos. Lança o concurso *Volta a Portugal em Literatura* (todas as semanas, escolhida uma terra, davam-se pistas sobre o escritor que aí tinha nascido), cujos vencedores são premiados com livros e bombons *Regina*. Cria um espaço de entrevista para a qual os leitores podem enviar perguntas. Dá espaço à crítica de livros para o público juvenil, o que mais nenhum outro jornal fazia. Organiza sessões de cinema cultural.

O suplemento vai crescendo com os seus leitores e deixa para trás o público infantil. Criam-se novas secções abertas à participação dos leitores, como «Os Problemas dos Jovens Vistos pelos Jovens», e passa a ser publicada uma coluna de comentários críticos aos textos recebidos. «A maior riqueza do *Juvenil* são os seus leitores», escreve-se a 22 de março de 1958.

Na viragem da década, o suplemento torna-se de facto uma publicação juvenil. O cabeçalho muda. Mário Castrim fica sozinho aos comandos. O ficheiro dos amigos avoluma-se. A 2 de janeiro de 1960, registam-se os últimos trabalhos recebidos: os poemas «Nau de Chumbo» e «Natal», do amigo n.º 1492, António Manuel Simões Coutinho, 18 anos, aluno da Faculdade de Ciências do Porto (António Coutinho é hoje um dos mais premiados e destacados cientistas portugueses); «Longa a Voz», do amigo n.º 1666, Eduardo Prado Coelho (que se tornaria uma das figuras de referência do ensaísmo e da crítica). Adelino Manuel Amaro da Costa, de 16 anos, é o amigo n.º 1788 (virá a ser um dos fundadores do CDS; morreu no desastre de avião que vitimou Sá Carneiro, a 4 de dezembro

de 1980). A Maria Alzira Seixo (futura professora catedrática) responde-se: «Fizeste o que devias, auxiliando a tua irmã», acrescentando-se que dois dos seus poemas, «produções de alto nível», serão publicados.

Pede-se aos leitores para votarem nos artigos que mais gostam de ler e publica-se o *top* na semana seguinte. Cria-se a secção «Os Meus Problemas», em que Tião responde às cartas de leitores, assinadas com pseudónimo, com questões como «tenho dois namorados». Tião é Maria Lúcia Namorado, jornalista e escritora, que em 1942 fundara a revista *Os Nossos Filhos*.

Em 1961, o *Juvenil* passa a ser publicado aos domingos e ao logotipo, novo, é acrescentada a frase «dos jovens para os jovens». O papel de jornal já não chega para cumprir a sua ambição de «riscar a palavra impossível do dicionário» e dá-se outro passo. «No último sábado, reuniu-se no *Diário de Lisboa* um numeroso grupo de Amigos do *Juvenil* para deliberar sobre vários assuntos relacionados com o seu suplemento. Por unanimidade, é decidido passar a organizar encontros com personalidades da vida cultural e científica aos sábados, para os quais a Exma. Direção do *Diário de Lisboa* pôs à disposição dos seus jovens leitores uma sala que eles decorarão a seu gosto.» (DL, 16-12-1961.)

O primeiro encontro, logo na semana seguinte, é com Aquilino Ribeiro. À plateia entusiasmada, «desde o mais jovem estudante liceal até ao universitário»¹¹, conta «o romance da sua vida». António

11 DL, 30-12-1961.

Sérgio, Ferreira de Castro, Eduardo Gageiro, Rogério Paulo e Igrejas Caeiro protagonizam encontros semelhantes. Estes encontros são inovadores: ninguém fazia nada do género na altura.

Diário de Lisboa

N.º 243

30

XII

61

JUVENIL

DOS JOVENS PARA OS JOVENS

AQUILINO RIBEIRO NO «JUVENIL»



UM JOVEM AO ACASO

P — Como se chama?
 R — Eduardo Romeu Gonçalves.
 P — Quali a sua idade?
 R — Dezotto anos.
 P — Onde nasceu?
 R — A bordo dum navio portuguez em viagem para a Africa.
 P — Estuda?
 R — Não, isto é, não frequento curso official. Trabalho num escritório.
 P — Pratica alguma arte?
 R — Escrevo. Se o que escrevo se pode chamar arte, evidentemente...
 P — Que pensa da vida?
 R — Ainda não se inventou nada tão bom. Mas o intento precisa de ser aperfeiçoado...
 P — Quali a posição que a mulher deo occupar na sociedade?
 R — Não acha que já é tempo de riscar essa pergunta dos questionarios? Hoje ninguém pergunta: «Qual o papel do homem na sociedade?» Para não armar em esperto, em sin-

telectual! direi que sou pela participação da mulher no trabalho fora de casa. Excluído, evidentemente, os trabalhos violentos. (A propósito: haverá trabalho mais violento do que o trabalho do lar?). Não digo isto a olhar simplesmente ao problema de direito; também por motivos de ordem pratica. Em que situação fica uma dona de casa quando lhe morre o marido? Sei isto dolorosamente: meu pai morreu ainda novo.
 P — Quis as qualidades que mais admira?
 R — A bondade (que serve o colectivo), o espirito de independência (que serve o individuo).
 P — Quis os defeitos que mais abomina?
 R — A servidão, a deslealdade, e esconder fetos intentões com gestos aparentemente nobres.
 P — Aponte alguns nomes que considere «grandes».
 R — Jesus Cristo, Espártaco, Ca-

mões, Tolstol, Einstein, Leonardo da Vinci, os Curies, Cervantes, Maria Eduarda — e minha mãe — mulher heróica.

P — Que procura na Arte?
 R — Na Arte procuro-me a mim próprio.

P — Em que país gostaria de viver, se não vivesse em Portugal?

(Continua na 7.ª página)



Um ano está prestes a findar; outro ano está prestes a nascer.

Que 1962 seja um ano de paz e de esperanças realizadas!

JUVENIL

«O Mário dizia sempre que o *Juvenil* era a coisa mais importante que tinha feito», conta Alice Vieira, que começou a sua carreira graças

ao *Juvenil*, onde era a amiga n.º 963. «O teu artigo *Madrugada* possui qualidades literárias, mas é demasiado pessimista. Porque há de o poeta de ter a mão anémica? Porque há de odiar a vida? Tens condições: és jovem; porquê criar símbolos negativos?», leu ela no *Juvenil* de 5 de março de 1960, no comentário sobre o primeiro texto que enviou.

Alice Vieira sucedeu a Mário Castrim na coordenação do *Juvenil*, quando ele passou a dedicar-se exclusivamente à crítica diária de televisão. Por essa altura, já o cabeçalho do *Juvenil*, agora publicados às terças-feiras, tinha acoplada a frase «dos jovens para todos». A ela caberá fazer os comentários críticos aos textos recebidos, que chegarão com as assinaturas de, entre outros, Fernando Gil, José Mariano Gago, Luís Filipe de Castro Mendes, José Manuel Mendes, Rui Nunes, Carlos Cáceres Monteiro, Arlindo Manuel Caldeira, Paulo Varela Gomes, Mário Contumélias, Miguel Serras Pereira, Joaquim Furtado e Hélia Correia. «Não se faz ideia da quantidade de caixotes que recebíamos semanalmente. Respondíamos a todos!», conta Alice Vieira. Nuno Júdice, José Pacheco Pereira e Jorge Silva Melo ganharam o Prémio Fósforo Ferrero, que patrocinava o concurso «Letras e artes».

«A censura cortava muita coisa. Chegávamos a ter uma edição inteira na gaveta para o caso da censura cortar tudo, o que aconteceu várias vezes», recorda a jornalista. O que a censura não conseguiu no entanto cortar foram os laços entre quem lia o *Juvenil* e quem o fazia, em ambos os casos apaixonadamente. «Um dia, um jovem do Porto bateu-me à porta. Conhecia-o apenas de

nome, ele mandava coisas muito boas, mas nunca o tinha visto. Explicou-me que ia dar o ‘salto’ e precisava de um sítio em Lisboa onde ficar durante duas noites. Perguntei-lhe: ‘Sabes fazer uma cama? Então podes ficar. Toma lá a roupa e fica aí, que eu tenho de ir para a maternidade para ter a criança.’» Catarina Fonseca, a primeira filha de Alice Vieira e Mário Castrim, nasceria horas depois.

O que nasce também morre — e o *Juvenil* morreria depois de 690 edições, a 8 de setembro de 1970. «Nunca percebi por que acabou», diz Alice Vieira, que deixaria o *Diário de Lisboa* pouco depois. Seria substituído, na terça-feira seguinte, por um novo suplemento, intitulado *Exclusivo*.

O Natal Visto pelas Crianças

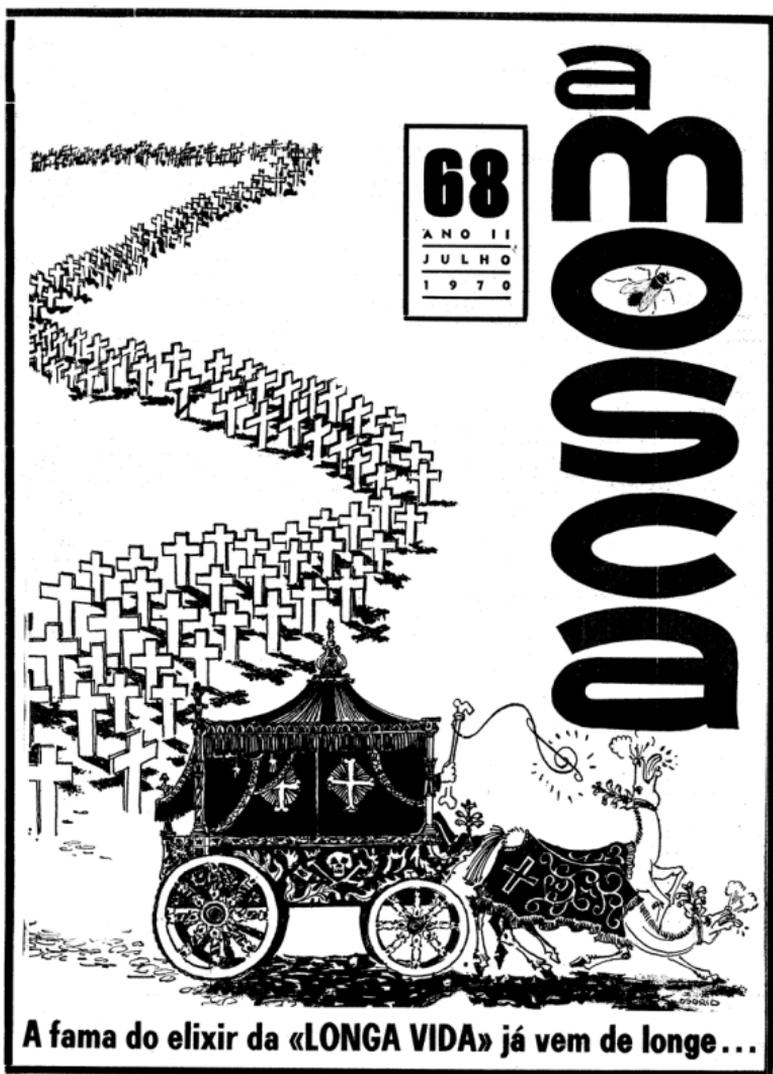
Uma das iniciativas mais duradoura (e de maior sucesso) do *Diário de Lisboa* foi *O Natal Visto pelas Crianças*. Durante mais de uma dúzia de anos, a partir de 1957, o jornal recebeu milhares de trabalhos escritos ou gráficos (contos, poemas, peças de teatro, crónicas, desenhos, aguarelas, peças de cerâmica) feitos por crianças até aos 14 anos, sobre o Natal. No primeiro ano, chegam à Luz Soriano mil obras, que são expostas na Escola Francisco de Arruda, cujo diretor, o professor Calvet de Magalhães, é grande impulsionador da iniciativa. Em 1960 são já 6 mil trabalhos a concurso e no ano seguinte ultrapassam-se os 8500. A exposição passa para a FIL (Feira Internacional de Lisboa) e para o salão da SNBA (Sociedade

Nacional de Belas Artes) e é inaugurada por secretários de Estado e ministros da Educação. Em 1971, os premiados não ganham só doces, livros, discos ou bilhetes para espetáculos, como acontecera no primeiro ano: a Fundação Calouste Gulbenkian oferece bolsas de estudo. Do júri fazem parte, entre outros, ao longo dos anos, os pintores José Júlio e Rocha de Sousa, o arquiteto Antunes da Silva, os escritores Matilde Rosa Araújo e José Gomes Ferreira — além de Calvet de Magalhães. «Foi por causa do *Natal Visto pelas Crianças* que comecei a escrever para miúdos», conta hoje Alice Vieira. «O concurso tinha muitas sessões nas escolas, para miúdos, e um dia o Calvet de Magalhães pediu-me para ir contar uma história aos alunos dele. Foi a primeira vez que me vi em frente a uma data de miudagem a contar uma história.»

A liberdade d'A Mosca

As páginas que provavelmente melhor refletem a lufada de ar fresco que o *Diário de Lisboa* representou na bafienta sociedade portuguesa do final dos anos 60 são as do suplemento *A Mosca*.

Ideia de Lopes do Souto, que tinha visto um suplemento humorístico no Brasil, é de Joaquim Letria o nome. «A ideia era falar de tudo, inclusive de merda. Ora, o que pousa na merda? A mosca. No início, o José Cardoso Pires não gostou muito, achou-o um bocado repelente, mas acabou por concordar que não era mal achado.»



O escritor José Cardoso Pires (1925-1998), na altura coordenador do suplemento literário — e portanto frequentador, como todos os outros colaboradores, da redação do *DL* — é convidado para dirigir *A Mosca*. Aceita, embora o seu nome não apareça na ficha técnica. Embarca igualmente na aventura, a convite de Cardoso Pires, o escritor Luís Sttau Monteiro (1926-1993), que regressara

de Londres em 1967, onde se havia refugiado da PIDE (mas é preso duas vezes logo no ano em que chega, por causa da publicação da peça *A Guerra Santa*), e estava desempregado.

«Olá moscas de todos os países!», lê-se a 12 de abril de 1969, sábado, na primeira página do *Diário de Lisboa*, a mesma em que, nos dias anteriores, um pequeno espaço ao lado do cabeçalho alertava «Atenção: *A Mosca* pica». «Deixem *A Mosca* voar por toda a parte, passear nos vidros das janelas, incomodar as pessoas adormecidas. Permitam, enfim, que *A Mosca* pouse nos calvos portugueses e caia nas sopas domésticas. Até para que aconteça qualquer coisa...»

Uma das primeiras coisas a acontecer foi o nascimento da Guidinha (depois de um ensaio-relâmpago com uma Tia Guidocho), escrita por Luís de Sttau Monteiro, e que se tornaria numa das mais douradoras e conhecidas crónicas da imprensa portuguesa da segunda metade do século xx. *A Mosca de Bibe*, assim começou por se chamar.

Fernando Assis Pacheco, Pedro Alvim, Cardoso Pires, Sttau Monteiro e Letria foram o núcleo duro, a que se juntariam Alice Nicolau, Amadeu Lopes Sabino e João Paulo Guerra. Divertem-se com o *nonsense* dos assuntos que inventam para o novo suplemento, que ganhará uma enorme modernidade e pujança visual com o trabalho de Carlos Ferreiro, grafista e ilustrador do *DL*, companheiro de Alexandre O'Neill na feitura de *storyboards* publicitários (e que mais tarde estará ligado ao cinema português, como ator e assistente de realização).

«Aquele suplemento dava para tudo. Procurava ser humorístico, sarcástico, crítico, mas também podia ser uma coisa séria», diz Joaquim Letria, que não se cansa de sublinhar o génio criativo de Luís Sttau Monteiro e o sentido de humor de Pedro Alvim.

É Santo António? *A Mosca* vai ver as marchas, numa «reportagem municipal e bastante pedestre de Fernando Assis Pacheco». Mas não só. Publica uma página com fotografias de pessoas a andarem a pé na cidade, «a marcha de Lisboa na ótica mosca», e outra com fotos de Hitler, Mussolini e um rebanho de ovelhas, «as velhas marchas».

Se se correm as 24 Horas em Le Mans, inventam-se n' *A Mosca* as 24 Horas nos Restauradores, com partida do bar dos Piratas dada pelo polícia-sinaleiro de serviço. Se se escreve uma *short story* avisa-se: «Qualquer semelhança com a realidade não é de modo nenhum pura coincidência». Tudo isto salpicado com pequenos apontamentos gráficos e frases como «*A Mosca* já tem telefone, mas é muito confidencial» ou «Se toma *dopping* não faça chichi».

«*A Mosca* éramos nós, e era o que nós quiséssemos que fosse», diz Letria. «Nunca fui tão livre como n' *A Mosca*. Acho que todos nós sentíamos isso.»

Instalada a redação do novo suplemento num pequeno andar do outro lado da rua, acima do *Diário Popular*, *A Mosca* vai variando onde poisa, ao mesmo tempo que se vai fixando em colunas como «POPlarucho», «Objetologia» (histórias inventadas de objeto, escritas e desenhadas por Pedro Alvim) ou «Cinco Pontos» (um assunto abordado em cinco itens).

«A Varejeira», uma espécie de editorial do suplemento, nem sempre é escrita por José Cardoso Pires: «O Cardoso Pires era excelente para dar ideias, para ‘mandar vir’. Muitas vezes, fazíamos as coisas e ele chegava e deitava tudo abaixo. Mas sofria muito quando tinha de escrever. O chão da sala ficava cheio de bolas de papel, porque ele começava a escrever, não gostava, amachucava o papel e começava de novo», conta Letria.

Os «voos» da censura não demoraram a «picar» *A Mosca*. Consultando os arquivos da Torre do Tombo, verifica-se que as «moscas mortas» eram mais do que muitas. Marcelo Caetano tomara posse a 26 de setembro de 1968, na sequência da queda da cadeira de Salazar. O novo Presidente do Conselho chama os diretores de jornais a São Bento e diz-lhes que a censura tem uma nova orientação: com exceção de temas relacionados com a «Presidência da República e do Conselho, Forças Armadas, Ultramar, manifestações ou doutrinas comunistas», «tudo o resto seria publicável, limitando-se a censura a ‘vigiar’ o cumprimento desta orientação, não intervindo senão em caso de necessidade». E é isso que Ruella Ramos responde quando o diretor dos serviços de censura lhe pede contas, mais uma vez, a 30 de agosto de 1969, desta feita por causa do corte de um desenho num artigo sobre dobragens de filmes que não tinha sido acatado. «Julga-se evidente que não pode o diretor do *Diário de Lisboa* atuar de forma diferente da que lhe foi superiormente indicada, a menos que o próprio Presidente do Conselho entenda modificá-la.»

A 11 de novembro de 1969, um mês depois das primeiras eleições legislativas após a saída de Salazar, não há mesmo ilusões. Os leitores do *Diário de Lisboa*, habituados a ler nas entrelinhas — num código entre leitores e jornalistas — são informados do que se passa: «Como os leitores de *A Mosca* já devem ter notado, *A Varejeira* nem sempre poisa neste suplemento do *Diário de Lisboa*. Por isto ou por aquilo — principalmente por aquilo — *A Varejeira* fica por vezes nas gavetas do arquivo do jornal, à espera de melhores dias, com grande desgosto do responsável pela conservação de todos os escritos que, por isto ou por aquilo — principalmente por aquilo — acabam por não ser publicados. [...] A acumulação de *Varejeiras* que não atingiram a meta começa a preocupar os responsáveis pela saída da *Mosca*, que quase já não têm espaço para se sentarem na redação.» As *varejeiras* são tantas que as mulheres da limpeza já não serão capazes de fazer a limpeza. Será por isso necessário chamar «almeidas» (os homens da limpeza da Câmara Municipal de Lisboa), «que, se pousarem acidentalmente os olhos nas *varejeiras*, podem perigar o equilíbrio da situação portuguesa e, portanto (para que havemos de ser modestos?), do próprio mundo».

Em 1970, e só até 27 de maio, o cadastro do DL nos serviços de censura regista 45 faltas, entre matérias não apresentadas ao exame prévio (nome dado aos serviços de censura depois de Marcelo Caetano chegar ao poder), cortes não respeitados, artigos suspensos que afinal são publicados, alterações do tamanho de títulos não cumpridas. A direção do *Diário de Lisboa* é constantemente

interpelada por carta pela censura — a 24 de julho, são 20 os ofícios a que o *DL* não respondeu, desde o início do ano.

A irreverência de *A Mosca* é responsável por vários desses episódios, e a censura exige provas de página (ou seja, não são apenas os artigos que têm de ir ao exame prévio, mas a página completa). Logo em janeiro de 1970, ameaça com suspensões, quer fazer rolar cabeças. «A Direção-Geral [da Informação] necessita de uma garantia de que o suplemento *A Mosca* está, de facto, subordinado à direção do jornal. A não ser prestada esta garantia e porque, segundo informações obtidas, tem havido até agora uma total independência do suplemento, haverá que considerar o estudo de outras medidas que permitam apurar quem responde, efetivamente, pela sua publicação», escreve Geraldês Cardoso, diretor-geral da Informação, a 29 de julho, ao diretor do *Diário de Lisboa* (carta consultável no Arquivo da PIDE).

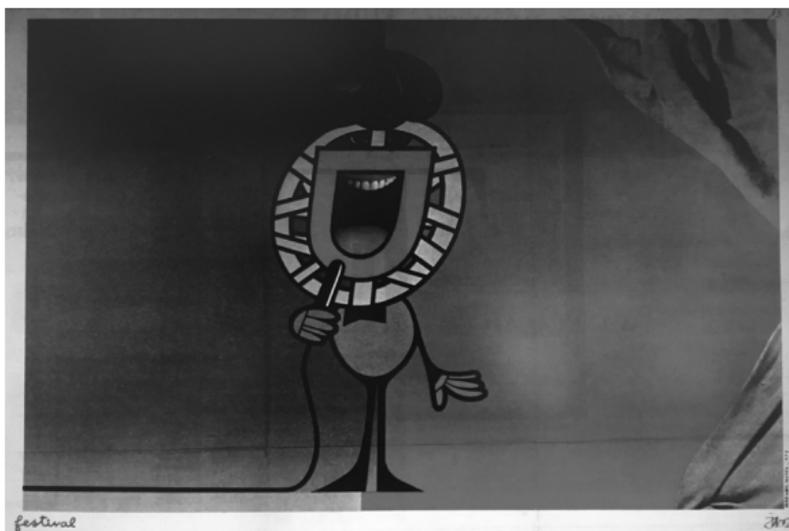
Em outubro de 1971, *A Mosca* deixa de picar ao sábado e muda-se para o domingo. Por lá andam ou andaram Mário Zambujal, Torquato da Luz e José Jorge Letria, entre outros. Sttau Monteiro começa entretanto a publicar «*A Mosca no Prato*», crónicas gastronómicas não assinadas. «Passado pouco tempo, era o único redator de *A Mosca* — todos os outros tinham regressado à redação levados por isto ou por aquilo», contará Sttau Monteiro mais tarde (*DL*, 18-12-1989), acrescentando que inventou dezenas de pseudónimos.

A maior complicação estava guardada para o final de 1972: por causa de um *poster* publicado n' *A Mosca* a 11 de novembro, o arquiteto e pintor

João Abel Manta e Ruella Ramos são acusados de abuso de liberdade de imprensa, num processo que partiu de uma queixa do diretor-geral da Informação.

O nome de Abel Manta (que seria, depois do 25 de Abril, o autor dos cartazes do MFA) tornou-se presença frequente nas páginas do jornal, desenhando *cartoons* para *A Mosca*, o suplemento *Mesa Redonda* e assinando uma série chamada *O Burro em Pé*, com textos de Cardoso Pires. Como ele próprio contará depois de 1974, dava-lhe gozo «iludir a censura e desafiar o perigo»¹².

João Abel Manta desenhara um *cartoon*, a que chamou *Festival*, considerado ofensivo da Bandeira Nacional por, em vez dos cinco castelos das quinas, ter a boca de uma mulher a cantar dentro da esfera armilar. O pintor teve de pagar uma fiança para aguardar julgamento em liberdade.



12 Citação retirada do *DL*, 30-11-1990.

Nas alegações finais, o advogado de defesa José Carlos de Vasconcelos disse: «Este não foi o processo de João Abel Manta — mas o processo dos seus próprios denunciantes, da censura, do fascismo.» O artista e o diretor do *Diário de Lisboa* foram absolvidos.

Os pontos de vista da *Mesa Redonda*

Outro suplemento marcante no final dos anos 60 foi o *Mesa Redonda*, com o qual se pretendia «ir de encontro a uma necessidade cada vez mais premente de exposição e debate dos mais importantes problemas do nosso tempo». Dirigido pelo escritor e ensaísta José Fernandes Fafe (mais tarde embaixador), o prato-forte era, como o nome indica, um debate sobre um tema da atualidade. A Concordata precisa de ser revista? Sentam-se à mesma mesa os advogados Fernando Abranches Ferrão e Francisco Sousa Tavares, o padre António Leite e o padre Luís Moita. O livro é uma mercadoria? O editor Lyon de Castro, o escritor David Mourão-Ferreira e o dramaturgo Manuel Granjeiro Crespo trocam ideias.

Além das mesas-redondas, são lançados inquéritos: durante várias semanas, leem-se diferentes pontos de vista. Na rua às sextas-feiras, o *Mesa Redonda* publica também artigos de especialistas nas mais diversas matérias. O drama da habitação em Lisboa é analisado pelo arquiteto Francisco Keil do Amaral, o problema da emigração clandestina, pelo jovem cientista social António Barreto. Temas económicos são explicados numa página assinada

por Carlos Carvalhas e Sérgio Ribeiro. Em «Assim Vai o Mundo, Assim Vamos Nós», comparam-se as realidades portuguesa e estrangeira.

De portas abertas para os jornalistas presos

«A Diana esteve presa, não foi?», perguntou Lopes do Souto a Diana Andringa quando esta lhe telefonou a pedir emprego. A jornalista, que fora colaboradora esporádica do *Diário de Lisboa* antes de ter sido presa pela primeira vez, a 27 de janeiro de 1970, telefonou ao administrador do *Diário de Lisboa* pouco depois de deixar a cadeia, a 27 de setembro de 1971. «O meu pai morreu uma semana depois de eu sair. Ele era o chefe de família e eu precisava de arranjar emprego.» Fez alguns contactos com pessoas do *DL* (já não se lembra quem). «Obviamente que tinha sido do *Juvenil*, como toda a gente da minha geração, e as pessoas sabiam que eu era casada com um preso político» (o jornalista Alexandre Alinho de Oliveira, com quem se casou quando ele estava preso em Peniche; Alexandre Alinho de Oliveira foi depois redator do *Diário de Lisboa*, entre 1972 e 1975). Os contactos desembocaram então nesse telefonema ao administrador do jornal. «Eles prenderam agora um dos nossos [referir-se-ia provavelmente a Sebastião Lima Rego, preso a 3 de setembro de 1971, ou a Amadeu Lopes Sabino], portanto entra para o lugar dele», respondeu-lhe. E assim foi.

A história de Diana Andringa não é caso único. Ao contrário do que acontecia noutros jornais, era ponto de honra do *DL* acolher na redação

os jornalistas ou colaboradores depois de serem libertados.

A solidariedade entre camaradas de redação ultrapassava, em muito, as divergências políticas. Pedro Alvim foi preso a 8 de novembro de 1963, acusado de ligações ao PCP, e vários camaradas (entre os quais Vítor Direito) foram testemunhar a seu favor no tribunal. «Quando uma tarde ouvimos a porta da redação abrir – chiava muito, aquela porta – e vimos o Pedro Alvim entrar, o primeiro a levantar-se, com lágrimas nos olhos, para lhe dar um abraço, foi o Félix Correia», lembra, comovido, Joaquim Letria.

Na secretária em frente a Félix Correia, sentava-se um homem que conheceu bem as cadeias do Estado Novo: Raul Rego. Davam-se muito bem.

Raul Rego (1913-2002) tinha entrado para o *Diário de Lisboa* em 8 de abril de 1959, a convite de Norberto Lopes. Trabalhava de manhã no *Diário de Lisboa*, à tarde, no *Jornal do Comércio*. É um dos jornalistas mais respeitados de toda a imprensa portuguesa e um conhecido opositor ao regime (viria a ser um dos fundadores do Partido Socialista, em 1973). Tinha sido preso pela primeira vez em 1945, por fazer parte do MUD. Voltou à cadeia em 1961 (por ter sido um dos signatários do Programa para a Democratização da República), em 1965 (quando foi a Badajoz com Mário Soares para saber do processo de Humberto Delgado, assassinado nesse ano) e em 1967 (por causa da publicação do livro *Para Um Diálogo com o Sr. Cardeal Patriarca*). Teve sempre a sua secretária na redação do *DL* à sua espera.

Tal como Raul Rego, também Urbano Tavares Rodrigues (1923-2013) foi preso em 1961, por causa do Programa para a Democratização da República. O escritor era colaborador do *Diário de Lisboa* desde que regressara de França, em 1955, para onde tinha ido por ter sido impedido de lecionar na Faculdade de Letras. As crónicas que escreveu para o *Diário de Lisboa* quando esteve embarcado no navio *Bartolomeu Dias*, logo em 1955, viajando pela Índia, Líbia, Síria e Iraque, deram origem ao livro *Jornadas no Oriente*. Foi também enviado do jornal à crise do Suez, em 1956. Essas crónicas-reportagens estão reunidas no livro *Agosto no Cairo*.

Em 1965, dois colaboradores do *DL* são presos pela PIDE: o escritor Manuel da Fonseca e o crítico literário Alexandre Pinheiro Torres. O júri da Sociedade Portuguesa de Autores, de que faziam parte, tinha tido a ousadia de decidir entregar o Grande Prémio da Novela ao escritor angolano Luandino Vieira, preso no Tarrafal por «atividades subversivas contra a segurança do Estado».

Chegado à redação do *Diário de Lisboa* em setembro de 1971, o jornalista Eugénio Alves foi preso pela PIDE em agosto de 1972, numa ação que colocou atrás das grades cerca de 20 estudantes (Eugénio Alves era aluno da Faculdade de Letras). «Fui preso às 6 da manhã», recorda hoje. «Nessa noite tinha acabado de escrever uma reportagem sobre estudantes estrangeiros que estavam na apanha da pera numa quinta da Azambuja e pedi à minha mulher para a ir entregar. Por pressão da malta da redação, a reportagem saiu assinada e com foto [a 14 de agosto], o que era inédito na altura.

A PIDE deve ter percebido que havia ligação entre as duas coisas, fez um telefonema muito chato para o jornal e o Avelino Rodrigues foi demitido de chefe da secção de Reportagem.»

Quando foi libertado, ao fim de três meses, Eugénio Alves não só retomou o seu lugar na Luz Soriano — onde estava agora Fernanda Mestrinho, entretanto contratada — como o jornal lhe pagou o ordenado correspondente ao tempo em que esteve preso.

A atividade dos jornalistas do *Diário de Lisboa* esteve sob olhar inquisidor da PIDE (na altura chamada de DGS) até ao fim do Estado Novo. Oito dias antes do 25 de Abril, o jornalista Fernando Correia foi detido. É um dos presos políticos libertados de Caxias a 26 de abril (v. capítulo «A primeira notícia sobre os capitães e o 25 de Abril»).

Dar a volta à censura

Todos os jornalistas, de esquerda ou de direita, simpatizantes do regime ou não, eram contra a censura. E duas características ajudam a traçar a atitude do *Diário de Lisboa*, a que os censores estavam especialmente atentos: a liberdade que era dada aos jornalistas internamente, e um entendimento subliminar entre jornalistas e leitores, que sabiam ler nas entrelinhas o que queria dizer quem escrevia. «Num país mentido por censores e censurados subservientes, era aqui [no *DL*] que encontrávamos os sinais da resistência do dia-a-dia e da nossa identidade cultural. Descobríamo-la muitas vezes com argúcias de leitura ou através

de silêncios orgulhosos em resposta aos exibicionismos do poder», explicou Cardoso Pires a 18 de dezembro de 1989 no próprio *Diário de Lisboa*.

«No *DL* tínhamos uma grande liberdade para escrever aquilo que queríamos, aquilo que nos propúnhamos fazer, ao contrário do que acontecia, por exemplo no *Diário Popular* — quando fui para lá [no princípio dos anos 70] descobri que o chefe de redação cortava mais do que a censura», conta Alice Vieira.

Se é verdade que a censura era particularmente dura com o *Diário de Lisboa* e tal impedia que muitos trabalhos fossem sequer feitos (José Carlos de Vasconcelos lembra-se de uma série de reportagens com Fernando Assis Pacheco que acabou por não avançar porque a censura cortou integralmente logo a primeira), e que havia alturas em que era particularmente atuante (as cheias de 1967 e a visita do Papa Paulo VI a Portugal nesse mesmo ano, por exemplo), também é verdade que os jornalistas se empenhavam em conseguir habilmente contornar a situação e fazer passar a sua mensagem. A palavra de novo a Alice Vieira: «Uma vez mandaram-me fazer uma reportagem sobre uns Serões para Trabalhadores no Teatro da Trindade, onde, como é óbvio, os trabalhadores não punham os pés. A forma que arranjei para dar a entender isso ao leitor foi transcrever frases que ouvi lá: ‘A água da minha piscina hoje não estava boa’, ‘amanhã vou para Espanha’ e por aí fora. Ficava claro que quem lá estava não eram trabalhadores.»

«Quem escrevia, escrevia entrelinhas, e quase miraculosamente os leitores entendiam-no, sabiam

o que estava nas entrelinhas», referiu José Saramago no debate organizado pela Fundação Mário Soares, já referido. E dá um exemplo: «Quando o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, foi obrigada a sair do País por ter escrito uma carta a Salazar, em 1959, o Artur Portela Filho publicou uma série de crónicas, durante umas cinco ou seis semanas, sobre o mandarim do Norte e o mandarim do Sul, onde ia contando tudo o que se estava a passar. A censura não deu por nada. Um dia, recebemos no jornal um telefonema do [embaixador] Teotónio Pereira, completamente enfurecido, dizendo: ‘Vocês julgam que nós somos parvos, mas percebemos perfeitamente o que vocês estão a fazer!’ Mas a verdade é que até aí a censura não tinha percebido...»

«Quer no *República* quer no *Diário de Lisboa* havia uma ligação com os leitores — ou pelo menos com parte dos leitores — que já sabiam que quando se contava uma determinada história aquilo queria dizer outra coisa», enfatiza Cesário Borga, chegado à redação em 1972.

O episódio relatado pelo professor J.-M. Nobre-Correia, mediólogo e politólogo, no debate na Fundação Mário Soares, é um excelente exemplo. «Em 1966, o *Diário de Lisboa* publicou um artigo, que ainda hoje guardo, sobre como viviam os estudantes latino-americanos na Bélgica. Eu estava a preparar a minha saída de Portugal e foi graças a isso que descobri onde podia ficar. Na verdade, o artigo era para dar informação a quem não queria ir para a guerra colonial e estava a pensar exilar-se, mas a censura não o percebeu.»

Eugénio Alves socorreu-se várias vezes da pirâmide invertida (técnica jornalística em que a informação mais importante está no início da notícia), deixando para o final do texto aquilo que sabia que a censura ia cortar — e esperando que, com a pressa, o artigo não fosse lido até ao final (onde já não estaria informação relevante). «Chegou-me às mãos a história de uma rapariga que tinha sido violada em Monsanto por quatro jovens, um deles filho de um ministro. Escrevi a notícia contando a história, mas só pus os nomes dos suspeitos no último parágrafo. A censura leu os primeiros três parágrafos e mandou seguir! Aquilo passou, e passou nas duas edições [havia matérias que às vezes passavam na primeira edição e que a censura, quando dava conta, mandava cortar na segunda edição].»

Antes das eleições legislativas de 1973, Eugénio Alves foi cobrir um comício da ANP (Ação Nacional Popular, antiga União Popular) no Cinema Vox, que estava às moscas. Dos 400 lugares, apenas 115 estavam ocupados. «Escrevi o texto começando com ‘teve lugar no recém-inaugurado...’. No segundo parágrafo, falava da intervenção do Casal Ribeiro, no terceiro da de Homem de Melo e rematava o último parágrafo referindo ‘grande entusiasmo entre as 115 pessoas presentes’.» A censura não cortou a referência numérica, mas no dia seguinte chegou uma ordem: passava a ser totalmente proibido publicar o número de participantes nos comícios.

Já Sttau Monteiro usava uma tática diferente, segundo o jornalista Fernando Dacosta refere no livro *O Bairro dos Jornais*: vencer o censor pelo

cansaço. «Escrevia uma crónica, dava-a ao pacote que levava ao censor. Regressava ao jornal com as provas cortadas. Nessa altura, já ele tinha outra redação pronta para levar ao censor. À sexta ou à sétima vez, o pobre do censor já estava louco.»

«Havia uma espécie de competição entre nós para ver quem conseguia driblar a censura», remata Eugénio Alves. «Éramos novos, estudantes, e tínhamos vontade de fazer coisas diferentes.»

«Até nos momentos em que era difícil à imprensa portuguesa ter opinião, este jornal encontrava forma de fazer ouvir a sua voz, mesmo em surdina ou em código», escreveu o jornalista Manuel de Azevedo na edição do 59.º aniversário do *DL*. «Código que os seis fiéis leitores aprenderam a decifrar. E estes laços que se foram aprofundando e alargando entre o jornal e o seu público constituíram a sua primeira e grande vitória, que fazia de uma publicação modesta e artesanal uma necessidade para a opinião pública.»

«O *Lisboa* era para nós uma relação de fidelidade em relação à ideia de que se estava contra Salazar, a favor da democracia, do lado da esquerda portuguesa [...]», escreveu Eduardo Prado Coelho¹³. «Nessa altura, o *Diário de Lisboa* aparecia-me como um lugar de verdade.» Foi este papel fundamental que levou a que o regime tivesse tentado comprar o jornal, por duas vezes (uma em 1966 e outra em 1969), para o controlar, o que não conseguiu graças à posição firme da família Ruella Ramos.

13 *DL*, 18-12-1989.

O editorialista José Saramago

Entre 2 de fevereiro de 1972 e 15 de dezembro de 1973, José Saramago foi o editorialista do *Diário de Lisboa*. Durante perto de dois anos, Saramago escreveu — sem assinar — a coluna diária «DL Opinião», que substituiu «A Nota do Dia»¹⁴. Os textos eram publicados anonimamente porque representavam o que então se entendeu ser a opinião daquele jornal — fosse sobre o Dia Internacional da Mulher, os emigrantes, a explosão demográfica mundial ou a nova Lei de Imprensa.

No livro *O Bairro dos Jornais*, o jornalista Fernando Dacosta — que, nos anos 70, viria a ser redator-paginador e pertencer à chefia de redação — refere que os editoriais de José Saramago eram dos textos menos cortados «porque ele escrevia muito bem e escrevia nas entrelinhas, com sutileza».

Alguns desses textos estão reunidos no livro *As Opiniões Que o DL Teve*, com prefácio escrito em dezembro de 1973: «Entre os artigos, alguns há que, redigidos na sua altura, apenas agora veem a luz do dia: o facto não precisa de explicação. Permita-se-me, contudo, que eu lamente o que nem sequer pude escrever, só porque de antemão sabia que não valia.» Por meias palavras, estava tudo dito.

O jornalista Cesário Borge, que estava nessa altura no *DL*, diz que, apesar de só escrever o

14 José Ribeiro dos Santos escreveu «A Nota do Dia» depois da saída de Norberto Lopes, quando já era quadro superior da Fundação Calouste Gulbenkian, onde dirigiu o Serviço de Ciência.

editorial, Saramago estava na redação e participava na vida do jornal. O escritor acabou por deixar o *DL* depois de uma reunião de redação convocada por Lopes do Souto, no final de 1973, em que não gostou do que ouviu da boca do administrador. «Quando começava a falar, o Lopes do Souto nunca mais se calava», conta Cesário. «Finalmente lá se cansou e alguém lhe perguntou se a orientação do *Diário de Lisboa* se mantinha, se continuava a ser um jornal contra o governo. E ele respondeu que o *DL* não era nem contra nem a favor. Então os jornalistas começaram, um a um, a dizer que eram contra o governo.»

Chegou a liberdade

A primeira notícia sobre os capitães e o 25 de Abril

A primeira notícia na imprensa portuguesa sobre o mal-estar que deu origem ao movimento dos capitães foi publicada no *Diário de Lisboa*.

Antes de enveredar pelo jornalismo, Avelino Rodrigues tinha sido padre e capelão do Exército no Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha. Na casa paroquial de Vidais, a 10 km das Caldas, o padre Avelino, ligado aos grupos católicos progressistas, reunia com frequência jovens militares para conversas e tertúlias. Muitos deles, entre os quais Vasco Lourenço, viriam a integrar, anos mais tarde, o grupo de capitães que protagonizou o 25 de Abril. Mobilizados para o Ultramar, o grupo desfaz-se. Avelino Rodrigues afasta-se da Igreja, vem para Lisboa e torna-se jornalista. Mas os laços de amizade e confiança mantêm-se — e é ele, redator do *Diário de Lisboa*,

o primeiro a dar conta aos leitores do mal-estar que se vive nas Forças Armadas, ainda em 1973, numa notícia em que referia os decretos contra os quais estavam os capitães (e que levariam à criação de um movimento que desembocaria na revolução do 25 de Abril). O assunto — sobretudo depois do golpe falhado das Caldas, a 16 de março de 1974 — ia sendo cochichado por um grupo de jornalistas na redação, nomeadamente por Mário Cardoso, que tinha contactos com Carlos Fabião, outro dos militares do 25 de Abril, e por Cesário Borga, com ligações à JOC (Juventude Operária Católica)¹⁵. Comentava-se a agitação.

Por isso, quando Cesário Borga recebe um telefonema do seu camarada de redação Alexandre Alinho de Oliveira, na madrugada do 25 de Abril de 1974, a conversa telegráfica é logo entendida. «Ele disse-me apenas ‘eles estão na rua’ — e desligou o telefone.»

Os jornalistas encontram-se por volta das 7 da manhã na Rua Castilho. «Fomos ao Rádio Clube Português, que era logo ali ao virar da esquina [a estação fora tomada pelos militares]. Quando regressámos à redação, decidimos que nesse dia o jornal não ia à censura e que era melhor voltarmos para a Luz Soriano, para garantirmos o bloqueio do envio dos textos», conta Cesário Borga. No Bairro Alto, e por causa do *offset*, tinham ficado apenas Lopes do Souto e um grupo de colaboradores que

15 Os três jornalistas publicaram ainda em 1974 o livro *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril: 229 Dias para Derrubar o Fascismo*, ed. Moraes.

com ele fazia a edição de domingo, à margem da redação. Desse grupo fazia parte Nuno Rocha, que viria a fundar *O Tempo*, semanário de direita, lançado em maio de 1975. «Agarrámos nas máquinas de escrever e fomos para a Luz Soriano. Ficaram apenas um ou dois jornalistas, por causa dos telexes.»

Se no dia 25 o golpe ocupa apenas a primeira e a última página do *Diário de Lisboa*, já no dia 26 preenche as 19 páginas do caderno principal. «Até 2 de maio, fui pouco a casa», contou a jornalista Fernanda Mestrinho ao *site* Mensagem. «Foram vários dias de diretas.»¹⁶

Dois dias depois da revolução, o *DL* publica um emotivo texto de Fernando Correia. Preso há uma semana em Caxias, o jornalista conta a experiência de quem estava em rigoroso isolamento e sabe da revolução através do grito de um preso fora da zona de isolamento, já na noite de dia 25. Mas só ao ver, no dia seguinte, os seus colegas de informação do lado de fora da prisão teve a certeza de que não havia «motivos para apreensões» e que aquele era «um momento de alegria». Fernando Correia saiu de Caxias e foi deixar o texto à redação do *Diário de Lisboa* antes sequer de passar por casa.

Nestes dias agitados e esperançosos de abril, o *Diário de Lisboa* faz edições sucessivas — e esgota. As pessoas estão ávidas de informação, finalmente livre, e fazem fila para conseguir comprar o jornal.

16 <https://amensagem.pt/2021/04/07/25-abril-diario-lisboa-centenario/>

No regresso da manifestação do primeiro 1.º de Maio, um grupo de jornalistas do *Diário de Lisboa* passa pel'A *Capital*, instalada na Avenida Joaquim Augusto de Aguiar, e depara-se com o processo de destituição do diretor. Na Rua Castilho (para onde a redação tinha voltado), e fechada a edição, é decidido convocar um plenário para o dia seguinte. Em causa estava a atuação do administrador Lopes do Souto, que, numa agitada reunião com a redação em 1973, dissera que o jornal não era nem contra nem a favor do governo. A afirmação tinha levado à saída de José Saramago, diz Cesário Borga.

O relato é do jornalista: «Reunimos e repetimos o que tínhamos feito no 25 de Abril: fomos para a Luz Soriano, mas desta vez organizados para já não sairmos mais de lá. Quando lá chegámos, um grupo, de que eu fazia parte, foi ter com o Lopes do Souto e disse-lhe que era melhor arrumar as coisas e ir-se embora. O Ruella Ramos apareceu um pouco depois, com a mulher. Explicamos-lhe que tínhamos posto o Lopes do Souto a andar porque ele era administrador e se imiscuía no jornal, mas que queríamos que a direção continuasse. 'Não temos nada contra si, bem pelo contrário: tem mantido uma posição liberal, aberta, do jornal. Queremos que continue.'»

Ruella Ramos é um dos poucos diretores da imprensa portuguesa que não é afastado com o 25 de Abril. No *Diário de Notícias*, n'O *Século*, n'A *Capital*, não fica pedra sobre pedra.

«Os jornalistas do *Diário de Lisboa* obtiveram ontem do diretor do jornal e da administração da empresa proprietária aceitação plena para a linha de trabalho que decidiram pôr em prática e que

tem como objetivo e condição basilar a completa autonomia da redação frente à administração. O êxito das negociações deve-se [...] à vontade do diretor e da administração em ver concretizada pela redação a orientação tradicional do *Diário de Lisboa*, no sentido dum informação objetiva, independente e pluralista», lê-se na notícia da primeira página de 3 de maio de 1974.

No comunicado dos jornalistas do *DL*, publicado na mesma edição, explica-se que a atuação de Lopes do Souto, «ou o seu oportunismo em matéria política [...], levaram à supressão de comentários desfavoráveis à atuação do governo fascista». «Por esta via, exerceu-se uma censura interna anteriormente ao 25 de Abril, censura que continuou depois do triunfo do MFA, agravada pelo facto do Sr. Lopes do Souto ter proibido os jornalistas de tomarem qualquer posição face ao Movimento.» Já as posições políticas de Ruella Ramos são «consentâneas com a orientação do jornal» e a redação vê «com agrado» a sua continuação na direção.

Dias depois, a redação elege as novas chefias: Carlos Veiga Pereira para chefe; Torquato da Luz, Pedro Alvim, Fernando Dacosta e Nuno Vieira para subchefes.

O general Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, nomeia uma comissão ad hoc para controlo dos meios de comunicação social, enquanto não fossem publicadas novas leis para o sector. Irritado com o relevo dado a uma manifestação da extrema-esquerda contra a manutenção de atividades militares em África («nem mais um soldado para Angola», gritava-se), Spínola suspende, sem consultar a comissão, o *Diário de Lisboa*, o *República*

e *A Capital*. O *Diário de Lisboa* não vai para as bancas a 2 de agosto. E a comissão demite-se.

A 21 de setembro de 1974, José Cardoso Pires assume o cargo de diretor-adjunto, depois de 15 dias «à porta», esperando pela aprovação da redação ao convite que Ruella Ramos lhe endereçara e de que Fernando Assis Pacheco tinha sido porta-voz: «Estaria ele [Cardoso Pires] de acordo em ser o n.º 2 do jornal, aliás n.º 1 em termos de direção editorial?»

Cardoso Pires entra na Luz Soriano um dia depois de o *Diário de Lisboa* publicar uma longa conversa com Vasco Gonçalves. Três dias depois, é entrevistado Álvaro Cunhal. «[Cardoso Pires] não se opôs, mas deixou dito em voz alta que a insistência em figuras institucionais não lhe parecia boa para captar novos leitores», revelou Assis Pacheco num texto publicado no *JL — Jornal de Letras* a 21 de dezembro de 1994.

Segundo Bruno Vieira Amaral conta na biografia do escritor, «Cardoso Pires assumiu o cargo com um entusiasmo juvenil». De novo a palavra a Assis Pacheco: «Preparava as primeiras páginas com um vagar exasperante, experimentando manchetes gradualmente mais compactas a cada tentativa [...], com habilidade de *designer* gráfico.»

O próprio Cardoso Pires revisitaria a experiência com as seguintes palavras: «Aprendi como no corpo mais íntimo de um jornal se vive cada minuto de um país.»¹⁷

17 *DL*, 18-12-1989.

O PREC e os 467 dias de José Cardoso Pires

A nacionalização dos bancos, a 15 de março de 1975, na sequência do 11 de Março, que marca o início do Verão Quente, vai afetar a generalidade da imprensa diária: os grupos do *Diário Popular*, *O Comércio do Porto*, *O Século* e *A Capital*, até aí nas mãos dos banqueiros, passam para o Estado. (O *Diário de Notícias* já era do Estado, pois estava sob a alçada da Caixa Geral de Depósitos.) Como um terço do *Diário de Lisboa* é propriedade do Banco Nacional Ultramarino — e as dívidas da Renascença Gráfica ao Pinto e Sotto Mayor são elevadas —, o jornal é também intervencionado.

Durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), o ambiente no *Diário de Lisboa* — como em todas as redações — é de agitação permanente. Há uma guerrilha entre o PCP e a extrema-esquerda, nomeadamente o MRPP, para tomarem conta dos órgãos de comunicação social e, assim, manipularem a informação. Sucedem-se os plenários, as exigências, os confrontos não só com a administração, mas entre as várias sensibilidades políticas dentro da redação. António Pedro Ruella Ramos está sempre presente nos plenários e pede à sua irmã Maria do Carmo, administradora do jornal e responsável pelos recursos humanos desde 1970, para o acompanhar. «A época de 74/75 foi muito complicada», recorda hoje Maria do Carmo Ruella Ramos. «O PC era uma máquina. Andava sempre aos pulos e aos berros. Os plenários eram agitadíssimos, mas depois duas pessoas que gostavam muito de nós, o Mário Castrim e o Manuel de Azevedo [o primeiro militante do PCP, o segundo com fortes ligações],

tentavam dar a volta à situação. Era muito difícil, porque o jogo não era transparente. Havia quem dissesse uma coisa à nossa frente e outra por trás.»

Rosário Assis Pacheco, a outra irmã de António Pedro Ruella Ramos, casada com o jornalista Fernando Assis Pacheco, lembra-se de um dia ir no carro e ouvir na rádio alguém da redação chamar fascista ao irmão. «Fui direta à Luz Soriano. O porteiro não me queria deixar entrar, porque estava a decorrer uma reunião, mas subi as escadas, entrei na reunião e disse-lhes que aquilo era uma total mentira, como toda a gente sabia, e uma enorme injustiça. O Piqui não era fascista e eles tinham de se retratar, de pedir desculpa. E fizeram-no.»

A 25 de novembro de 1975, na sequência da declaração do estado de sítio na região de Lisboa, os jornais diários estatizados — incluindo o *Diário de Lisboa* — são suspensos. O Conselho da Revolução determina que oito títulos têm «isolamento suplementar», por serem suspeitos de terem contribuído para a rebelião militar. O *Diário de Lisboa* só volta às bancas 20 dias depois, a 15 de dezembro, tendo um novo representante do Estado no conselho de administração, Gonçalves Pereira, militar da Marinha, mas mantendo-se Ruella Ramos como diretor, «exigência feita pelos trabalhadores», e Cardoso Pires como diretor-adjunto. A administração e os trabalhadores da Renascença Gráfica não reconhecem na atuação do jornal «intenção de agravamento da paz social». «Pelo contrário, o facto de certos partidos (PS e PSD, entre outros) terem deixado de incluir o *DL* na sua contestação à imprensa é significativo desse propósito de equilíbrio e serenidade», lê-se na edição de 15 de dezembro.

Diário de Lisboa

CONDICIONADO: JOSEPH MANSO - DIRETOR-GERAL: A. RUIA L. RAMOS

SESTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1974 - ANO 5.º - PREÇO 28\$



JORNALISTAS DECIDEM: "NÃO TOLERAR DORAVANTE QUALQUER CENSURA INTERNA NOS JORNAIS"

"DIÁRIO DE LISBOA"

Os jornalistas do «Diário de Lisboa» obtiveram ontem do Director do jornal e da Administração da empresa proprietária aceitação plena para a linha de trabalho que decidiram pôr em prática e que tem como objectivo e condição bastar a completa independência da Redacção frente à Administração.

O êxito das negociações deve-se à ac-

tuação unida e firme dos jornalistas, ao apoio dos outros sectores do jornal, às marcações recebidas dos leitores e dos camaradas dos outros órgãos de informação, e à vontade do Director, dr. António Pedro Ruela Ramos, e da própria Administração, em ver concretizada e continuada pela Redacção a orientação tradicional do «Diário

de Lisboa», no sentido duma informação objectiva, independente e pluralista.

Ao fim de manhã, a Redacção do «Diário de Lisboa», que entantado se instalou, junto dos sectores literário e gráfico na Rua Luz Sargento, em sessão comunicativa.

ROMAGEM DE POSIÇÃO DOS JORNALISTAS DO DIÁRIO DE LISBOA

1. Os jornalistas do «Diário de Lisboa» sempre

Continua na pag. 28

A organização imediata de um processo para julgamento de todos os elementos que durante tantos anos amoldaram a Imprensa Portuguesa, nomeadamente entidades da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e da Direcção-Geral de Informação, foi ontem decidida, no decurso de uma assembleia magna dos jornalistas, convocados para discutir a actual situação resultante da vitória alcançada pelo Movimento das Forças Armadas, que resultou a liberdade no País.

As presenças de mais de 150 profissionais, foi sempre deliberação a criação imediata de comités de Redacção, com

plena liberdade e autónoma perante as direcções dos jornais. Entre outros, parcerias, além de outras ac-

tividades, defendem o direito à greve e a todos os formas de luta pela defesa do trabalho.

Uma das propostas apresentadas, é que for igualmente aprovada, refere-se à criação, «organização, de uma comissão que se ocupará de investigar quem usará os recursos da ex-FIC/DIGD, dentro de classe dos jornalistas.

No momento o cheque é o meio de pagamento

«Considerando ser necessário e útil intercalar o uso do cheque sobre meio de pagamento, a fim de impedir a saída abusiva de fundos do sistema bancário,

«Tendo a Junta de Salvaguarda Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer desde logo, o seguinte:

«Art. 1.º — As determinações em contrário, a dita organização de cheques apresentados como meio de pagamento é punida com uma multa equivalente ao decréto do respectivo.

no valor, com o mínimo de dez mil escudos.

«Art. 2.º — O limite de emissão de cheques será colimitado, previsto no Decreto n.º 13.000, de 12 de Janeiro de 1967, para a ser punido com a parte de dois a oito anos de prisão

reclusiva, e, em caso de reincidência, a ser punido com a parte de dois a oito anos de prisão reclusiva.

CESSARFOGO EM AFRICA

Os jornalistas uniram-se ontem, numa proposta aprovada, declaram não tolerar «corrente de qualquer natureza interna, exigida para o êxito uma desorganização formal e política dos diversos jornais». Notícias

Continua na pag. 17

VÃO COMEÇAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O CASO HUMBERTO DELGADO

Ler na última página

Edição de 28 páginas

1 de Maio de 1974



Nesse mesmo número, é publicado o estatuto editorial do *Diário de Lisboa*, aprovado a 4 de junho: «jornal apertadário», «defende o pluralismo revolucionário em todas as suas expressões significativas», com «uma atitude de vigilância e de protesto contra toda e qualquer opressão à democracia e à formação cívica do povo português», e «considera que o empenhamento cultural, que desde a primeira hora o destacou [...], constitui

uma forma indispensável na consciencialização revolucionária, rumo ao socialismo».

Num depoimento recolhido para uma biografia de Fernando Assis Pacheco¹⁸, Ruella Ramos conta que foi falar com Melo Antunes, ideólogo do chamado Grupo dos Nove, da ala moderada, e o *DL* foi autorizado a sair se se fizessem algumas mudanças internas, «porque o jornal estava de facto muito prisioneiro do PC». Fernando Assis Pacheco aceita ser chefe de redação, «o que para Melo Antunes foi uma garantia». Armando Pereira da Silva, que até aí ocupara o cargo, deixara o *DL* — estava em preparação *O Diário*, jornal ligado ao PCP, lançado a 10 de janeiro de 1976. Ruella Ramos conta que, se despedisse três ou quatro jornalistas do PC, isso daria cabo do jornal — e pensou nas 350 pessoas que lá trabalhavam. «Ia tentando compensar esse problema com a entrada de jornalistas de outras áreas, mas era muito difícil porque as pessoas recebavam o que iriam encontrar e muitas vezes não aceitavam.»

Quem já não aguenta mais é José Cardoso Pires. «Esgotou-se no dia-a-dia, imaginou cabalas, incompatibilizou-se com um chefe de redação, foi viver um tempo para um hotel — única forma de fugir à pressão do país delirante. No fim do Verão Quente de 1975 era um homem desencantado, preparando a saída, que se tornou verdade no último dia do ano, sem nomeação de substituto»,

18 O depoimento foi publicado em forma de crónica em 2011, no primeiro número do *Diário de Lisboa* editado pela família para manter o título.

conta Assis Pacheco no artigo já citado. Tinham sido 467 dias de estalo.

A 31 de dezembro, José Cardoso Pires abandona o *DL*, «por motivos pessoais e irremovíveis de momento», lê-se na primeira página nesse dia. No plenário de redação em que comunica a sua saída, dissera: «É urgente acabar com o sectarismo que resulta de uma frágil formação ideológica.»

Uns anos mais tarde, num colóquio internacional promovido pelo *Diário de Lisboa*, Ruella Ramos recordará esse período da seguinte forma: «Só quem sofreu a humilhação e a frustração, a violência moral de uma censura total, arbitrária e estúpida, castradora do pensamento e da palavra, pode avaliar a alegria do fim de décadas de obscurantismo [...] No caso concreto do *Diário de Lisboa*, jornal que teve uma vida atribulada antes do 25 de Abril, por nunca ter estado comprometido com o regime, a liberdade de imprensa não lhe trouxe a prosperidade nem a tranquilidade, muito pelo contrário. As perturbações que se seguiram, as lutas partidárias pela conquista do poder dentro do jornal, a queda da publicidade, os aumentos incontroláveis de preços e de salários, as dificuldades de gestão, tudo isso amargou a alegria da liberdade e enfraqueceu ainda mais um jornal que já havia entrado fraco no regime democrático.»¹⁹

Na altura militante do PCP, Eugénio Alves era membro da Comissão de Trabalhadores e do

19 Texto publicado no livro *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Afrontamento, 1994.

Conselho de Redação e um jornalista influente no jornal — a quem Ruella Ramos chamava «patrãozinho». Eugénio Alves diz que o papel e os direitos da família Ruella Ramos nunca foram postos em causa. «Aliás, quando Almeida Santos [ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório] foi ao jornal propor uma cooperativa de trabalhadores, recusámos. Fui eu quem falou com ele em nome da redação e disse-lhe que essa não era uma solução porque os trabalhadores não eram administradores e porque havia ali valores a preservar, nomeadamente os da família Ruella Ramos, que tinha tido um papel fundamental na história de resistência do jornal. Propusemos uma solução tripartida — família Ruella Ramos, Estado e trabalhadores —, que ele não aceitou e pouco tempo depois o jornal foi privatizado.»

Fernando Piteira Santos, de A a Z

Quando José Cardoso Pires deixa o *Diário de Lisboa*, Ruella Ramos pede-lhe para sugerir alguém para o lugar — e o escritor pensa em Fernando Piteira Santos (1917-2009), reconhecido antifascista regressado do exílio em Argel a 2 de maio de 1974 (juntamente com Manuel Alegre). Piteira Santos — ou simplesmente «Piteira», como era tratado na redação do *DL* — era uma figura cuja luta pela liberdade tinha sido o centro da sua vida.

Elemento de *O Diabo*, precursor do neorrealismo (jornal no qual colaboraram, entre muitos outros, Álvaro Cunhal e Mário Dionísio), Fernando Piteira Santos tinha estado preso várias vezes

(a primeira das quais aos 20 anos), colaborara ativamente nas campanhas eleitorais para a presidência de Norton de Matos, em 1949, e de Humberto Delgado, em 1958, subscrevera o Programa para a Democratização da República (1961), estivera ligado ao assalto ao Quartel de Beja em 1962, uma tentativa de golpe contra Salazar, vivera na clandestinidade e estivera 12 anos no exílio, em Argel. Aí, tinha sido da direção da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), editorialista da Rádio Voz da Liberdade e diretor do jornal *Liberdade*, ambos da FPLN. Um *senão*: Piteira Santos tinha sido expulso do PCP, partido para onde entrara nos anos de 1940 (foi inclusive membro do Comité Central), sob a acusação de revisionista.

«Como é que uma pessoa *non grata* ao PC podia estar à frente de um jornal que, na opinião pública, era tão conotado com o partido? Este foi o grande desafio do Piteira, e um desafio que ganhou ao longo de 13 anos», escreve a jornalista Ângela Caires, na altura subchefe de redação, num livro de homenagem ao homem que, até 12 de abril de 1989, foi «na prática e na verdade o diretor intelectual, político e jornalístico», nas palavras de Ruella Ramos, publicadas no mesmo livro.

«Para surpresa dos não filiados, e talvez dos próprios filiados, correu discretamente pela redação uma ordem emanada da Soeiro Pereira Gomes [sede do PCP]: ‘não hostilizar o Piteira’», continua Ângela Caires.

A 2 de fevereiro de 1976, Piteira Santos está sentado na cadeira de diretor-adjunto e três dias depois escreverá pela primeira vez a coluna «Política de A a Z» — que só será no entanto assinada

com o seu nome quando deixar a direção do jornal, em 1989 (a coluna manter-se-á até ao último número do *DL*).

José Eduardo Rebelo, que entrou na redação do *DL* em agosto de 1975, afirma que um dos principais trabalhos de Piteira foi apaziguar a redação, fazer pontes entre as diferentes facções. «O Piteira tinha como meta a unidade da esquerda», diz. «Era um indivíduo que podia conversar com toda a gente — e conversava.»

Quando o *Diário de Lisboa* comemora 55 anos de existência, dois meses depois da entrada de Piteira, o diretor, Ruella Ramos, e José Cardoso Pires respondem por um crime de abuso de liberdade de imprensa. «Pensamos convictamente que este aniversário, comemorado no banco dos réus, honra o *Diário de Lisboa*», escreve-se no editorial da edição de aniversário.

A 21 de janeiro de 1976, a polícia carregara fortemente sobre manifestantes que apoiavam a paralisação do comércio retalhista na baixa lisboeta. A violência dos confrontos e dos disparos tinha sido tal que deles resultaram um morto (João António Teixeira Lomba, de 25 anos) e seis feridos. Hernando Domingues, repórter fotográfico do *DL*, foi espancado à porta da estação do Rossio e José Tavares, também fotógrafo no jornal, foi detido. Num comentário não assinado que acompanhava a notícia dos acontecimentos, José Cardoso Pires escrevera: «O que se passou na Baixa é um *flash back* da ordem fascista do Estado Novo.»

A sala de audiências do Tribunal da Boa Hora encheu-se durante as várias sessões do julgamento de Ruella Ramos e de Cardoso Pires, este último

defendido por Jorge Sampaio, acusados de ofenderem o bom nome e o prestígio da PSP. A defesa alegava que o editorial do *DL* era um grito de alarme e denúncia, «que o *DL* tem de continuar a ter a coragem para denunciar estes casos» e que «todas as pessoas que se prezem têm de agradecer a quem o escreveu».

Dois dias depois, a batalha pela liberdade de expressão de um país que acabara de sair de uma ditadura estava ganha. «Dr. Silva Caldas absolveu o *DL* – Não é proibido criticar a polícia», titulava o vespertino.

«O dever de um jornal é informar com verdade. A verdade às vezes é incómoda. Por isso, um jornal tem a necessidade de ser incómodo, incómodo a gregos e a troianos, desagradando a todos, se for caso disso», disse Piteira Santos numa entrevista à Emissora Nacional, entrevistado a propósito dos 55 anos do jornal²⁰. «O *Diário de Lisboa* pretende ser um jornal pluralista de esquerda, rigorosamente independente de qualquer formação partidária, um jornal aberto à participação de todos os homens de esquerda e que quer oferecer ao País essa imagem de convergência e de coexistência.»

Homem reservado, Piteira Santos chegava cedo à Luz Soriano, passava pela redação para saber das «novidades» e ia para o seu gabinete, cheio de livros. Sentava-se à secretária, lia os jornais da manhã e, numa hora, escrevia à mão, praticamente sem emendas, aquilo que ele chamava «as notas

20 <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/55o-aniversario-do-diario-de-lisboa/>

cursivas» de «Política de A a Z». «Os seus artigos de opinião esclareceram e uniram porque [Piteira] sabia de ciência certa que a desunião continha o germe da derrota», escreveu o general Pedro Pezarat Correia, membro do Conselho da Revolução, no livro de homenagem já citado. «A [sua] coluna, pela inteligência das suas análises, pela lucidez das vias que indiciava, pela contundência das suas críticas implacáveis, mas também pela elegância formal, constituía um espaço de consulta indispensável.»

Piteira Santos dava liberdade à chefia de redação na escolha dos assuntos que o jornal tratava, bem como na feitura da primeira página: primeiro a Assis Pacheco; depois a João Maria Mendes (entre 1977 e 1986); e finalmente a José Eduardo Rebelo, coadjuvado por Rogério Vidigal (entre 1986 e 1988).

No início da década de 80, e segundo José Eduardo Rebelo, a redação do *DL* estava apaziguada. Quando o jornal festeja o seu 58.º aniversário, a média de idades da redação é de 38 anos. Ernesto Sampaio, poeta, teórico do surrealismo, chega à Luz Soriano nesse ano.

«Depois do 25 de Abril, o que distinguia o *Diário de Lisboa* dos outros vespertinos era a secção de Política, a mais forte do jornal nessa altura», opina José Eduardo Rebelo. Por lá passaram, entre muitos outros jornalistas, Ribeiro Cardoso, Áurea Sampaio, José António Cerejo e Nuno Ribeiro, tendo estes três últimos integrado mais tarde a redação do *Público*.

O pioneiro *Se7e Ponto Se7e*

Na véspera de, pela segunda vez depois do 25 de Abril, os Portugueses votarem em liberdade, o *Diário de Lisboa* lançava o suplemento *Se7e Ponto Se7e*, uma «agenda semanal dos tempos livres, arte, espetáculo, passatempo & diversos», como se explicava nessa primeira edição, a 24 de abril de 1976.

Com coordenação de Mário Lindolfo e orientação gráfica de Rodil Garcia e Luísa Cardoso, começou por ter 24 páginas em formato meio tabloide (em cada página do jornal eram impressas duas páginas do suplemento). «O formato quisemo-lo à medida das mesinhas de cabeceira comuns, manuseável.» O suplemento sistematizava a programação semanal dos cinemas, os espetáculos de teatro, as exposições patentes nas galerias de arte e os eventos desportivos, todos em Lisboa, bem como a programação de televisão.

Este «roteiro dos sete dias para uso dos civilizados atentos e recreio dos espíritos de eleição» completava-se com a recensão a livros e discos publicados nessa semana e crítica de restaurantes.

Primeiro roteiro do género — o semanário de espetáculos *Se7e*, que incluía um roteiro cultural completo de todo o País, só apareceria em 1978 —, o *Se7e Ponto Se7e* passaria depois a abordar temas de política e perderia o carácter de guia. Foi durante anos coordenado por João Mendes e, na fase final, contou com a colaboração de Pedro Miguel Frade, professor da Universidade Nova, cujos estudos sobre fotografia fariam história. O *Se7e Ponto Se7e* terminaria em 1988.

Durante a direção de Piteira Santos, foi também lançado um outro suplemento, *Ler/Escrever*.

O «jornal-analista» e o «jornal-consultor» de Mário Mesquita e Diana Andringa

A jovem jornalista Dina Soares chegou à Luz Soriano antes da pessoa que a levou para lá — Mário Mesquita fora convidado para diretor em fevereiro de 1988, mas só assumiria oficialmente as funções em dezembro de 1989.

Na redação do *Diário de Lisboa*, já totalmente informatizada, cruzava-se com Roby Amorim, Paulo Martins, Lourdes Féria, António Marujo, Carlos Camponez, Augusto Vilela, Rui Ferreira e Sousa (conhecido como escritor pelo nome de Jaime Rocha) e Daniel Reis, entre outros. Rodrigues da Silva e Marina Tavares Dias tinham sido «roubados» ao concorrente *Diário Popular* pouco tempo antes: ele para editor de «Cultura», ela como jornalista (que se consagraria como olissipógrafa, autora da coleção de livros «Lisboa Desaparecida»).

«O ambiente na redação era muito bom», recorda hoje Dina Soares, sublinhando que os recém-chegados à profissão como ela eram muito acompanhados. «Os estagiários saíam em serviço com os mais velhos. Quando os textos eram revisitos — o que acontecia sempre —, chamavam-nos para nos explicarem o que estava mal e porque tinha sido alterado. Além disso, havia outra coisa muito boa para quem estava a começar: marcavam-nos todo o tipo de serviços. Eu, por exemplo, que estava na secção de Política, fui fazer um jogo de futebol.»

Neves de Sousa (1931-1995), jornalista desportivo, era uma das figuras mais populares da redação. Órfão de pai aos 7 anos, os seus estudos tinham sido em parte pagos pelo *DL*, através de uma campanha junto dos leitores para ajudar um estudante pobre, lançada por Tavares da Silva, chefe do «Desporto». Entrara na Luz Soriano em 1964, vindo da *Flama*, e as várias gerações de jornalistas que se cruzaram com ele na redação do *DL* recordam o seu humor, a sua habilidade para fazer títulos, o seu talento e o casaco pendurado na cadeira, para marcar lugar, enquanto ia trabalhar para outro lugar – tinha 10 filhos para sustentar.

A aura que se criara à volta do *Diário de Lisboa*, dos tempos em que se afirmara como uma voz contra a ditadura, e a persistência dos proprietários em preservar a joia da família, mantinham o jornal – mas o número de leitores era cada vez menor. O *Diário de Lisboa* é então «um dos poucos jornais que não está ligado a forças económicas ou políticas»²¹. A sua frágil situação financeira, equilibrada graças às outras atividades da Renascença Gráfica (impressão de outras publicações, nomeadamente do *Expresso*, do qual a família Ruella Ramos também era acionista), acentuava-se. Num país com o índice de leitura de jornais mais baixo de toda a Europa – posição de que Portugal não recuperou depois do 25 de Abril –, os semanários continuavam a ganhar espaço aos diários (*O Independente* foi lançado em 1988). Vivia-se um cenário completamente diferente do da primeira metade

21 Ruella Ramos, *DL*, 18-12-1989.

dos anos 70, em que os vespertinos representavam 40 % da venda total de jornais em Portugal.

Entre morrer ou mudar, Ruella Ramos decide arriscar e convida Mário Mesquita para dar uma nova vida ao velho *Diário de Lisboa*. «A família queria relançar o jornal e o contexto político internacional, com a queda do Muro de Berlim, era entusiasmante», contou Mário Mesquita no debate organizado pela Fundação Mário Soares. A proposta de Mesquita é apostar num olhar reflexivo sobre a atualidade, diferenciando-se dos outros diários, e mantendo-se como um jornal independente de esquerda.

Fundador do PS em 1973 (partido de que se afastaria mais tarde), Mário Mesquita tinha começado a sua carreira jornalística no *República* e dirigira o *Diário de Notícias* entre 1978 e 1986 (e fora diretor-adjunto entre 1975 e 1978). Destacara-se já como professor de jornalismo na Universidade Católica, na Escola Superior de Jornalismo do Porto e na Universidade Nova de Lisboa, onde recolhe enorme simpatia entre os alunos. Quando recebe o convite, em fevereiro de 1988, é ele próprio estudante: encontra-se em Lovaina, a concluir a licenciatura em Comunicação Social. Fica acertada a sua vinda para o ano seguinte, mas desde logo novos jornalistas — como Dina Soares — começam a ser contratados.

Diana Andringa — que tinha passado pela redação do *DL* no início da década de 70 — é convidada por Mário Mesquita para diretora-adjunta. «Na altura eu estava ‘emprateleirada’ na RTP e pareceu-me excelente a ideia de fazer um jornal diferente, com profundidade», conta a jornalista,

que teve um processo disciplinar na RTP por ter aceitado o convite, acusada de quebra de solidariedade institucional (Maria Elisa, Maria Antónia Palla e Margarida Marante foram-no também, na mesma altura), processo esse que a RTP perdeu em tribunal.



A Redacção renovada do «Diário de Lisboa» é composta por 50 elementos, um terço dos quais não completou ainda os 30 anos, o que dá uma média de idades inferior a 40. Trinta jornalistas possuem formação superior ou frequentaram a universidade. Dos primeiros, 9 completaram cursos de Comunicação Social e 6 são licenciados em Letras,

História, Sociologia, Psicologia ou Engenharia. A frequência universitária distribui-se pelas áreas da Comunicação Social, da Filosofia, do Direito, das Ciências Políticas, das Letras, das Belas Artes e das Ciências Aplicadas. A maior parte dos novos redactores do DL provém de jornais diários, e alguns iniciam agora a actividade profissional.

Acácio Barradas, até aí chefe de redacção do *Diário Popular*, situado quase em frente ao *DL*, atravessa a rua (as redacções eram tão próximas que os jornalistas do *DL* ouviam os seus berros no *Diário Popular*). Juntam-se à equipa de chefia José Leite Pereira e Rui Camacho, agora contratados, e Paulo David e Rodrigues da Silva, da «casa».

A 18 de dezembro de 1989, quando chega às bancas o primeiro número com os nomes de Mário Mesquita e Diana Andringa no cabeçalho, o *Diário de Lisboa* tem 50 jornalistas, um terço dos quais com menos de 30 anos. A média de idades ronda

os 40 (o diretor tinha 39) e perto de 60 % possui formação universitária. Entre o grupo de jovens licenciados encontra-se António José Teixeira, que chegará mais tarde a diretor do *Diário de Notícias* e diretor de informação da RTP. Entre os profissionais experientes recém-contratados estão João Paulo de Oliveira (redator principal), António Ribeiro Ferreira (redator-paginador), Adelino Cardoso ou Maria Guiomar Lima.

«Tínhamos juntado um grupo de gente muito diversa, interessante, e discutíamos tudo», recorda Diana Andringa. «Lembro-me de algumas discussões éticas estimulantes, por exemplo sobre como poderíamos fazer um título e um *superlead* de uma notícia sobre uma suspeita de corrupção sem passar qualquer insinuação», exemplifica.

«As nossas apostas são uma informação complementar do audiovisual e uma atitude de disponibilidade para o debate de ideias», revela-se no editorial de 18 de dezembro de 1989. «Em cada edição desenvolveremos um tema de atualidade, a par de um noticiário conciso, mas vivo. Esse *dossier* quotidiano permitir-lhe-á, caro leitor, refletir e formar uma opinião fundamentada. Não somos o *El País*, nem o *La Repubblica*, mas podemos ir além da informação-flash da rádio e da televisão». Quer-se um «jornal fórum, apto a acolher ideias vindas do exterior, capaz, não só de emitir opiniões próprias, mas também de acolher as opiniões dos outros, incluindo aquelas com que não concordamos».

O projeto gráfico, inspirado no espanhol *Diário 16*, e sem beliscar o logotipo do jornal, é da responsabilidade de Fernando Coelho, do ateliê

Caixa Alta. É adotado um livro de estilo (manual de regras pelas quais os jornalistas se devem guiar) e um novo estatuto editorial.

Quer-se «um grande jornal que regressa às origens», com uma tripla função: um jornal-cidadão interventor, sensível aos grandes debates do tempo; um jornal-consultor, capaz de traduzir numa linguagem acessível matérias especializadas; e um jornal-analista político, económico ou cultural, que vá mais longe do que o *Telejornal*.

Prometem-se 40 páginas diárias (de segunda-feira a sexta-feira, deixando de se publicar ao sábado). Criam-se em cima disso suplementos de economia e de literatura (este último coordenado por António Cabrita, auxiliado por Gastão Cruz). Faz-se *A Mosca* picar de novo, agora sob a coordenação de Ernesto Sampaio: regressam as redações da Guidinha, a crítica de televisão de Mário Castrim (a crítica diária de TV é entregue a José Sousa Monteiro), a participação de Joaquim Letria, e passa-se a contar com a colaboração de Eduarda Dionísio, Jorge Silva Melo, Mário de Carvalho e Fernando Brederode dos Santos.

Dá-se espaço a cronistas como José-Augusto França, Artur Portela Filho, Jorge Listopad e David Mourão-Ferreira. Publicam-se em exclusivo para Portugal as crónicas dos escritores Francesco Alberoni e Umberto Eco.

A reflexão aprofundada sobre a realidade traduz-se não só no desenvolvimento de um tema de atualidade nas páginas iniciais, numa secção chamada «Grande Angular», mas também na criação do Grupo de Trabalho/*DL*, constituído por painéis de especialistas em política internacional, política na-

cional, temas sociais e assuntos económicos, que se reúnem para debater um tema — seja a reunificação da Alemanha, discutida por Jaime Gama, Medeiros Ferreira, João Soares e Maria de Lurdes Pintasilgo; seja o estado da educação, analisado por Paquete de Oliveira, Maria Emília Brederode dos Santos, José Maria Brandão de Brito e José Manuel Dias Cordeiro. Uma transcrição resumida da conversa, moderada por Mário Mesquita ou Diana Andringa, era depois publicada no *DL*.

«Uma das coisas de que gostei foi de lançar em Portugal o debate sobre o fim da História, que começou com um artigo de Francis Fukuyama», comentou Mário Mesquita. «Comprámos os direitos do artigo para Portugal e publicámo-lo em fascículos, com comentários de portugueses, como Vergílio Ferreira, Teresa Ambrósio e Tito Cardoso e Cunha.»

Entre as várias iniciativas que o *Diário de Lisboa* organizou sob a sua direção, Mário Mesquita destaca um colóquio internacional que, ao longo de três dias, reuniu em Lisboa jornalistas do *Le Monde*, *Libération*, *The New York Times* e BBC, entre outros órgãos de comunicação. O pretexto? A democracia cumprir 16 anos, ultrapassando o período de tempo que durara a I República. «Foi um debate muito vivo, cujas conclusões estão publicadas em livro.»

São mesmo as últimas

O relançamento tinha sido possível graças ao sim de Mário Mesquita e à «coincidência feliz de

alguns acontecimentos financeiros», escreve Ruella Ramos na primeira edição do novo *DL*, a 18 de dezembro de 1989. «A família Ruella Ramos apostou sempre no *DL* e, quando não tinha dinheiro, deu o trabalho e a cara para manter o jornal de pé», rematava.

Mas 10 meses mais tarde já não há «coincidências felizes». O investimento feito no reforço dos meios da redação tinha feito desequilibrar definitivamente o barco. Os vespertinos continuavam a sua curva descendente e um novo matutino, o *Público*, lançado a 5 de março de 1989 pelo grupo Sonae e dirigido por Vicente Jorge Silva, dispunha de enormes meios humanos e financeiros.

Mário Mesquita e Diana Andringa são convidados a saírem da direção do *DL*. «O que nos foi dito é que tínhamos feito um jornal bom demais», recorda hoje Diana Andringa. «Ao mudar, corre-se sempre o risco de se perderem os antigos leitores sem se ganharem logo novos. O Mário Mesquita chamou a atenção do Ruella para isso desde o início, dizendo que seria preciso dar tempo. Tiraram-nos o tapete, e tenho muita pena, porque acho que, de facto, fizemos um bom jornal.» Dina Soares também se lembra de lhes ter sido dito que o jornal tinha demasiada coisa para ler, o que fazia com que a leitura não se esgotasse num dia, prejudicando assim a venda do dia seguinte.

Antes da remodelação, o *Diário de Lisboa* vendia uma média de 7 mil exemplares por dia. Em janeiro de 1990, depois do relançamento, contabilizaria 13 mil exemplares diários, número que, em março (mês de aparecimento do *Público*)

estabilizaria nos 10 mil ²². Mas a publicidade não acompanhou a curva ascendente das vendas.

A 24 de setembro de 1990, dá-se notícia na primeira página do pedido de demissão de Mário Mesquita e Diana Andringa. Afirma-se que a intenção da administração de despedir 13 jornalistas terá sido a gota de água. «Não é possível pretender recuperar em três meses um jornal cuja imagem se deteriorou ao longo de 16 anos», escreveu a direção na carta de demissão publicada na íntegra nessa edição. «Sempre ficara entendido, desde o início dos nossos contactos, que um projeto desta natureza precisava de um mínimo de três anos para vingar. Ora, a administração do *DL* deixou, na prática, de apoiar o projeto de relançamento do jornal em abril-maio.» A afirmação é apoiada no cancelamento da campanha de publicidade prevista para coincidir com o lançamento do *Público* e nos cortes no orçamento da redação (todos os cartoonistas e correspondentes estrangeiros foram dispensados), acrescentando ainda que a publicidade não subira porque não tinha sido contratado um novo diretor comercial, ao contrário do que tinha sido acordado.

«O *Diário de Lisboa* teve um papel importante na história da imprensa portuguesa e tenho pena de não o ter conseguido reformular e atualizar, mas também há que reconhecer, do ponto de vista contextual, outra coisa: os vespertinos desapareceram em todo o mundo», refletiu Mário Mesquita no debate promovido pela Fundação Mário Soares.

22 Dados publicados no *DL* a 24-9-1990.

O *Diário Popular* fecharia logo no ano seguinte, em setembro de 1991, e *A Capital* em 2005.

Assim, a 1 de outubro o nome de António Pedro Ruella Ramos volta a figurar no cabeçalho do jornal. No editorial, o novo-antigo diretor diz que o *Diário de Lisboa* sempre viveu exclusivamente dos seus recursos, sempre parcos mas suficientes para garantir «uma informação factual e uma opinião que não veicula encomendas». «Muito se escreveu (noutros, mas também neste jornal) sobre o percurso recente do *Diário de Lisboa* e é difícil ficarmos indiferentes à ligeireza com que, nuns casos, se lançam suspeitas sobre profissionais de imprensa com provas dadas e um passado irrepreensível, e noutros se fazem apreciações sem uma palavra de justiça para com um raro jornal privado, isolado no meio de empresas públicas permanentemente alimentadas pelo Estado com o dinheiro de todos nós.»

Neste limbo, desenvolvem-se contactos com a Projornal, grupo que publicava *O Jornal* e detinha 10 % da Renascença Gráfica e parte da TSF, para a compra do *Diário de Lisboa* — mas o negócio não avança porque os custos, mesmo depois da saída por mútuo acordo de 15 jornalistas, continuavam elevados e não fora encontrado um parceiro com capacidade financeira.

Ruella Ramos faz contas e conclui que o dinheiro que resta permite apenas fechar o jornal de forma honrada, pagando as indemnizações aos funcionários e devolvendo o dinheiro aos assinantes.

«A decisão de fechar o jornal foi mesmo muito dolorosa», recorda Maria do Carmo Ruella Ramos.

«Acredito que custou mais ao Piqui [*petit nom* de António Pedro Ruella Ramos] e a nós do que a qualquer outra pessoa. Mas não havia outra saída.»

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23378

DIRECTOR ANTÓNIO RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA 30 NOVEMBRO 90 75500

EDITORIAL

Morrer na flor da idade

É hoje o último dia da vida do «Diário de Lisboa», morte anunciada que até lá pouco ainda acreditávamos poder evitar. Retalhado pela Censura durante cinquenta anos quase setenta anos de existência, às vezes atirado, mas sempre presente, todas as dias o «Diário de Lisboa» foi para as bancas, e daí para as mãos dos leitores, muitas das quais nos acompanharam fielmente desde tempos longínquos.

Mas a realidade não jorou, e o avulso que fomos mantendo, quantas vezes com enormes dificuldades, terminou hoje, dignamente, de repente.

Não há muito para dizer se tivemos nestas lavas agradecer aos leitores e assinantes, aos nossos correspondentes e aos amigos de Lisboa e de fora que sempre nos acompanharam: aos gráficos que nos acompanharam e imprimiram, à nossa distribuição, aos empregados que iludiram o suposto e o apoio administrativo e comercial, aos nossos colaboradores, que tanto o corroboraram. E, por fim, mas não o menos importante, a todos os leitores que passaram por esta casa e mantiveram o jornal sempre látila não feita de erro, mas longa, viva e honrada.

Muitos foram os amigos que nos manifestaram o seu pesar, alguns até à sua angústia, por terem fecliar uma área de liberdade e inconformismo, de observação, de reflexão e de crítica que foi sempre o «Diário de Lisboa». Fica-nos a recompensa desses palavras e desse cuidado.

Tentámos, com diligência e esforço, manter a lavra com sacrifício de todos, manter a lavra que foi legada pelos fundadores — António e Alfredo Vieira Pinto, Joaquim Mânso e Paulo Bandeira Pinheiro — e conservada e nutrida por todos jornalistas, escritores, artistas plásticos, letrados e mulheres de cultura. Que todos nos perdoem, neste momento.

A terminar, resta a nos reconhecermos a muitas cartas recebidas, neste caso de uma jovem jornalista, que, ao aceitar as condições da cessação do seu contrato de trabalho, nos diz o que valer. É triste pensar e constatar que, apesar de tudo, o «Diário de Lisboa» morreu na flor da idade.

António Ruella Ramos

«Quarta (...) comunicar-lhe a grande dor que sinto, neste momento em que encerra uma das últimas cápsulas do jornalismo português.

Diário, provavelmente, que o pouco tempo que levava de casa e que a minha pouca idade não incomodasse com um grande desgosto. Sem poder comparar a minha dor àquelas que aqui passaram a maior parte das suas vidas, direi, no entanto, que, durante um ano de colaborações e outras, integrada já no quadro redaccional, sempre dei o melhor esforço ao projeto que diariamente punhamos na rua. Sabe quem trabalhou comigo que sempre coloquei o «Diário de

Continuar na pág. 11

São mesmo as últimas



Hoje: 64 páginas, incluindo um suplemento especial

Desenho de Stuart
Adaptação de
Eduardo de Sá

A 30 de novembro de 1990, o desenho de um ardina com o jornal debaixo do braço, com a assinatura de Stuart Carvalhais, marca a capa do adeus. «São mesmo as últimas», titula-se. «A realidade não perdoa, e o sonho que fomos mantendo,

quantas vezes com enormes dificuldades, termina hoje, dignamente, dolorosamente», escreve Ruella Ramos no editorial intitulado «Morrer na Flor da Idade», no qual agradece a todas as pessoas que trabalharam e colaboraram, de uma forma ou outra, com o jornal.

«Sei que a decisão de fechar o *DL* foi tomada com um sacrifício dificilmente avaliável por quem não se chama Ruella Ramos», sublinha Sttau Monteiro num artigo que escreveu para esse último número.

Pela cara de Maria do Carmo Ruella Ramos caíam as lágrimas, quando ela e os irmãos foram assistir à impressão do último número. Na redação, fechada a edição, o ambiente era de total consternação e tristeza. Alguém se lembra então do teclado desdentado de «Fanan», o jornalista Fernando Bredode dos Santos. Ele nunca se tinha habituado completamente a escrever ao computador e, para não carregar onde não devia, arrancava as teclas que não usava e guardava-as. «Por isso, a última coisa que fizemos», recorda Dina Soares, «e que acabou por dar uma barrigada de riso no meio daquela enorme tristeza que todos sentíamos, foi abrir a gaveta do Fanan e encaixar todos os botões que faltavam no teclado dele.»

O *Diário de Lisboa* terminava. Mas o teclado ficava inteiro.

Crítica e críticos, crónicas e cronistas

A primeira página de cinema do mundo num diário

A 12 de outubro de 1927, o *Diário de Lisboa* torna-se o primeiro diário em todo o mundo a ter uma página exclusivamente dedicada a assuntos cinematográficos, segundo o historiador de cinema português Paulo Cunha²³. Com o lindíssimo nome de «O Claro Escuro Animado», a secção era escrita por António Lopes Ribeiro, que assinava com o pseudónimo de Retardador. O *Diário de Lisboa* identifica-o como «o nosso redator cinematográfico» quando ele vai a Paris, em 1929, e escreve sobre o que viu nas «sessões corporativas», aquilo a que hoje chamamos visionamentos de imprensa.

23 <https://www.apaladewalsh.com/2019/04/a-critica-contra-ataca/>

Em abril de 1930, já António Lopes Ribeiro se tinha estreado como realizador (com *Bailando ao Sol*, de 1928), a empresa proprietária do *Diário de Lisboa* lança o semanário de cinema *Kino*, dirigido por ele, e no qual colaboram jornalistas do *Diário de Lisboa*, como Artur Portela, Norberto Lopes e Rogério Perez (além do escritor José Gomes Ferreira). É o primeiro jornal cinematográfico impresso em rotativa. Apesar disso, António Lopes Ribeiro e o seu pseudónimo Retardador manter-se-ão durante anos como colaboradores do *Diário de Lisboa*.

Já na década de 60, chegará à redação da Luz Soriano, vindo de *O Primeiro de Janeiro*, uma figura fundamental no movimento cineclubista português, Manuel de Azevedo. Integrou a direção do Cineclube do Porto durante muito tempo, e foi escolhido para representar Portugal no I Congresso Mundial de Cineclubes, em Cannes, em 1947. Fica a seu cargo a coordenação da página de cinema. Assinará muitas críticas a filmes.

Eduardo Prado Coelho e Lauro António são convidados, em 1967, pelo diretor do *Diário de Lisboa* para assegurarem a crítica de cinema, recebendo 20 escudos por crónica. Os seus textos são lidos com agrado pelo público, mas há distribuidores de cinema que não toleram que os seus filmes sejam sujeitos ao olhar crítico dos especialistas. A 28 de fevereiro de 1968, o vespertino titula, a três colunas, na primeira página: «Um ataque rechaçado — Sete cinemas coligados pretendem reduzir ao silêncio a crítica do *Diário de Lisboa*». O jornal publica a carta da distribuidora responsável pelos cinemas Éden, Alvalade, Estúdio, Europa,

Império, Monumental e São Luiz, dizendo que corta toda a publicidade ao jornal, por considerar «não aceitável» as «notícias de estreias» «desacreditarem os espetáculos». A carta é publicada na íntegra, ao lado de uma notícia em que se afirma taxativamente que o *Diário de Lisboa* não cederá à «hipoteca da independência do jornal», apesar da importância financeira da publicidade dos cinemas. No dia seguinte, um grupo de jornalistas do vespertino publica um abaixo-assinado, em que realça a «forma corajosa e digna» como a direção e a redação do jornal repeliram a tentativa de controlo, sublinhando a importância de uma crítica isenta e esclarecida, que serve o público.

Lauro António deixará de escrever em 1975, por vontade própria, «essencialmente por achar que o jornal se afastava da linha editorial de independência e rigor que o caracterizara até aí», lembrará ele no *DL* a 30 de novembro de 1990, mas voltará mais tarde. Rodrigues da Silva, o último editor de «Cultura», também deixará a sua marca nas páginas sobre cinema.

Música, de ouvido à escuta

Luís de Freitas Branco, um dos mais importantes compositores portugueses do século XX, professor no Conservatório Nacional, escreve pela primeira vez no *Diário de Lisboa* logo em abril de 1922. No ano seguinte, analisa récitas no Teatro S. Carlos. A partir de 1924, e segundo a investigadora da Universidade Nova de Lisboa Isabel de Pina, a colaboração torna-se regular, até 1928.

Depois, e até 1933, continuará a escrever no vespertino, mas não de forma tão regular.

A pianista e compositora Francine Benoît assinará também crítica musical no jornal. Nuno Barreiros e Mário Vieira de Carvalho suceder-lhe-ão. O ouvido atento ao *jazz* dos anos 20 — que começou com António Ferro — manter-se-á durante muito tempo, nomeadamente através da colaboração de José Duarte, um dos grandes divulgadores do *jazz* em Portugal.

Teatro sempre em palco

Presente nas páginas do *Diário de Lisboa* desde o n.º 1, a crítica de teatro — como toda a crítica, aliás — foi um dos pilares da contribuição do jornal para a vida cultural portuguesa. A primeira crítica de teatro, publicada no n.º 7, foi assinada por António Ferro. É ele, segundo Carlos Porto (que virá a ser crítico a partir de 1970), o responsável por «uma certa tradição de severidade no *DL*»²⁴. Norberto Lopes e Artur Portela seguem-lhe as pisadas.

Manuela de Azevedo, chegada ao *DL* em 1945, tinha começado a escrever sobre teatro no *República* e a fazer crítica na *Vida Mundial Ilustrada*. Nas páginas do vespertino, marcará indelevelmente a crítica de espetáculos. «O teatro assumia aos meus olhos um papel muito importante na formação da cultura dos outros», escreverá em

24 *DL*, 30-11-1990.

1967, num artigo para a revista *O Tempo e o Modo*. «É essa elevada noção de dever, de exercer uma dádiva que vai ajudar os menos conhecidos a compreender as virtudes e defeitos do espetáculo que me prende ao ofício.»

A partir de certa altura, e dado o volume de trabalho, Manuela de Azevedo passa a dividir a crítica de teatro com Urbano Tavares Rodrigues — para quem, segundo a jornalista, tudo era sempre bom. «Fiz-lhe prometer passar a ser mais comedido nos elogios», conta Manuela de Azevedo.

José Sasportes sucede a Manuela de Azevedo, sendo também responsável pela crítica de bailado. Quando sai, é substituído por Luís Oliveira Nunes.

Carlos Porto chega em 1970 e será o crítico de teatro até ao encerramento do jornal. «Não me limitei a criticar espetáculos, barafustei sempre que pude contra a política teatral e contra a ausência de política teatral», escreve no último número do *DL*, frisando que houve uma fase em que publicava duas páginas semanais de crítica teatral, o que «não tem comparação, em termos proporcionais, com o espaço dedicado por outros jornais portugueses e mesmo europeus».

Sol ou sombra?

A partir de 1923 e durante décadas, Rogério Pérez foi o crítico tauromáquico do *Diário de Lisboa*. Com a alcunha «El Terrible Pérez», publicou vários livros sobre touros, nomeadamente *ABC da Tauromaquia* (1944) e *Meio Século a Ver Touros* (1945).

Um outro nome que fez história foi o de Solilóquio, pseudónimo do comandante João Cristóvão Moreira, que todos os anos reunia num volume as críticas publicadas no *Diário de Lisboa*. «Há quem aguarde impaciente cada novo livro de Agustina. Guardado o respeito que a escritora nos merece, confessamos outro prazer da espera: Solilóquio e as suas recolhas de crónicas», escreveu Fernando Assis Pacheco, um seu confesso admirador, em *O Jornal*, a 1 de junho de 1988. «Dia em que o *Lisboa* traga Solilóquio, não o deixamos cair em mãos ímpias!»

«Quem tas canta é o Castrim»

Com o início das emissões regulares em 1957, a televisão foi ganhando peso e protagonismo na vida portuguesa. Artur Portela Filho foi a primeira pessoa a escrever sobre televisão no *Diário de Lisboa*, mas seria Mário Castrim (pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca) a fazer história.

Convidado por Mário Neves, diretor-adjunto, Mário Castrim escreve, a partir de 1965, um apontamento diário sobre o que passava no pequeno ecrã. Como um relógio suíço que nunca falha nem se atrasa, a crítica de televisão de Mário Castrim foi uma presença constante e diária ao longo de quase 20 anos — uma autêntica «âncora» do jornal, com uma legião de leitores fiéis que compravam o *Diário de Lisboa* para ler uma das mais famosas e polémicas colunas da imprensa portuguesa.

Castrim deixa a coordenação do suplemento *Juvenil* e cumpre a rigor o que lhe foi pedido,

primeiro na coluna «TV Dia a Dia» (só assinada com iniciais), depois no *Canal da Crítica*. Escreveu diária e ininterruptamente entre 14 de maio de 1965 e 14 de abril de 1984. Publicou 3600 crónicas (contabilidade apresentada por José Manuel Lencastre, autor de uma tese de mestrado sobre as críticas de Mário Castrim), que deixava à noite penduradas no saco do pão para o «menino» do *Diário de Lisboa* apanhar pela manhã.

Não eram os programas que passavam sob o olhar de Castrim — mas um país inteiro, muitas vezes também o mundo, visto através da televisão. «Uma função de combate ao império hipnotizador da imagem», foi assim que ele definiu o seu papel de crítico, numa entrevista à revista *Cinéfilo* em 1973. Irónico, corrosivo e mordaz, não deixava nada por dizer, o que lhe causou anticorpos e criou inimigos — e a alcunha de «sectário-geral», já depois do 25 de Abril, numa alusão à sua ligação ao PCP, de que era membro desde os anos 40. Católico, acreditou em Deus até ao fim da vida.

«Aqui para nós que ninguém nos ouve, eu funcionava muito como um exorcismo, como uma espécie de representante do povo na opinião pública, esse parlamento paralelo. Vocês, postos perante um Telejornal onde grassa a peste [...], reprimiam as fúrias do coração com a vingança possível: ‘Pois sim, pois sim, deixa lá que amanhã quem tas canta é o Castrim’», escreveu ele na carta de despedida do *Canal da Crítica*, a 16 de maio de 1984.

Terminada a crónica diária, Mário Castrim manteve uma colaboração semanal, que terminou a 31 de dezembro de 1985. Mas quando em 1989

Mário Mesquita assume a direção, Castrim volta à companhia dos leitores do *Diário de Lisboa*. «Tive um grande prazer em convidá-lo a regressar», conta Diana Andringa, que, enquanto jornalista de televisão, se fartou de levar «pancada» de Castrim e sobre quem Castrim escreveu que «exalava anti-comunismo pelos poros».

Sempre muito vergastados pela censura («não houve um dia em que a censura não me arrancasse os olhos», disse Castrim), os textos chegavam a perder completamente o sentido, ao ponto de amigos seus o «julgarem lelé da cuca», como refere no prefácio de *Televisão e Censura*. Nesse livro, Castrim reúne crónicas escritas entre 1969 e 1974, que, graças às provas de censura que alguém guardou, viram a luz do dia sem cortes.

Cronistas e crónicas

Entre 1968 e 1975, os leitores do *Diário de Lisboa* puderam ler regularmente uma crónica de Maria Judite de Carvalho, «Rectângulos de Vida». Escritora de créditos firmados — *Tanta Gente*, *Mariana* fora editado em 1959 e *As Palavras Pougadas* recebera o Prémio Camilo Castelo Branco em 1961 —, Maria Judite de Carvalho era já colaboradora do jornal antes disso. Casada com o escritor Urbano Tavares Rodrigues, o casal tinha regressado de França em 1955 (período durante o qual também colaborou com o jornal). No suplemento *Mulher*, escreveu, a partir de 1970, a secção «O Diário de Uma Dona de Casa», com o pseudónimo Emília Brava.

Procurando assuntos para as suas crónicas nos acontecimentos quotidianos, nas conversas que ouve quando vai de transportes públicos para o Bairro Alto, nas notícias que lê, os seus textos são «um espaço em que se conta o que o resto do jornal não noticia», dando ao jornalista «uma competência narrativa, não apenas um repórter de acontecimentos», analisa Ruth Vaz Santos Navas numa tese de mestrado sobre as crónicas jornalísticas da escritora.

Dentro do espírito de renovação que o *Diário de Lisboa* vive na segunda década de 60 e das ideias defendidas pelo *new journalism*, mas simultaneamente dentro da tradição do próprio jornal, a crónica, enquanto género jornalístico, ganha protagonismo. É criada a secção «Repórter de Serviço», que se manterá por muitos anos, aberta à colaboração de qualquer jornalista da casa que queira escrever. «Está renascendo na imprensa a prática da crónica – expressão fronteiriça entre o imediato e o mediato que jornalismo e literatura polarizam», escreveu Mário Sacramento, crítico literário do *Diário de Lisboa*, no próprio jornal, no princípio de 1968, numa passagem citada no prefácio do livro *O Homem na Cidade*, que reúne crónicas de jornalistas publicadas na secção «Repórter de Serviço», «dez dos novos cronistas desta velha cidade de Lisboa, projetando no tempo a glória efémera dos vespertinos».

José Afonso compôs e gravou uma música a partir de uma notícia de Rogério Rodrigues, publicada no *DL* em maio de 1975. Nela, o jornalista contava um episódio que testemunhara: uma mulher a fazer um *striptease* integral na rua, em

plena luz do dia, nas Avenidas Novas, dançando, enquanto quem passava a tentava proteger do seu próprio ato de loucura. Rogério Rodrigues foi à procura da história da senhora, que usava Torga no seu nome artístico em homenagem ao escritor Miguel Torga, e descobriu que a senhora, antiga fadista, tinha vindo para a rua despir-se porque se sentia só. A canção de José Afonso *Teresa Torga* está incluída no álbum *Com as Minhas Tamanquinas*, de 1976.

Proprietários e administradores

O principal investidor no *Diário de Lisboa*, o banqueiro António Vieira Pinto (que, quando a sociedade é constituída, nada tem em seu nome mas na verdade é o dono do capital), morre a 19 de março de 1927, com apenas 38 anos. Teria na altura 150 contos em suprimentos e era presidente do conselho de administração da Renascença Gráfica.

A viúva, Virgínia Duff Burnay, casa pouco tempo depois com António Teixeira, sócio-gerente da Livraria Clássica Editora. Monárquico, Teixeira tem planos para mudar a orientação do jornal, segundo conta um relatório da PIDE sobre o *Diário de Lisboa* escrito em 1962. A notícia chega aos ouvidos de Pedro Bordalo Pinheiro, homem considerado de esquerda pela polícia política, que quer manter o rumo e a direção do jornal de que é administrador²⁵. Em março de 1929, é feito um aumento de capital extraordinário sem que Antó-

25 Além de administrador da Renascença Gráfica, Bordalo Pinheiro era, desde maio de 1926, diretor do semanário humorístico *Sempre Fixe*, propriedade da mesma empresa.

nio Teixeira tenha conhecimento — e a maioria do capital fica na posse de Joaquim Manso, diretor do jornal, de Pedro Bordalo Pinheiro (ambos eram já acionistas) e dos novos sócios Dinis Bordalo Pinheiro (1892-1971), irmão de Pedro, Alberto Moy Tofa, solicitador, republicano, e Estêvão da Cunha Pimentel, outro republicano, que participou na revolução de 5 de outubro de 1910.

António Teixeira entrega o caso a um advogado e a Renascença Gráfica faz uma hipoteca sobre as máquinas e os prédios, para indemnizar a viúva de António Vieira Pinto, que deixa de ter ligações à empresa.

Com a morte de Pedro Bordalo Pinheiro, a 6 de fevereiro de 1942, é o seu genro quem o substitui na administração. Trata-se de Guilherme Pereira da Rosa, filho do proprietário do jornal *O Século*, João Pereira da Rosa, que detém a Sociedade Nacional de Tipografia (que publica, além d'*O Século*, *A Vida Mundial*, *O Século Ilustrado* e *Modas e Bordados*). Os dois jornais ficarão assim «unidos» durante cerca de duas décadas.

A 5 de setembro de 1952, desaparece o «patrão Pinto» — era assim que os trabalhadores tratavam Alfredo Vieira Pinto. «Ligado à existência deste jornal desde a sua primeira hora, todas as horas de cada dia do *Diário de Lisboa* eram horas da sua própria vida, pois uma e outra se tinham de tal modo fundido que nem ele próprio saberia estabelecer-lhes a separação», lia-se na edição do dia da sua morte. Tinha 70 anos e a sua ação fazia-se «sentir por um duplo espírito de tolerância e iniciativa».

Da mesma forma que a quota de Pedro Bordalo Pinheiro vai parar à família Pereira da Rosa, a de Alfredo Vieira Pinto vai parar às mãos da família Ruella Ramos: é ao marido de uma das suas duas filhas, Germana, que cabe a tarefa de tomar conta do negócio do sogro. Assim, a 26 de março de 1953, e depois de se mudar com toda a família do Porto para Lisboa, João Ruella Ramos, advogado, administrador da União Elétrica Portuguesa (empresa que fazia parte do grupo Sotto Mayor) há 17 anos, antigo membro do Partido Centrista Republicano e do Partido Republicano Liberal, é empossado administrador.

Joaquim Manso, diretor do jornal, será substituído na administração, após a sua morte, a 10 de setembro de 1956, pelo seu filho, Pedro Lefebre Manso, engenheiro agrónomo de formação.

Já com António Pedro Ruella Ramos, um dos quatro filhos de João Ruella Ramos à frente do conselho de administração da Renascença Gráfica, substituindo o pai, dá-se a primeira tentativa de controlar o jornal.

No início de 1966, o grupo d'*O Século* encontra-se endividado e numa posição financeira complicada. Os dois herdeiros, Guilherme e Carlos Alberto Pereira da Rosa, desentendem-se e Guilherme decide vender o terço que a sua mulher detém no *Diário de Lisboa* para salvar o que recebera do seu pai. É recebido por Oliveira Salazar a 21 de janeiro de 1966, a quem expõe a situação em que se encontra. Conversam sobre possíveis compradores. No dia seguinte, Pereira da Rosa escreve ao Presidente do Conselho, contando-lhe que António Pedro Ruella Ramos o tinha

visitado para lhe transmitir o interesse de António Champalimaud na compra do terço de Pereira da Rosa. Oferece 18 mil contos. Na carta que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Pereira da Rosa diz a Salazar que venderá a quem Salazar decidir que ele deve vender: pressupõe que não agrade ao Presidente do Conselho entregar ações do *Diário de Lisboa* a grupos financeiros ou industriais. O negócio é fechado com o Banco Nacional Ultramarino (BNU), por indicação direta de Salazar, por 18 mil contos.

Mário Neves considera, num texto publicado em 1979 em *A Capital*, que esta foi a primeira tentativa de Salazar de dominar um jornal incómodo. Em 1969, dá-se uma segunda tentativa: o Banco Borges & Irmão demonstra interesse em comprar o *DL*. João Ruella Ramos junta os quatro filhos e diz-lhes que têm de ser eles a decidir. Era o negócio da vida deles. Disseram que não vendiam.

No final dos anos 60, o herdeiro de Joaquim Manso acabará por vender a sua parte aos herdeiros de Alfredo Vieira Pinto (ou seja, à família Ruella Ramos), que a comprem vendendo um terreno na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, para onde estava projetada a nova sede do jornal, projeto entretanto abandonado. Passam a deter 59,6%; António Lopes do Souto, responsável comercial pelo jornal (e que «subirá» a administrador na sequência da aquisição), passa a deter 3%; e Plácido Lopes do Souto, irmão de António, 2%. António Pedro Ruella Ramos ficará com 2% em nome individual.

Atualmente, a família Ruella Ramos publica um número do *Diário de Lisboa* por ano, de forma

a poder manter o título. A família entregou à Fundação Mário Soares uma coleção completa do jornal, que está digitalizada e acessível *online*. O espólio fotográfico foi doado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Cronologia: O *Diário de Lisboa* em 34 datas

1921

A 7 de abril, chega às bancas o primeiro número do *Diário de Lisboa*.

A 8 de novembro, é constituída a empresa Renascença Gráfica.

1925

A 18 de abril, com a revolta militar comandada por Filomeno da Câmara e Sinel de Cordes, é impedida a publicação do *DL* durante quatro dias.

1926

Na sequência do golpe militar de 28 de maio, é instaurada a censura. A 24 de junho, os jornais

trazem já na primeira página a frase «este número foi visado pela Comissão de Censura».

1931

A partir de 29 de novembro, o *DL* passa a ser publicado também aos domingos.

1933

A 15 de maio, é lançada uma edição mensal, que terminará em agosto do mesmo ano.

1934

A 30 de novembro, inicia-se a publicação do suplemento literário.

1936

O *DL* é o primeiro jornal português a mandar um enviado especial para Espanha quando começa a guerra civil.

1952

Em dezembro, Norberto Araújo é nomeado diretor-adjunto.

1956

A 10 de setembro, morre Joaquim Manso, diretor do jornal durante 35 anos. A direção passa a ser assegurada por Norberto Lopes, que faz parte da redação desde o primeiro número.

1957

A 4 de maio, é publicado pela primeira vez o suplemento *Juvenil*.

1958

Mário Neves, chefe de redação, é nomeado diretor-adjunto.

1966

Guilherme Pereira da Rosa, detentor de um terço das ações do *DL*, vende a sua parte ao Banco Nacional Ultramarino. Champalimaud estava interessado, mas a venda é feita ao Banco por indicação de Salazar.

1967

A 11 de novembro, António Pedro Ruella Ramos, um dos proprietários e até aí administrador, torna-se também diretor do *Diário de Lisboa*. Norberto

Lopes, diretor, e Mário Neves, diretor-adjunto, tinham-se demitido na sequência de «divergências fundamentais» com a empresa proprietária do *DL*. Com eles sairá um grupo de jornalistas, que no ano seguinte os acompanharão na fundação de *A Capital*.

1968

A 20 de fevereiro, começa a ser publicada uma edição da noite, dirigida sobretudo à Grande Lisboa.

1969

A 12 de abril, sai o primeiro número do suplemento *A Mosca*.

A 20 de julho, é publicado pela primeira vez o suplemento *Mesa Redonda*.

1970

A 8 de setembro, ao fim de 690 edições, o *Juvenil* é publicado pela última vez.

1971

É impresso o primeiro número em *offset*, a 6 de outubro. A compra de uma máquina *offset* tinha sido anunciada em 1967.

1972

João Abel Manta publica n' *A Mosca o cartoon Festival* e é processado por «desrespeito à Bandeira Nacional».

1974

«Por causa da falta de papel», a edição de domingo é suspensa a partir de junho. Não voltará a ser publicada.

A 3 de maio, o administrador Lopes do Souto é saneado pelos jornalistas, acusado de ingerências na linha editorial do jornal. Ruella Ramos mantém-se como diretor, contando com o apoio da redação.

A 2 de agosto, por ordem do general Spínola, o *Diário de Lisboa*, *A Capital* e o *República* são suspensos. A publicação é retomada no dia seguinte.

A partir de 21 de setembro, o nome de José Cardoso Pires figura no cabeçalho como diretor-adjunto.

1975

A 14 de março, os bancos são nacionalizados. Um terço do *DL* pertence ao Banco Nacional Ultramarino, agora intervencionado.

Suspensão na sequência do 25 de novembro, o *DL* só volta a ser publicado a 15 de dezembro.

A 31 de dezembro, José Cardoso Pires deixa de ser diretor-adjunto.

1976

A 2 de fevereiro, Fernando Piteira Santos ocupa o lugar de diretor-adjunto.

1989

A 12 de abril, Fernando Piteira Santos, «na prática e na verdade o diretor intelectual», abandona o *DL*.

A 18 de dezembro, um «novo» *DL*, sob a direção de Mário Mesquita e Diana Andringa, chega às bancas. O jornal passa a ser publicado apenas de segunda-feira a sexta-feira.

1990

A 28 de setembro, Mário Mesquita e Diana Andringa deixam a direção do jornal, assumida novamente por Ruella Ramos.

É publicado a última edição do *DL*, a 30 de novembro.

2004

A coleção do *Diário de Lisboa*, oferecida pela família Ruella Ramos à Fundação Mário Soares, passa a estar consultável na Fundação. Atualmente, está disponível *online*.

Para manter o título do *Diário de Lisboa*, a família Ruella Ramos passa a publicar um número do jornal por ano, como exigido por lei. Rosa Ruela, jornalista, sobrinha do último diretor do jornal e filha de Fernando Assis Pacheco, assume a direção, contando com o apoio de dois dos irmãos, João Pacheco, também jornalista, e Bárbara Assis Pacheco, artista plástica.



Tintim no Congo: no segundo álbum da BD franco-belga, publicado em 1931, Tintim é interpelado por um representante do *Diário de Lisboa*, que quer publicar em exclusivo a sua reportagem

Bibliografia

- ALVIM, Pedro, AZEVEDO, Manuel, BEÇA, Manuel, CASTRIM, Mário, CORREIA, Félix, LETRIA, Joaquim, LUZ, Torquato da, NUNES, Luís d'Oliveira, PACHECO, Fernando Assis, VASCONCELOS, José Carlos, *O Homem na Cidade*, prefácio de Mário Sacramento, Lisboa, Prelo, 1968.
- AMARAL, Bruno Vieira, *Integrado Marginal*, Lisboa, Contraponto, 2021.
- AZEVEDO, Manuela, *Memória de Uma Mulher de Letras*, Porto, Afrontamento/Museu Nacional da Imprensa, 2009.
- BAPTISTA, Carlos, CORREIA, Fernando, *Jornalistas do Ofício à Profissão: Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Caminho, 2007.
- CASTRIM, Mário, *Televisão e Censura*, Porto, ed. Campo das Letras, 2006.
- CAVACO, Suzana, *O Mercado dos Media em Portugal no Período Marcelista*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

- CORREIA, Félix, *Quem Lá Vem? Gente de Paz — Gente de Guerra*, Lisboa, edição de autor, 1940.
- Desenhos de Almada no Diário de Lisboa*, coord. António Rodrigues, ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- Fernando Piteira Santos — Português, Cidadão do Século XX*, org. Maria Antónia Fiadeiro, Campos das Letras, 2003.
- FERRÃO, Carlos, *Seis Meses de Guerra*, Lisboa, Portugália, 1940.
- , *Assim Estalou a Guerra*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1940.
- FILHO, Artur Portela, *O Código de Hamurabi*, Lisboa, Guimarães Editores, 1962.
- , *A Guerra da Meseta*, Lisboa, Edições D. Quixote, 2009.
- GOMES, Pedro Miguel Marques, «Jornais, jornalistas e poder: A imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975», tese de doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, FSCH, Universidade Nova, 2018.
- João de Barros e o Diário de Lisboa (1941-1960)*, vols. III e IV, recolha e notas de António de Barros, Figueira da Foz, Casino Figueira, 2015.
- LEMONS, Mário Matos e, *Jornais Diários Portugueses do Século XX — Um Dicionário*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.
- LENCASTRE, José Manuel, «Portugal pela lente de Mário Castrim: Crónicas de televisão no *Diário de Lisboa* entre 1969 e 1974», dissertação de mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Nova FCSH, 2020.

- LOPES, Norberto, *Visado pela Censura*, Lisboa, Aster, 1975.
- , *Perfil do Jornalista Joaquim Manso no Primeiro Centenário do Seu Nascimento*, Lisboa, Academia das Ciências, 1979.
- MANSO, Joaquim, *O Jornalismo*, separata do *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1942.
- MARTINS, Paulo, *O Bairro dos Jornais*, Lisboa, Quetzal, 2018.
- MARTINS, Rocha, *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, ed. Inquérito, 1941.
- MENDES, João Maria, «Ruella Ramos: A morte de um homem da Imprensa», in jornal *Público*, 18 de junho de 2009.
- MESQUITA, Mário, REBELO, José, *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Afrontamento, 1994.
- MONTEIRO, Isilda da Costa, «Cândido da Cunha Sotto-Mayor, emigrante», in revista *População e Sociedade*, n.º 21, Porto, CEPESE, 2013.
- NAVAS, Ruth Vaz Santos, «Configurações hipertextuais das crónicas jornalísticas de Maria Judite de Carvalho», tese de mestrado em Estudos Anglo-Portugueses, Universidade de Lisboa, 2002.
- NEVES, Mário, *A Chacina de Badajoz*, Lisboa, Cadernos O Jornal, 1985.
- OLIVEIRA, Maurício, *Diário de Um Jornalista 1926-1930*, Lisboa, edição de autor, 1973.
- PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Grifo, 2000.
- PORTELA, Artur, *Nas Trincheiras de Espanha*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1937.

- PORTELA, Artur, *Norberto de Araújo: O Jornalista e o Escritor*, Lisboa, Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1953.
- REGO, Raul, *Diário Político*, Lisboa, edição de autor, 1969.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena, «A guerra de propaganda de Salazar – Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)», in revista *Media & Jornalismo*, n.º 3, Minerva Coimbra, 2003.
- ROSA, Gonçalo Pereira da, *Parem as Máquinas!*, Lisboa, ed. Parsifal, 2015.
- , *O Inspector da Pide Que Morreu Duas Vezes e Outras Gaffes, Triunfos e Episódios Memoráveis do Século XX na Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Planeta Manuscrito, 2017.
- SANTOS, José Ribeiro dos, *Memórias da Memória*, Lisboa, Edições Rolim, 1986.
- SAPEGA, E. W., *Artigos no Diário de Lisboa*, in *Obras Completas de Almada Negreiros*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- SARAMAGO, José, *As Opiniões Que o DL Teve*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- TABORDA, Igor, «Os Nacionais da Guerra Civil Espanhola através das páginas do *Diário de Lisboa* (1936-1939)», monografia de bacharelato em História, Brasil, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.
- TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Edições Minerva, 2006.
- THOMAS, Hugh, *The Spanish Civil War*, Penguin Books, 1965.

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo — arquivos Ministério do Interior, Oliveira Salazar, SNI e PIDE.

Fundação Mário Soares:

Coleção do *Diário de Lisboa*: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/

Debate sobre o *Diário de Lisboa*: <http://www.fmsoares.pt/iniciativas/iniciativa?id=001312>

Arquivo Mário Neves: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3725

Hemeroteca de Lisboa.

Arquivo da RTP e da RDP.

Entrevistas realizadas para este livro

Alice Vieira

Cesário Borga

Eugénio Alves

Diana Andringa

Dina Soares

Joaquim Letria

José Carlos de Vasconcelos

José Eduardo Rebelo

Maria do Carmo Ruella Ramos

Rosarinho Ruella Ramos

O Essencial sobre

- Irene Lisboa**
Paula Morão
- Antero de Quental**
Ana Maria A. Martins
- A Formação da Nacionalidade**
José Mattoso
- A Condição Feminina**
Maria Antónia Palla
- A Cultura Medieval Portuguesa (Séculos XI a XIV)**
José Mattoso
- Os Elementos Fundamentais da Cultura**
Jorge Dias
- Josefa d'Óbidos**
Vitor Serrão
- Mário de Sá Carneiro**
Clara Rocha
- Fernando Pessoa**
Maria José de Lancastre
- Gil Vicente**
Stephen Reckert
- O Corso e a Pirataria**
Ana Maria P. Ferreira
- Os «Bebés-Proveta»**
Clara Pinto Correia
- Carolina Michaëlis de Vasconcelos**
Maria Assunção Pinto Correia
- O Cancro**
José Conde
- A Constituição Portuguesa**
Jorge Miranda
- O Coração**
Fernando de Pádua
(2.^a edição)
- Cesário Verde**
Joel Serrão
- Alceu e Safo**
Albano Martins
- O Romanceliro Tradicional**
J. David Pinto-Correia
- O Tratado de Windsor**
Luís Adão da Fonseca
- Os Doze de Inglaterra**
A. de Magalhães Basto
- Vitorino Nemésio**
David-Mourão Ferreira
- O Litoral Português**
Ilídio Alves de Araújo
- Os Provérbios Medievais Portugueses**
José Mattoso
- A Arquitectura Barroca em Portugal**
Paulo Varela Gomes
- Eugénio de Andrade**
Luís Miguel Nava
- Nuno Gonçalves**
Dagoberto Markl
- Metafísica**
António Marques
- Cristóvão Colombo e os Portugueses**
Avelino Teixeira da Mota

- 30 **Jorge de Sena**
Jorge Fazenda Lourenço
- 31 **Bartolomeu Dias**
Luís Adão da Fonseca
- 32 **Jaime Cortesão**
José Manuel Garcia
- 33 **José Saramago**
Maria Alzira Seixo
- 34 **André Falcão de Resende**
Américo da Costa Ramalho
- 35 **Drogas e Drogados**
Aureliano da Fonseca
- 36 **Portugal e a Origem
da Liberdade dos Mares**
Ana Maria Pereira Ferreira
- 37 **A Teoria da Relatividade**
António Brotas
- 38 **Fernando Lopes-Graça**
Mário Vieira de Carvalho
- 39 **Ramalho Ortigão**
Maria João L. Ortigão
de Oliveira
- 40 **Fidelino de Figueiredo**
A. Soares Amora
- 41 **A História das Matemáticas
em Portugal**
J. Tiago de Oliveira
- 42 **Camilo**
João Bigotte Chorão
- 43 **Jaime Batalha Reis**
Maria José Marinho
- 44 **Francisco de Lacerda**
J. Bettencourt da Câmara
- 45 **A Imprensa em Portugal**
João L. de Moraes Rocha
- 46 **Raul Brandão**
A. M. B. Machado Pires
- 47 **Teixeira de Pascoaes**
Maria das Graças Moreira
de Sá
- 48 **A Música Portuguesa
para Canto e Piano**
José Bettencourt da Câmara
- 49 **Santo António de Lisboa**
Maria de Lourdes Sirgado
Ganho
- 50 **Tomaz de Figueiredo**
João Bigotte Chorão
- 51/ **Eça de Queirós**
52 Carlos Reis
- 53 **Guerra Junqueiro**
António Cândido Franco
- 54 **José Régio**
Eugénio Lisboa
- 55 **António Nobre**
José Carlos Seabra Pereira
- 56 **Almeida Garrett**
Ofélia Paiva Monteiro
- 57 **A Música Tradicional
Portuguesa**
José Bettencourt da Câmara
- 58 **Saúl Dias/Júlio**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 59 **Delfim Santos**
Maria de Lourdes Sirgado
Ganho
- 60 **Fialho de Almeida**
António Cândido Franco
- 61 **Sampaio (Bruno)**
Joaquim Domingues

- 62 **O Cancioneiro Narrativo Tradicional**
Carlos Nogueira
- 63 **Martinho de Mendonça**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 64 **Oliveira Martins**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 65 **Miguel Torga**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 66 **Almada Negreiros**
José-Augusto França
- 67 **Eduardo Lourenço**
Miguel Real
- 68 **D. António Ferreira Gomes**
Arnaldo de Pinho
- 69 **Mouzinho da Silveira**
A. do Carmo Reis
- 70 **O Teatro Luso-Brasileiro**
Duarte Ivo Cruz
- 71 **A Literatura de Cordel Portuguesa**
Carlos Nogueira
- 72 **Sílvio Lima**
Carlos Leone
- 73 **Wenceslau de Moraes**
Ana Paula Laborinho
- 74 **Amadeo de Souza-Cardoso**
José-Augusto França
- 75 **Adolfo Casais Monteiro**
Carlos Leone
- 76 **Jaime Salazar Sampaio**
Duarte Ivo Cruz
- 77 **Estrangeirados no Século XX**
Carlos Leone
- 78 **Filosofia Política Medieval**
Paulo Ferreira da Cunha
- 79 **Rafael Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 80 **D. João da Câmara**
Luiz Francisco Rebello
- 81 **Francisco de Holanda**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 82 **Filosofia Política Moderna**
Paulo Ferreira da Cunha
- 83 **Agostinho da Silva**
Romana Valente Pinho
- 84 **Filosofia Política da Antiguidade Clássica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 85 **O Romance Histórico**
Rogério Miguel Puga
- 86 **Filosofia Política Liberal e Social**
Paulo Ferreira da Cunha
- 87 **Filosofia Política Romântica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 88 **Fernando Gil**
Paulo Tunhas
- 89 **António de Navarro**
Martim de Gouveia e Sousa
- 90 **Eudoro de Sousa**
Luís Lóia
- 91 **Bernardim Ribeiro**
António Cândido Franco
- 92 **Columbano Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 93 **Averróis**
Catarina Belo

- 94 **António Pedro**
José-Augusto França
- 95 **Sottomayor Cardia**
Carlos Leone
- 96 **Camilo Pessanha**
Paulo Franchetti
- 97 **António José Brandão**
Ana Paula Loureiro de Sousa
- 98 **Democracia**
Carlos Leone
- 99 **A Ópera em Portugal**
Manuel Ivo Cruz
- 100 **A Filosofia Portuguesa
(Sécs. XIX e XX)**
António Braz Teixeira
- 101/ **O Padre António Vieira**
102 Aníbal Pinto de Castro
- 103 **A História da Universidade**
Guilherme Braga da Cruz
- 104 **José Malhoa**
José-Augusto França
- 105 **Silvestre Pinheiro Ferreira**
José Esteves Pereira
- 106 **António Sérgio**
Carlos Leone
- 107 **Vieira de Almeida**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 108 **Crítica Literária
Portuguesa (até 1940)**
Carlos Leone
- 109 **Filosofia Política
Contemporânea (1887-1939)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 110 **Filosofia Política
Contemporânea
(desde 1940)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 111 **O Cancioneiro
Infantil e Juvenil
de Transmissão Oral**
Carlos Nogueira
- 112 **Ritmanálise**
Rodrigo Sobral Cunha
- 113 **Política de Língua**
Paulo Feytor Pinto
- 114 **O Tema da Índia
no Teatro Português**
Duarte Ivo Cruz
- 115 **A I República
e a Constituição de 1911**
Paulo Ferreira da Cunha
- 116 **O Capital Social**
Jorge Almeida
- 117 **O Fim do Império
Soviético**
José Milhazes
- 118 **Álvaro Siza Vieira**
Margarida Cunha Belém
- 119 **Eduardo Souto Moura**
Margarida Cunha Belém
- 120 **William Shakespeare**
Mário Avelar
- 121 **Cooperativas**
Rui Namorado
- 122 **Marcel Proust**
António Mega Ferreira
- 123 **Albert Camus**
António Mega Ferreira

- 124 **Walt Whitman**
Mário Avelar
- 125 **Charles Chaplin**
José-Augusto França
- 126 **Dom Quixote**
António Mega Ferreira
- 127 **Michel de Montaigne**
Clara Rocha
- 128 **Leonardo Coimbra**
Ana Catarina Milhazes
- 129 **Pablo Picasso**
José-Augusto França
- 130 **O Diário da República**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 131 **Vergílio Ferreira**
Helder Godinho
- 132 **A Companhia Nacional
de Bailado**
Mónica Guerreiro
- 133 **Os Ballets Russes
em Lisboa**
Maria João Castro
- 134 **Dante Alighieri**
António Mega Ferreira
- 135 **O Teatro de Henrique
Lopes de Mendonça**
Duarte Ivo Cruz
- 136 **Mário Cláudio**
Martinho Soares
- 137 **Viana da Mota**
Bruno Caseirão
- 138 **A Língua Portuguesa
como Ativo Global**
Luís Reto, Nuno Crespo,
Rita Espanha, José Esperança
e Fábio Valentim
- 139 **Teolinda Gersão**
Luís Manuel Marques Martins
- 140 **Os Salvadores Portugueses**
Margarida de Magalhães
Ramalho
- 141 **Aristides de Sousa Mendes**
Cláudia Ninhos
- 142 **Os Portugueses no Sistema
Concentracónico
do III Reich**
Fernando Rosas, Cláudia
Ninhos, Ansgar Schaefer,
Cristina Clímaco e António
Carvalho
- 143 **A Seara Nova**
Luís Andrade

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
O DIÁRIO DE LISBOA**
é uma edição da
IMPRESA NACIONAL
tem como autor
CLÁUDIA LOBO
design e capa do ateliê
SILVADESIGNERS
revisão e paginação da
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA.
Tem o ISBN **978-972-27-3001-3**
e o depósito legal **493 188/21.**
A primeira edição
acabou de ser impressa no mês de **JANEIRO**
do ano **DOIS MIL E VINTE E DOIS.**
CÓD. 1025350

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa
www.impresanacional.pt
www.incm.pt
www.facebook.com/ImprensaNacional
editorial.apoiocliente@incm.pt

O E S S E N C I A L S O B R E

O Diário de Lisboa

Cláudia Lobo

Publicado regularmente entre 1921 e 1990, o vespertino *Diário de Lisboa* marcou indelevelmente a sociedade, a cultura e a comunicação social portuguesas.

Foi casa de escritores, artistas, intelectuais de diversas gerações. Nele colaboraram, entre muitos outros, Almada Negreiros, António Ferro, Fernando Assis Pacheco, João de Barros, João Gaspar Simões, José Cardoso Pires, José Saramago, Luís Sttau Monteiro, Maria Judite Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues, Stuart Carvalhais.

Foi uma relevante escola de jornalismo, no qual trabalharam alguns dos mais notáveis repórteres portugueses do século XX. E desempenhou um importante papel na defesa da liberdade, em particular de expressão, durante a ditadura.

ISBN: 978-972-27-3001-3



9 789722 730013

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO